

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROSELI BERNARDETE DAHLEM

O TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
NA COSTA OESTE PARANAENSE

MARINGÁ
2004

ROSELI BERNARDETE DAHLEM

O TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
NA COSTA OESTE PARANAENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia - área de concentração em Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr Dalton Áureo Moro

MARINGÁ
2004

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

D131t Dahlem, Roseli Bernardete
O Turismo e a produção de espaço na Costa Oeste
Paranaense / Roseli Bernardete Dahlem. - Maringá, PR :
[s.n.], 2004.
201 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. Dalton Áureo Moro.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2004.

1. Turismo - Aspectos econômicos - Foz do Iguaçu (PR).
2. Turismo - Políticas de planejamento - Foz do Iguaçu
(PR). 3. Ecoturismo. 4. Desenvolvimento sustentável. 5.
Itaipu Binacional (Usina) - Turismo. 6. Parque Nacional do
Iguaçu (PR) - Turismo. 7. Programa Costa Oeste - Turismo.
8. Foz do iguaçu (PR) - Geografia. I. Universidade estadual
de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia. II.
Título.

CDD 21.ed.338.4798162
388.3222
910.02181
918.162

ROSELI BERNARDETE DAHLEM

O TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
NA COSTA OESTE PARANAENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia- área de concentração em Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dalton Áureo Moro, Dr.
Orientador

Prof. Dr. César Miranda Mendes
Membro Convidado - UEM

Prof. Dr. Marcos Alegre

Membro Convidado – Presidente Prudente

Dedico este trabalho

A Irio e Inga, meus pais.

A Laura, Guilherme e Ana Luísa, aos quais espero ser exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo privilégio da vida.

À Universidade Estadual de Maringá.

Ao Prof. Dr. Dalton Áureo Moro, pelo profissionalismo no processo de orientação desta dissertação.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Às entidades e prefeitura municipais que forneceram informações.

A Azenir Pacheco e Maria Fernanda, que deram um novo sentido à minha vida.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, pelo incentivo e apoio

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigado.

Sumário

INTRODUÇÃO	21
TEMA E PROBLEMA	22
OBJETIVOS	23
Geral	23
Específicos	24
JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	24
METODOLOGIA DE PESQUISA	26
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	27
1 TURISMO, ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	28
1.1 TURISMO: CONCEITUAÇÃO, IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO	28
1.1.1 Conceituação	28
1.1.2 Importância Econômica	34
1.1.3 Políticas de Planejamento de Turismo	37
1.1.3.1 Programa Nacional de Municipalização do Turismo	42
1.1.3.2 Programa Nacional de Ecoturismo	45

1.1.3.3 Programa de Desenvolvimento do Turismo	49
1.1.4 A Participação do Paraná nas políticas públicas de turismo	51
1.1.5 Desenvolvimento Sustentável	65
1.1.5.1 Apresentando conceitos	65
1.1.5.2 Crescimento Econômico, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	68
2 FORMAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE	72
2.1 Conceituação de região	72
2.2 Processo de ocupação	73
2.2.1 Reduções jesuíticas	75
2.2.2 Colonização agrícola	76
2.2.3 Colônia militar	77
2.3 Desenvolvimento econômico da região da Costa Oeste	78
2.3.1 Agricultura	78
2.3.2 Usina Hidrelétrica de Itaipu	81
2.3.2.1 Impactos sócio-ambientais de projetos hidro-energéticos	83
2.3.2.2 Royalties como forma de compensação financeira	91
2.3.3 Itaipu como atrativo turístico	94
3 COSTA OESTE PARANAENSE	101
3.1 OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DA COSTA OESTE	107
3.1.1. Concessão dos serviços turísticos do Parque Nacional do	108

Iguaçu	
3.1.1.1 Cataratas do Iguaçu S.A	109
3.1.1.2 Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda	113
3.1.1.3 As futuras atividades do Parque Nacional do Iguaçu	116
3.2 A REGIÃO TRINACIONAL E O TURISMO	118
3.3 ESTRUTURA TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS	120
3.3.1 Pontos Fortes e Pontos Fracos da região da Costa Oeste	124
3.4 PROGRAMAS TURÍSTICOS CONJUNTOS	127
3.4.1 Caminho das Águas	130
3.4.2 Caminhos Rurais e Ecológicos	132
3.4.3 Caminhos da Colonização	134
4. PERCEPÇÃO DOS AGENTES E SUJEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA COSTA OESTE: ESTUDO DE CASO	139
4.1 AS REALIDADES MUNICIPAIS NO SETOR TURÍSTICO	141
4.2 PESQUISA COM EMPRESÁRIOS LOCAIS	148
4.3 PESQUISA COM FAMÍLIAS LOCAIS	159
5. CONCLUSÕES	166
6. BIBLIOGRAFIA	169
ANEXOS	172

Lista de Figuras

FIGURA 1	Esquema da Regionalização do turismo no Paraná:1996	54
FIGURA 2	Esquema da localização do projeto regional Serra do Mar e Litoral – Paraná:1996	55
FIGURA 3	Esquema da localização do projeto regional Campos Gerais – Paraná:1996	57
FIGURA 4	Esquema da localização do projeto regional Vale do Iguaçu – Paraná:1996	58
FIGURA 5	Esquema da localização do projeto regional Costa Norte – Paraná:1996	59
FIGURA 6	Esquema da localização do projeto regional Região Metropolitana de Curitiba – Paraná:1996	61
FIGURA 7	Esquema da localização do projeto regional Costa Oeste – Paraná:1996	64
FIGURA 8	Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu – Região da Costa Oeste do Paraná	74
FIGURA 9	Área alagada dos municípios da Costa Oeste– 1982	89
FIGURA 10	Royalties pagos aos municípios da Costa Oeste – 1991 A 2002	93
FIGURA 11	Visitantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu – 2001	96
FIGURA 12	Cartão postal da Iluminação Monumental da Itaipu Binacional	97

FIGURA 13	Ecomuseu de Itaipu	98
FIGURA 14	Refúgio Biológico Bela Vista	99
FIGURA 15	Esquema espacial dos terminais turísticos	105
FIGURA 16	Número e sexo dos freqüentadores dos terminais turísticos dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu	106
FIGURA 17	Centro de Visitantes	110
FIGURA 18	Porto Canoas	111
FIGURA 19	Sistema de transporte	112
FIGURA 20	Veículos elétricos da Trilha do Macuco Safári	114
FIGURA 21	Passeio do Macuco Safári	114
FIGURA 22	Rafting	115
FIGURA 23	Esquema da localização dos países de Tríplice Fronteira com visualização de atrativos e serviços turísticos	119
FIGURA 24	Lay-out da marca do roteiro Caminho das Águas	132
FIGURA 25	Lay-out da marca do roteiro Caminho Rurais e Ecológicos	132
FIGURA 26	Lay-out da marca do roteiro Caminho da Colonização	134
FIGURA 27	Roteiro dos Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu	136
FIGURA 28	Piscina de água natural construída no Terminal Turístico do Ipiranga – São Miguel do Iguaçu	142

FIGURA 29	Terminal Turístico do Jacutinga - Itaipulândia	143
FIGURA 30	Cartão postal da Estátua de Nossa Senhora Aparecida – Itaipulândia	143
FIGURA 31	Lay out do projeto de recuperação da Ciudad Real Del Guayrá – Terra Roxa.	144
FIGURA 32	Out door colocado na estrada de acesso ao Terminal Turísticos de Porto Mendes – município de Marechal Cândido Rondon	156

Lista de Tabelas

TABELA	1	Indicadores da modernização agrícola, no estado do Paraná em 1970, 1980, 1985 e 1995	81
TABELA	2	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e classificação estadual e nacional – Costa Oeste – 1991-2000	92

Lista de Quadros

QUADRO 1	Impactos econômicos do turismo	35
QUADRO 2	Impactos sociais do turismo	36
QUADRO 3	Impactos ambientais do turismo	36
QUADRO 4	Classificação turística dos municípios da Costa Oeste	53
QUADRO 5	Dimensões da sustentabilidade	69
QUADRO 6	Impactos sócio-ambientais causados pelas barragens na fase de construção	83
QUADRO 7	Contratação de funcionários para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu	85
QUADRO 8	Evolução populacional de Foz do Iguaçu	85
QUADRO 9	Perfil de ocupação de residências de funcionários da Usina Hidrelétrica de Itaipu	86
QUADRO 10	Número de escolas e quantidade de alunos atendidos pelo ensino público fundamental (1ª a 4ª séries) no município de Foz do Iguaçu – 1970 – 2000	87
QUADRO 11	Impactos sócio-ambientais causados pelas barragens na fase de enchimento e operação do reservatório	87
QUADRO 12	Impactos sócio-ambientais causados pelas barragens com o término da construção	90

QUADRO	13	Visitantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu – lado brasileiro 1977 – 2001	95
QUADRO	14	Ano de funcionamento dos terminais turísticos da Costa Oeste	105
QUADRO	15	Atrativos turísticos do Circuito Caminho das Águas	130
QUADRO	16	Atrativos turísticos do Circuito Caminhos Rurais e Ecológicos	132
QUADRO	17	Atrativos turísticos do Circuito Caminho da Colonização	134
QUADRO	18	Órgãos municipais da área turística da Costa Oeste	138
QUADRO	19	Eventos e atividades recreativas desenvolvidos nos municípios da Costa Oeste	146
QUADRO	20	Resumo das respostas dos questionários aplicado com empresários dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu	149
QUADRO	21	Resumo das respostas dos questionários aplicado com famílias dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu	159

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Contato da empresa com turistas	150
GRÁFICO 2	Residência dos filhos de empresários dos municípios da Costa Oeste	151
GRÁFICO 3	Situação empregatícia dos filhos de empresários dos municípios da Costa Oeste	151
GRÁFICO 4	Percentual de empresários que possuem rendas alternativas	152
GRÁFICO 5	Situação dos empresários em relação à empresa	152
GRÁFICO 6	Mão-de-obra utilizada na empresa	153
GRÁFICO 7	Aumento de empregos nas empresas após Programa Costa Oeste	154
GRÁFICO 8	Itens de infra-estrutura e estrutura que melhoraram com o desenvolvimento do turismo na região	154
GRÁFICO 9	Relação da poluição com o turismo	156
GRÁFICO 10	Dinamicidade da economia após o Programa Costa Oeste	157
GRÁFICO 11	Origem dos moradores das cidades da região da Costa Oeste	160
GRÁFICO 12	Participação dos filhos em atividades ligadas às atividades turísticas	161

GRÁFICO 13	Percentual de moradores que tem contato com turistas	161
GRÁFICO 14	Percentual de moradores que promoveram algum empreendimento turísticos após Programa Costa Oeste	162
GRÁFICO 15	Itens de infra-estrutura e estrutura que melhoraram com o desenvolvimento do turismo na região	163
GRÁFICO 16	Relação da poluição com o turismo	163
GRÁFICO 17	Percepção de diferença entre baixa e alta temporada	164
GRÁFICO 18	Dinamicidade da economia após o Programa Costa Oeste	165

Lista de Siglas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
CESUFOZ	Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu
CODAL	Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural
COMBRATUR	Companhia Brasileira de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conselho	Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
CRV	Centro de Recepção de Visitantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
CV	Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FEPESSE	Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GESTUR	Grupo Gestor de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
J.K.	Juscelino Kubitschek
JMN	Jogos Mundiais da Natureza
MARIPÁ	Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MT	Municípios Turísticos

MPT	Municípios com Potencial Turístico
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização não Governamental
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEC	Parque Estadual do Cerrado
PEG	Parque Estadual do Guartelá
PEVV	Parque Estadual de Vila Velha
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização de Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMED	Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDC	União Dinâmica de Faculdades Cataratas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFOZ	Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu
UNIGUAÇU	União de Ensino Superior do Iguaçu
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná

Resumo

A configuração espacial da região Costa Oeste foi alterada após o alagamento de 1350km² de terras agricultáveis do lado brasileiro devido a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, onde os municípios passaram a ter como um de seus limites a beira de um lago artificial, que passou a ser visto como uma potencialidade turística a ser explorada, levando à construção de diversos terminais turísticos. Dentre os municípios da Costa Oeste, o município de Foz do Iguaçu sempre destacou-se por seus atrativos naturais, em especial o Parque Nacional do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu. Buscando ampliar o número de turistas que visitam o município de Foz do Iguaçu e incentivar a busca de renda alternativa através do turismo para os outros municípios da Costa Oeste, o governo do Estado do Paraná, lançou, em 1996, o Programa Costa Oeste, que tinha como objetivo incentivar a atividade turística em todos os municípios do entorno do Lago de Itaipu, buscando aumentar o período de permanência dos turistas na região, através de atrativos complementares aos já consolidados de Foz do Iguaçu. Para tanto, lançou a 1ª edição dos Jogos Mundiais da Natureza para divulgar os potenciais e as belezas da região para o mundo todo. Entretanto, as ações e investimentos resumiram-se apenas no período de realização dos Jogos, sendo que após esse evento, as bases náuticas ficaram abandonadas e não houve um incremento no número de turistas. Mas o Programa Costa Oeste serviu como um estimulador para que os municípios notassem essa nova alternativa de renda, que é o turismo, tanto que os municípios começaram a organizar-se de forma isolada, até o momento em que o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu em parceria com o Sebrae e a UFSC lançassem o Programa Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu, que está dando novos ânimos para a divulgação da região e investimentos no setor turístico.

Palavras chaves: Itaipu Binacional, Parque Nacional do Iguaçu, turismo, Programa Costa Oeste

Abstract

The configuration of the Costa Oeste region was altered after the flooding of 1,350 square kilometers of agricultural land on the Brazilian side due to the installation of Itaipu Hydroelectric Dam. The municipalities got as one of their boundaries the shore of an artificial lake, which was seen as a tourism potential to be exploited. This resulted in the construction of several tourist complexes. Among the Costa Oeste municipalities, the city of Foz do Iguassu has always stood out due to its natural attractions, especially the Iguassu National Park and the Iguassu Falls. Seeking to increase the number of tourists visiting the city of Foz do Iguassu and to give incentive to the search for alternative sources of income through tourism to the other Costa Oeste municipalities, the government of the State of Parana, launched, in 1996, the Costa Oeste Program, which had as its objective the stimulation of tourist activity in all the municipalities surrounding the Itaipu Lake. It sought to increase the amount of time tourists stayed in the region by means of attractions complementary to those already consolidated in Foz do Iguassu. For that reason, the 1st edition of the World Nature Games was launched to make the potential and the beauty of the region known throughout the entire World. However, the actions and investments were compacted into the period in which the games took place, so that after the event, the nautical bases were abandoned and there was no increase in the number of tourists. But the Costa Oeste Program served as a stimulus so that the municipalities took note of this new alternative means of income, tourism. So much so that the municipalities began to organize themselves in an isolated manner, until the moment in which the Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu in partnership with Sebrae and the UFSC launched the Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu Program, which is giving new incentive to publicizing the region and to investment in the tourism sector.

Key words: Itaipu Bi-national, Iguassu National Park, Tourism, Costa Oeste Program.

INTRODUÇÃO

O turismo é um dos segmentos que mais tem crescido nos últimos anos e é cada vez maior o número de pessoas que procuram conciliar suas viagens com a aproximação da natureza, o que tem feito com que vários estados brasileiros mostrem interesse pelo ramo de atividade ligado ao ambiente, representando assim uma boa oportunidade de negócios, além de contribuir para a preservação ambiental. Essa mesma visão serviu de estímulo ao governo do Estado do Paraná para elaborar o projeto Costa Oeste, que busca desenvolver a economia dos municípios lindeiros através do turismo. Idealizado pelo governo do Estado do Paraná – gestão Jaime Lerner – procura

“alavancar a economia dos municípios do entorno do lago com a geração de empregos permanentes e estáveis gerados pelo setor e, transformar a região – que já atrai milhões de visitantes anualmente com as Cataratas do Iguaçu e a Usina de Itaipu, num dos maiores destinos turísticos do país.” (Revista Mares do Sul, nov.98,0.24)¹

Tanto a formação do Lago de Itaipu, quanto a elaboração do Projeto Costa Oeste foram propostas trazidas para a região e implantadas; agora a população local vem buscando adaptar-se a essa nova realidade e explorar esse potencial de forma a promover o desenvolvimento regional.

Essa proposta de estudo propõe-se a verificar de que forma a população local (agentes e sujeitos envolvidos no processo) está percebendo a atividade turística e como os municípios vêm se estruturando para aproveitar os recursos físicos disponibilizados nesse espaço. Mesmo como atividade econômica recente, a atividade turística vem se destacando nos municípios do entorno do lago, havendo a necessidade clara de que a profissionalização desse segmento seja realizada com

¹ Revista Mares do Sul, nov 98,p.24 apud SOUZA, E.B.C. A territorialidade turística: a região Costa Oeste do Paraná. In SOUZA, A.J.(org) Paisagem, território e região. Cascavel, Edunioeste, 2000.

base no desenvolvimento sustentável e visando a qualidade no atendimento ao turista.

TEMA E PROBLEMA

A região Oeste paranaense durante séculos, esteve recoberta de mata nativa denominada Floresta Estacional Semidecídua, sendo comum a presença de madeiras de lei e erva-mate (PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU,2002,p.50). A partir de meados do século XIX a região passou a ser explorada devido a grande quantidade de madeira que serviu para abastecer o comércio argentino. Concomitante a isso, a extração da erva-mate também constituiu uma fonte econômica que levou a exploração das matas regionais.

Somente em fins do século XIX o Governo Federal começa a preocupar-se com a questão fronteiriça do Brasil, promovendo a colonização efetiva iniciada pela implantação da Colônia Militar situada em Foz do Iguaçu, entretanto essa forma de ocupação não tem resultados desejados devido às dificuldades de transporte e comunicação, o que torna as pessoas isoladas fisicamente e dependentes dos interesses externos.

É a partir da década de 1930 que o Governo volta a ter interesse na região: para diminuir o excedente populacional do Rio Grande do Sul e de parte de Santa Catarina e para garantir os limites do país, abre no oeste paranaense uma nova fronteira agrícola. Essa nova fronteira, com uma cobertura vegetal natural, será importante para a realocação dos migrantes do Sul, que procuram na terra a prática agrícola de subsistência.

Várias companhias colonizadoras passaram a comercializar terras da região, vendendo pequenas propriedades que passam a ser cultivadas para a subsistência familiar e a madeira existente era comercializada pelas companhias. A mudança na configuração da propriedade agrícola vai ocorrer no período 1969/1970 quando o Governo Federal passa a incentivar a produção mecanizada, para atender a demanda internacional e a agroindústria de alimentação interna, através de financiamentos subsidiados, o agricultor pôde adaptar-se à essa agricultura mecanizada.

Outro aspecto importante da região Oeste na década de 1970 é a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na divisa entre Brasil e Paraguai, responsável pelo “inchaço” populacional de Foz do Iguaçu onde fixaram-se os trabalhadores da obra, que no período de pico chegou a cerca de 30.000. A formação do lago influenciou os municípios do entorno do antigo leito do rio, que tiveram a área de seu município diminuída devido ao alagamento de parte de terras, considerada uma das mais férteis do mundo.

Para abrandar as perdas sofridas pelos municípios, a Itaipu Binacional passou a pagar royalties e realizar atividades que favorecessem o desenvolvimento regional. Uma dessas atividades foi a concessão de áreas no entorno do Lago de Itaipu para a construção de praias artificiais. Essa iniciativa levou o Governo do Estado do Paraná em 1996 a criar o Projeto Costa Oeste, interligando os municípios através do desenvolvimento da atividade do turismo e elaboração de propostas que viabilizassem o desenvolvimento dos municípios do entorno do reservatório de Itaipu.

A idéia da elaboração do projeto Costa Oeste partiu do Governo do Estado do Paraná e foi implantada na região, na forma de uma região programa, e esse trabalho visa estudar como a população, agente e sujeitos do processo, percebem a implantação desse projeto e como os municípios estão estruturados para desenvolver a atividade turística.

OBJETIVOS

Geral

A dissertação “O turismo e a produção do espaço na Costa Oeste Paranaense”, tem como objetivo analisar o processo geo-econômico de formação da região da Costa Oeste, enfocando o turismo enquanto estratégia atual de política estadual de desenvolvimento regional, tendo em vista contribuir com subsídios à formulação de políticas de desenvolvimento regional.

Específicos

- Analisar os principais aspectos sócio-espaciais da organização geo-econômica da costa oeste paranaense, notadamente com o aporte da modernização da agricultura regional;
- Resgatar as mudanças sócio-espaciais ocorridas na região da Costa Oeste do Paraná com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e as ações desenvolvidas pela mesma no setor turístico;
- Avaliar a proposta de implantação do Projeto Costa Oeste pelo Governo do Estado do Paraná e as ações desenvolvidas nesse espaço;
- Avaliar como os municípios acolheram e se estruturaram para atender a demanda do setor turístico no que refere-se às atividades de prestação de serviços e movimentação financeira;
- Analisar e avaliar de que forma o espaço está sendo utilizado, visando perceber os cuidados ambientais e a importância do mesmo para a atividade turística.

JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu contribuiu para a mudança da fisionomia da região programa Costa Oeste.

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, um expressivo número de pessoas vindas de outros estados e também pequenos agricultores acabaram sendo aproveitados como trabalhadores, o que acabou ocasionando uma alta elevação populacional na área urbana, principalmente em Foz do Iguaçu. Para se ter uma idéia mais quantificada, a população de Foz do Iguaçu em 1970 era de 33.966 habitantes, das quais 60% habitavam a zona urbana e 40% a zona rural. Já em 1980 a população saltou para 136.321 habitantes, onde 74% passou a residir na área urbana. Nos demais municípios da região Oeste do Paraná, foi possível perceber a diminuição da área agrícola e a criação de novas frentes de exploração econômica. Essa iniciativa partiu do Governo do estado do Paraná, cujo projeto de desenvolvimento seria efetivado com atividades econômicas integradas ao meio

ambiente e às vocações locais, através de ações governamentais e iniciativa privada. Segundo o Plano Preliminar “

...a Costa Oeste tem um grande potencial de catalisar empreendimentos, tanto os relacionados com o turismo, como aqueles relacionados à agroindústria...” “... as atividades ligadas ao turismo servirão de âncora para o processo de desenvolvimento da região, proporcionando uma nova oportunidade em termos de estruturação das atividades econômicas da área.” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1996 a,p.4)

Cabe realçar que a atividade turística vem se firmando como uma atividade econômica importante e promissora. Isso acontece porque envolve uma variada gama de serviços necessários para o atendimento aos turistas, como, por exemplo, o serviço de transporte, alojamento, agências de viagens, locadoras de automóveis, alimentação, lojas, entre outros. Os lucros advindos dessa atividade são bastante expressivos: até o ano 2005 será responsável por 12% do PIB mundial e segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), no ano de 2000, 660 milhões de turistas deslocaram-se de um país para outro e em 1994, estimou-se que houve 183 milhões de pessoas no mundo trabalhando com turismo, 1 em cada 9 trabalhadores. (SANTOS, 2000:8)

Trazendo essa realidade para a região estudada, é possível perceber que a atividade turística foi implantada nas políticas de diversos municípios da Costa Oeste, principalmente após a 1ª edição dos Jogos Mundiais da Natureza, evento que aconteceu no ano de 1997, devido à presença constante de aspectos paisagísticos bastante marcantes na região, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu e faixa de proteção criada com a formação do Lago de Itaipu.

Mas como a população, agentes e sujeitos do processo, desses municípios percebem essa nova atividade econômica para a região? De onde vêm os principais visitantes para a região? Como os municípios estão se estruturando para atender essa demanda e para fazer da atividade turística uma alavanca para o desenvolvimento regional? Essas perguntas estão constantes no trabalho de pesquisa a ser desenvolvido, além de buscar entender qual categoria turística a

Costa Oeste vem desenvolvendo e se a mesma está conseguindo atingir os objetivos propostos pelo Governo Estadual na época de implantação.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa para a estruturação da presente dissertação foi através da utilização de materiais bibliográficos, tais, como livros, apostilas, reportagens, artigos e sites da internet, que serviram para subsidiar o embasamento teórico.

Para entender como o turismo na região da Costa Oeste, foi realizada uma pesquisa empírica com os 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. A amostra pesquisada seguiu os seguintes critérios:

- Em cada um dos 15 municípios da região da Costa Oeste foram entrevistados os responsáveis municipais pela atividade turística, bem como empresários e famílias locais, conforme seguinte quantificação:
 - Nas prefeituras municipais foram contactados os secretários municipais de turismo, diretores de departamento e/ou chefes de divisão;
 - Nos municípios com até 5.000 habitantes foram realizadas 5 pesquisas com empresários locais e que, em seu trabalho, teriam contato com os turistas (posto de gasolina, hotel, restaurante, lanchonete e mercado) e também 2 moradores locais;
 - Nos municípios com até 20.000 habitantes foram realizadas 8 pesquisas com empresários locais e 2 moradores locais;
 - Nos municípios acima de 20.000 habitantes foram realizadas 10 pesquisas com empresários locais e 3 moradores locais.

O questionário, aplicado ao setor de turismo dos municípios, foi elaborado com 11 questões abertas com o objetivo de levantar informações.

Os questionários, aplicados aos empresários locais, foram elaborados com 11 questões, sendo que 4 eram perguntas fechadas e 7 abertas; já os questionários para as famílias locais foram elaborados com 10 questões, sendo 3 perguntas fechadas e 7 perguntas abertas.

Os resultados da pesquisa foram tabulados em forma de gráficos e tabelas e resultou no texto final da presente dissertação.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Estruturalmente, no primeiro capítulo, são trabalhados os conceitos de Turismo, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, como forma de levantar o aporte teórico da pesquisa e entender a importância da atividade turística para a região, bem como os projetos turísticos para o desenvolvimento da região da Costa Oeste do Paraná. É realizado um resgate bibliográfico para entender qual a influência da atividade na organização do espaço e como a população pode utilizar essa atividade.

No segundo capítulo é abordado o conceito de região programa, que dentre as várias concepções, é a qual a região da Costa Oeste melhor se enquadra. Também tem-se a preocupação de fazer uma descrição histórica da ocupação da região, para entender de modo racional a sua ocupação, a qual foi determinante no desenvolvimento da economia. Por isso, retrata a formação histórica sócio-espacial e econômica da região, ressaltando a forma de ocupação humana desse território e as atividades econômicas desenvolvidas pela população. Aborda também a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, referindo-se a sua importância econômica como grande geradora de eletricidade e importância social, como agente de atração de grande número de trabalhadores, gerando elevação populacional em Foz do Iguaçu e também como atrativo turístico.

No terceiro capítulo realiza-se um estudo da região da Costa Oeste abordando o turismo como um fator aglutinador dos municípios e como a atividade se faz presente nessas localidades.

No quarto capítulo são apresentadas as conclusões derivadas da pesquisa de campo, bem como as considerações e recomendações finais.

I TURISMO, ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

1.1 TURISMO: CONCEITUAÇÃO, IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL

1.1.1 Conceituação

O conceito de turismo é bastante polêmico e desde o surgimento dessa atividade como atividade econômica organizada, em meados do séc. XIX – período chamado Grand Tour, – até os dias de hoje, muita coisa mudou. E continua mudando. E é justamente a dinamicidade das sociedades que faz essa transformação no significado do que se habituou chamar de turismo.

Christaller² (1955 apud EUFRÁSIO,2001) resume o desenvolvimento histórico do turismo em cinco períodos principais: o primeiro iria de cerca de 1790 (praticada inicialmente por uma pequena elite, sobretudo inglesa) até 1840, quando se expandem rapidamente os meios de transporte de massa, por navio a vapor ou trem, os primeiros guias de viagens foram justamente publicados entre 1830 e 1840. O segundo período (1840 – 1870) marca o início do moderno turismo de férias, com o rápido crescimento dos meios de hospedagem, mesmo nas fazendas onde os fazendeiros poderiam ter uma renda suplementar. O terceiro período (1870 – 1900) é caracterizado pelo começo de uma verdadeira indústria de atendimento às necessidades gerais do turismo com a construção de hotéis somente destinados ao turismo. As classes médias passam a ser atingidas pelas atividades turísticas. Entretanto, o turismo como fenômeno de massa só começa a se formar no quarto período, o de 1900 a 1930 com o crescimento do turismo para fins de esporte, como o ligado aos esportes de inverno. O quinto período, desde 1930, expressaria, por um lado, a importância do turismo conduzido em grupos, organizado por agências e, por

² CHRISTALLER, W. Beiträge zu einer Geographie des Fremdenverkehrs, Erdkunde, 9(1)1-19, fevereiro de 1955. in _____. O turismo na obra de Christaller. São Paulo: Hucitec, 2001.

outro, ao que ele chamou de um almejado “rumo à periferia”, o que apresenta um grande e estratégico significado entre nós. É importante destacar a relação que Christaller faz da atividade do turismo com o sistema de localidades centrais, por ele mesmo criado.

Se é possível estabelecer para os lugares centrais leis exatas de localização (como ele mesmo formulou em 1933) isto não é possível para os lugares periféricos (ligados ao turismo) com a mesma exatidão matemática. O máximo que pode ser dito é que estes espaços, que são os mais afastados das localidades centrais e também das aglomerações industriais, têm as mais favoráveis condições de localização para os lugares turísticos. Estes não se encontram no centro das regiões povoadas, mas na periferia. (CHRISTALLER,1955,apud SILVA,2001,p.124³)

Segundo Christaller (apud SILVA, 2001, p.125) o setor do turismo é o setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais, portanto é uma atividade que tem forças para combater a tendência à concentração. Mesmo as atividades quaternárias ligadas à ciência e a tecnologia, em seus desdobramentos industriais bem mais flexíveis, não possuem comparativamente, o mesmo potencial de desconcentração que o turismo, procurando geralmente, locais aprazíveis, mas não muito distantes de aglomerações metropolitanas. Algumas vezes, essas novas atividades podem se fixar em áreas turísticas, beneficiando-se do capital natural e cultural favorável à produção científica e tecnológica e à alta administração.

O turismo tem, portanto, uma tendência natural para a periferia das regiões densamente povoadas já que, na maioria das vezes, o turista procura paisagens remotas e ambientes exóticos, muitas vezes idílicos (montanhas, florestas, praias, lagos, áreas rurais e etc). Evidentemente, Christaller considera que as cidades são também freqüentadas por visitantes, mas tais visitas seriam, sobretudo, de negócios e educação. As cidades históricas, entretanto, também atrairiam muitos turistas. Por outro lado, a distribuição das estações de água e de *spas* estaria, muitas vezes, associada ou próxima às atividades de mineração.

³ CHRISTALLER, W. Beiträge zu einer Geographie des Fremdenverkehrs, Erdkunde, 9(1)1-19, fevereiro de 1955. in _____. Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia. São Paulo: Hucitec, 2001.

Segundo Cruz (2001,p.33) excetuando-se algumas modalidades de turismo (de aventura, ecológico, rural⁴, entre outros) cuja base territorial constitui-se de espaços pouco ou nada urbanizados, o turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais. Isso deve-se ao fato, principalmente, da cidade concentrar, espacialmente, os equipamentos necessários ao desenvolvimento do chamado turismo de massa, ou seja, infra-estrutura de acesso, de hospedagem, de apoio à atividade (atendimento médico, sistema bancário, etc) e de lazer, mas também ao fato de ela própria ser objeto de atratividade para o turista.

Na atualidade é possível observar que a atividade turística também tem lugar de destaque nas grandes cidades e também nas que possuem atividades industriais. Isso ocorre devido à diversificação de atividades que esses locais possuem, bem como a ampla oferta de serviços turísticos, como hotéis, restaurantes shoppings, entre outros. No ano de 2002, a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo foram as duas cidades brasileiras mais visitadas por turistas estrangeiros, conseguindo atrair mais da metade dos visitantes (Gazeta do Iguaçu, 15/08/03).

Segundo Silva (2001,p.127) fica claro, portanto, que o turismo, para Christaller “pode ser um meio para se atingir o desenvolvimento econômico em regiões periféricas já que o fluxo de turistas ricos dos centros metropolitanos deveria injetar moeda estrangeira e gerar empregos”. Isto é também observado por Murphy e Andressen quando afirmam que Christaller sugeriu que o fluxo para o exterior dos residentes nos centros metropolitanos, em direção aos lagos e montanhas das regiões periféricas seria um caminho para reverter os fluxos de renda para as localidades centrais mais importantes. “A transferência de fundos através do turismo poderia ajudar a colocar as regiões periféricas, aparentemente negligenciadas, dentro das principais correntes do desenvolvimento econômico”.

Silva observa que, nos estudos de Christaller, sempre havia a valorização do meio ambiente como um recurso extremamente importante para a implantação e crescimento do turismo, ao contrário do que ocorreu na sua teorização e análise das cidades. Mas, coerente com as preocupações de sua época, Christaller não destacou os problemas decorrentes do impacto do turismo sobre o meio ambiente. (SILVA,2001 ,p.128)

⁴ Ao classificar a atividade turística, existe uma modalidade que se denomina Turismo Rural, que é aquela praticada nas áreas rurais dos municípios, consistindo no envolvimento do turista nas atividades do campo e no dia-a-dia rural. Cabe ressaltar que a área rural e a área urbana são continuums espaciais, pois há a interdependência entre esses dois espaços.

Silva (2001,p.128) também destaca o pensamento do pioneiro geógrafo Ullman, que da mesma forma que Christaller, viu no meio ambiente e particularmente no clima, uma condição para a expansão das amenidades – dentre elas o turismo – e estas como um fator no crescimento regional. Mas Ullman igualmente conclui chamando a atenção para o

cuidado que deveria ser tomado para não matar a galinha que bota os ovos fazendo concentrar demais a população e a indústria em um lugar de uma forma não planejada e desagradável e criando condições intoleráveis de tráfego, poluição atmosférica e outras condições, como tem acontecido em alguns casos. (ULMANN,1954,p.132⁵apud SILVA, 2001,p.128).

Segundo Cruz (2001,p.4) o turismo é, antes de mais nada, uma prática social que vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável. Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial do Turismo - OMT. Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, contanto que não correspondam a formas de remuneração direta. A importância da definição de turismo adotada pela OMT reside no fato de orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, conseqüentemente, ter rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade.

Todo tipo de viagem é considerado, hoje, turismo, independentemente da motivação do deslocamento, conforme definição da OMT. Se isso, por um lado, dá origem à chamada segmentação no turismo (turismo de negócios, turismo de eventos, turismo de saúde e etc) por outro, suscita questionamentos. O que a OMT sugere com essa definição de turismo é que viagem e turismo são hoje sinônimos. Então, o cidadão que viaja para tratar de sua saúde, por exemplo, ainda que não

⁵ ULMANN, E. Amenities as a Factor in Regional Growth. The Geographical Review, 44(1):119-32,1954. In _____. Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia. São Paulo: Hucitec,2001.

tenha qualquer momento de lazer em seu destino, será abarcado pelas estatísticas de turismo da mesma forma que o indivíduo que em férias, viaja por meio de um pacote turístico e passa todo o tempo de sua permanência no destino, usufruindo de uma gama de infra-estruturas e serviços de lazer disponíveis no lugar visitado.

O paradoxo que se coloca entre definição oficial e situações práticas é que a lógica que orienta a organização dos espaços para o turismo é a do lazer. Se a definição oficial desconsidera, aparentemente, a forma como o visitante se apropria do lugar visitado, por que, historicamente, as localidades turísticas continuam se orientando em função da lógica do lazer?

Segundo Cruz (2001,p.5) a explicação para esse fato está em um possível pressuposto metodológico que orientaria as definições oficiais de turismo, ou seja, todo viajante é, para os organismos oficiais de turismo, um turista potencial, pois pode, tal como alguém que viaja por motivo de lazer, utilizar-se total ou parcialmente das infra-estruturas turísticas presentes no destino. Não se pode negligenciar o fato de que ao abarcar todo tipo de viagem como turística, a definição oficial de turismo conduz, entre outras coisas, à exacerbação das estatísticas.

O turismo é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. Christaller mostrou, como princípio geral para a subdivisão do campo da Geografia Econômica, que deveria ser dada preferência à análise do lugar ocupado por qualquer tipo de atividade econômica na estrutura espacial das relações funcionais, o que destacaria a sua geograficidade, e não à análise isolada de uma determinada atividade econômica.

“A idéia básica é a de que nenhuma outra atividade apresenta, potencialmente, uma tendência para a ocupação de áreas periféricas e até distantes como o turismo”. “Assim, nesse caso, ser periférico e exótico é estrategicamente favorável” (SILVA,2001,p.124).

Knafou⁶ (1996) utiliza o conceito de território turístico para definir os espaços apropriados pelo turismo, ou seja, os espaços funcionalizados pelo turismo e que foram apropriados por determinados atores sociais e que atribuíram determinadas

⁶ KNAFOU, Remik. Por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, Adyr A.B. (org) Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

funções àqueles espaços. Para ele existem três possibilidades distintas de relação entre turismo e território, que são “territórios sem turismo”, “turismo sem território” e ainda “territórios turísticos”.

Os “territórios sem turismo” são quantidade de pessoas que não possuem condições (materiais e imateriais, como recursos financeiros e tempo livre de trabalho) e lugares no mundo que não foram apropriados pelo turismo. O “turismo sem território” diz respeito a casos em que o turismo existe sem território, ou seja, fora do solo, como é o caso dos *Center Parcs* da Europa do Leste e dos parques temáticos, pois estão deslocados do seu entorno e ocorrem independentemente de atributos naturais ou socioculturais dos territórios em que se inserem. Já os “territórios turísticos” correspondem aos territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelo planejadores e que contam com a força do marketing para homogeneizar e disseminar gostos.

A seletividade espacial no turismo é definida por três fatores, que são denominados fontes de turistificação de lugares e territórios, que são: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais.

Os turistas são peças chaves na delimitação de um lugar turístico, pois são eles que estão na origem do turismo. Normalmente, a definição de lugar turístico baseia-se apenas nas potencialidade turísticas, que são ora os recursos naturais, ora os recursos culturais ou ambos, ignorando o principal fator conformador desses lugares como tal, ou seja, a presença do turista. É a presença do turista que confirma a existência de um lugar turísticos. No caso da região Costa Oeste do Paraná, há presença de turistas é uma constante, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu, que foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), no ano de 2002, a quarta cidade brasileira mais visitada por turistas estrangeiros (GAZETA DO IGUAÇU, 15/08/2003).

O mercado é importante fator de apropriação do território para o turismo, pois apesar das potencialidades turísticas de um local, os progressos da ciência, da técnica e da informação permitem que estruturas absolutamente indiferentes ao seu entorno sejam implantadas no território, desde que haja mercado consumidor e capital.

Os planejadores e promotores territoriais intervêm no espaço através do planejamento territorial na configuração dos lugares turísticos, que resulta da necessária racionalidade imposta pelo mercado bem como da competitividade

espacial entre lugares. Devido a competitividade entre os produtos turísticos, o planejamento territorial é uma condição do sucesso de planos e políticas territoriais.

1.1.2 Importância Econômica.

O turismo é notadamente o segmento que mais cresce economicamente no mundo, favorecendo o desenvolvimento de áreas pouco evoluídas, além de movimentar 52 segmentos diferentes de uma nação e ser responsável por aproximadamente 8% dos empregos no mundo (TRINDADE,2001,p.45) e situa-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza, só perdendo para a indústria de armamento e de petróleo (RODRIGUES, 2001a,p.17)

Segundo Rodrigues (2001c,p.153) estima-se que o faturamento mundial do turismo, em 1994, foi de US\$ 3,4 trilhões, responsáveis por 10% do PIB mundial, gerando 204 milhões de empregos. Um outro dado, muito significativo, mostra que o turismo responde por 13% dos gastos de consumidores mundiais, só perdendo para as despesas com alimentação. Segundo estimativas, o turismo no Brasil movimentou US\$ 45 bilhões de dólares, arrecadando cerca de R\$ 7,8 bilhões, em impostos diretos e indiretos. Empregava quase seis milhões de trabalhadores, sendo considerado um setor dos maiores geradores de emprego do país. Estimou-se que em 1994, um em cada onze trabalhadores brasileiros estava vinculado a essa atividade, representando quase 10% da população economicamente ativa, ao passo que a média mundial estava próxima de 11%.

Por sua vez, Trindade (2001,p.45) observa que o turismo é um segmento que movimenta U\$ 2,5 trilhões e envolve um fluxo de 657 milhões de pessoas por ano, crescendo a taxas de 4 a 5% ao ano e tendo uma projeção de crescimento na ordem de 90% até 2010.

Dos segmentos do turismo o que mais cresce é o Ecoturismo e diferentemente de outras atividades tende a ser deficitária entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou seja, exige transferência de divisas de países industrializados para países em desenvolvimento.

O Ecoturismo representa 7% de todos os gastos com viagens internacionais, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT). Mais ainda, o ecoturista

costuma, e está disposto a gastar 26% a mais que o turista convencional, possuindo um perfil mais exigente devido o nível educacional e de renda.

Para que haja cada vez mais ganhos com o turismo é necessário desenvolver uma gama maior de produtos turísticos, dentro dos parâmetros de sustentabilidade, com retorno na melhoria da qualidade de vida dos residentes dos núcleos receptores e na satisfação do visitante. Como afirma Omena⁷ (1998, apud PARANA TURISMO,2002,p.4) “a questão turística tem um eixo fundamental que é o município, pois nele reside a função produtiva do turismo, que norteará a geração da atividade turística”. O sucesso ou insucesso, o resultado da atividade dependerá do desempenho que esse município apresente através da conjugação de vários fatores: liderança política, força da iniciativa privada, participação e empenho da comunidade.

Segundo Rejowski (1996,p.12) o desenvolvimento e a exploração do turismo em um município pode gerar impactos positivos e negativos e os exemplos são os seguintes:

Quadro 1: Impactos econômicos do turismo

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos • Geração de rendas • Aumento de divisas em moeda estrangeira • Aumento na arrecadação de impostos • Criação e desenvolvimento de empresas • Descentralização de riquezas • Diversificação da economia • Maior distribuição e circulação de renda • Aumento da renda “per capita” • Expansão das oportunidades locais • Atração de investimentos diversificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Especulação imobiliária • Aumento da economia informal • Aumento do custo de vida • Inflação • Privilégio de benefícios econômicos

Fonte: Rejowski, 1996,p.13

⁷ OMENA, Tânia. Viabilidade da municipalização do turismo nos núcleos brasileiros. Rio de Janeiro:Confederação Nacional do Comércio – Conselho do Turismo, 1998. In _____. PARANÀ TURISMO. Municipalização do Turismo – Cartilha. Curitiba,2002.

Quadro 2: Impactos sociais do turismo

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do índice de desemprego • Melhoria e desenvolvimento da infra-estrutura • Capacitação de mão-de-obra • Aumento de mão-de-obra especializada • Melhoria da qualidade de vida • Conscientização e educação da comunidade • Auto-estima na comunicação pela participação direta • Desenvolvimento da estrutura urbana • Aumento de atividades de lazer • Incremento da qualidade da prestação de serviços • Divulgação do município • Integração e desenvolvimento regional • Contribuição à paz entre os povos 	<ul style="list-style-type: none"> • Imigração desordenada • Aumento da prostituição • Tráfico de drogas • Acúmulo de lixo urbano e rural, aumento de poluição, congestionamento e tráfego urbano • Exploração do turista • Crescimento desordenado e desequilíbrio espacial da população • Aumento da criminalidade • Vandalismo • Desconforto da população local • Evasão da população local • Rejeição do turista pelos residentes • Desagregação familiar • Doenças • Aumento da população sazonal • Efeito demonstração pelos residentes • Problemas com infra-estrutura básica • Congestionamento de locais públicos e privados

Fonte: Rejowski, 1996,p.13

Quadro 3: Impactos ambientais do turismo

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da consciência ambiental • Conservação e preservação do patrimônio natural e cultural • Desenvolvimento de uma consciência turística • Valorização da cultura local • Renovação da identidade cultural • Preservação e resgate da história, tradições culturais e populares • Intercâmbios e integração sociocultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Descaracterização de manifestações culturais • Perda da identidade e de valores culturais • Extrapolação da capacidade de carga na exploração de atrativos turísticos • Deteriorização de bens culturais (históricos, artísticos, arqueológicos) • Depredação do meio ambiente (natural, cultural e social) • Desequilíbrio ecológico • Poluição sonora, visual, do ar e da água • "Stress" ambiental (pessoas, fauna e flora, ar, etc)

Fonte: Rejowski, 1996,p.14

Os quadros 1, 2 e 3 são representativo dos impactos que o turismo causa no espaço em que se insere. Esses impactos podem ser positivos e negativos e, ao implantar, de forma planejada, a atividade turística em um município, é possível

desenvolver estratégias que minimizem os impactos negativos, valorizando os pontos positivos da atividade.

Além da importância econômica do turismo, cabe ressaltar a incontestável capacidade da atividade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de territórios para sua realização.

1.1.3 Políticas de planejamento do turismo

O espaço geográfico, e nele incluído o recorte histórico cultural, é o principal objeto de consumo do turismo e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor-turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico.

Indubitavelmente, é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais. Infra-estruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias, infra-estrutura de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo passível de ser criado e/ou apropriado para uso turístico. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer, porque ele proporciona diversas economias externas, isto é, externalidades, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho.

Nos territórios receptores de fluxos de turistas multiplicam-se infra-estrutura relativas à hospedagem, que podem ser desde pousadas rústicas até hotéis de padrão internacional ou, ainda, loteamentos e condomínios de segunda residência.

O setor de prestação de serviços, de modo geral, é direta ou indiretamente influenciado pela presença do turista no lugar, do que decorre do surgimento e/ou multiplicação de equipamentos de restauração, lazer e apoio ao usuário turista. O setor informal pode ser, igualmente, estimulado pela existência de uma demanda turística nos territórios receptores desses fluxos.

O que o turismo faz nos núcleos receptores é impor sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) as lógicas preexistentes. Daí as transformações que se colocam nos territórios em função do turismo.

O turismo cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc) e objetos culturais (infra-estruturas, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições. Não se pode duvidar da capacidade que tem o turismo de mudar os lugares para que ele possa acontecer.

O modelo de produção de espaços turísticos totalmente desvinculados do entorno a exemplo de Lãs Vegas, a maior concentração de hotéis de luxo do mundo – um espaço produzido artificialmente pelo turismo e para o turismo -, tem se reproduzido mundialmente. Cancun, no México, criado na prancheta, é um dos projetos mais audaciosos, financiados por capitais transnacionais, completamente desvinculado da realidade regional. Lãs Leñas, na Argentina, guardadas as devidas proporções, segue a mesma concepção. Representam a tendência mais arrojada do turismo internacional, com a instalação de luxuosos *resorts* que se multiplicam muito recentemente também na Ásia de Sudeste. Aproveita-se dos recursos naturais locais, instalam-se *megachains* financiados por corporações transnacionais, produzem-se espaços totalmente artificializados. (RODRIGUES,2001a,p.22-23)

Segundo Rodrigues (2001b,p.25) o planejamento do turismo é, em princípio, complicado porque tem de conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham e satisfazer a ambas não é tarefa fácil. Em primeiro lugar há que preocupar-se com a condição basilar inerente ao turismo, ou seja, a satisfação das necessidades dos turistas que, em princípio, deve ser consumidor generoso e prazeroso. Em segundo lugar e, não menos importante, deve-se pensar nos custos e benefícios que o turismo traz a população residente, ou seja, nos seus impactos econômicos, sociais, políticos e culturais, Em terceiro lugar, há que se cuidar da preservação do patrimônio cultural e ambiental, sem o qual o turismo corre o risco de autodestruir-se.

Soldatelli (1998,p.49) registra que no Brasil, a atuação do Governo Federal no turismo foi sistematizada a partir de 1996, com o reconhecimento da importância econômica do setor e da necessidade de se contar com uma agência responsável pelo seu fomento e normatização, a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, hoje

Instituto Brasileiro de Turismo, mas já no governo Juscelino Kubitchek (JK), em 1959, se plantou a semente com a criação da Companhia Brasileira de Turismo (Combratur).

Deve-se reconhecer em J.K. uma sensibilidade precoce quanto à importância do turismo, pois o presidente não só acompanha seu tempo, como vê mais longe, considerando-se que, mesmo nos países centrais do capitalismo, o turismo adquire importância econômica somente a partir dos anos sessenta, com o boom econômico que sucede à Segunda Guerra Mundial. (RODRIGUES, 2001c,p.147)

Somente em 1977 é que publica-se um documento contendo a Política Nacional do Turismo (PNT), mas em nenhum dos tópicos prevê a participação comunitária no planejamento do setor. A comunidade é vista apenas “como uma beneficiária em consequência do processo de desenvolvimento econômico oriundo das atividades turísticas” (SOLDATELLI, 1998,p.49).

O desenvolvimento do turismo no Brasil, com ou sem Embratur, dá o grande arranque na década de 1970, em sincronia com o chamado milagre brasileiro. Grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais marcaram o Brasil, durante e após o governo J.K. A industrialização do país é acompanhada por grandes mudanças que vão constituir as condições básicas para o incremento da atividade turística dos anos setenta:

- A formação de uma classe média, formada por profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes e industriais, quadro de técnicos especializados do setor industrial, funcionários públicos, professores, bancários, só para citar alguns;
- A inserção da mulher no mercado de trabalho, aumentado a renda familiar;
- A motorização familiar, consequência da implantação das indústrias automobilísticas no país;
- A melhoria da rede e dos meios de transporte e comunicações, resultante de uma das metas do período chamado “milagre econômico”;
- A melhor articulação das regiões brasileiras, como consequência da propalada integração da economia nacional;

- A difusão dos meios de comunicação, onde a mídia eletrônica e imprensa desempenham importante papel na publicidade e no marketing turísticos;
- A urbanização do país, concentrando nas cidades grande parte da população, cujo ambiente é alardeado como altamente desgastante e causador de estresse.

-

Paralelamente, estruturam-se as operadoras e agências de viagens, difundindo o turismo como um meio de fugir da rotina cotidiana, aliviar as tensões, aceder aos novos estilos de vida, erigidos como dogmas pela sociedade de consumo de massas. Ao mesmo tempo, estrutura-se uma rede de transportes com acesso às praias e montanhas, em particular nas regiões Sudeste e Sul.

Durante e após a crise econômica do início dos anos 1980, o turismo sai fortalecido e vai ser entendido, pela classe política, como uma saída para a crise, uma alternativa econômica capaz de soerguer as economias deprimidas dos estados nordestinos e de dinamizar a economia da Amazônia, com a onda do “turismo ecológico”.

Segundo Soldatelli (1998,p.49) a consolidação da PNT ocorre na década de 1980 através do estabelecimento de diretrizes, estratégias, objetivos e ações executadas pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, através da EMBRATUR e iniciativa privada. Norteiam esta política de desenvolvimento da economia através de serviços, a diminuição das desigualdades regionais, a geração de empregos e renda, a integração ao mercado de trabalho de um contingente populacional de baixa qualificação profissional através de sua capacitação, o desenvolvimento sustentável de áreas naturais e a inserção competitiva do País no panorama global, através de uma imagem externa positiva. As macro-estratégias gerais da PNT envolvem a articulação entre o governo e a iniciativa privada, a implantação de infra-estrutura básica e turística adequadas às potencialidades regionais, a qualificação de recursos humanos para o setor e a descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado.

A Política Nacional do Turismo só vai ser reativada a partir do governo Fernando Collor de Melo, onde na sua plataforma de governo figura a intenção de mudar papéis da dívida externa brasileira por investimentos turísticos no país, a título de fundo perdido. Na gestão Collor, agrega-se a Embratur o rótulo de Instituto

Brasileiro de Turismo, sendo sua sede transferida para Brasília e teria como tarefa primordial assumir a Política Nacional de Turismo. (RODRIGUES, 2001c,p.150)

Nesse período, há uma mudança nos objetivos da Embratur, com cunho social como democratizar o acesso ao turismo nacional e reduzir as disparidades econômicas regionais mediante oferta de emprego e melhor distribuição da renda. Um outro elemento novo, que não constava dos objetivos anteriores, está voltado para aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio dos turistas estrangeiros no país.

Um grave quadro de crise, em 1992, faz com que sejam buscadas possíveis saídas para superar esse período e novas atividades econômicas a serem encaminhadas. Experiências de outros países, subordinados à política do FMI, apontam para o turismo e, neste caso, o BID e o Bird não só aprovam, como o financiam. (RODRIGUES, 2001c,p.151)

Segundo Cruz (2001, p.10) a valorização da atividade turística no Brasil, a partir da década de 1990, resulta de diversos fatores conjugados, como o crescente significado econômico do setor serviços no mundo e, inserido neste, o turismo: a chamada potencialidade natural turística do país, a disponibilização de capitais estrangeiros para financiamento de projetos e os posicionamentos público e privado favoráveis ao desenvolvimento da a dividade.

A Política Nacional de Turismo avança, então, neste período, concebendo-se Plano Nacional do Turismo – batizado de Plantur – em julho de 1992, cujos objetivos são voltados para disciplinar o turismo, tanto no setor privado, quanto no setor público, parceria proposta pelo modelo econômico neoliberal. (RODRIGUES, 2001c,p.151).

Dessa forma, dentro da PNT, criou-se o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (PNMT) que aborda a conscientização e envolvimento da comunidade nas atividades de planejamento e gerenciamento dos programas de turismo a serem implantados. Outro ponto importante da PNT e que também possibilita a participação comunitária dentro de um enfoque de sustentabilidade é o *Programa Nacional de Ecoturismo*.

1.1.3.1 Programa Nacional de Municipalização do Turismo

No estado do Paraná, o PNMT foi adotado em 1995 e utiliza a metodologia de planejamento da Organização Mundial do Turismo – OMT e é coordenado pela EMBRATUR. O PNMT é um processo participativo que visa a conscientização, a sensibilização, o estímulo e a capacitação da comunidade local, sobretudo dos seus representantes, para que reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, como instrumento de preservação, valorização e manutenção dos patrimônios natural, cultural e histórico.

Também objetiva melhorar a qualidade do produto turístico brasileiro, através de um trabalho de conscientização do município sobre a importância econômica e social do turismo através de uma estratégia de descentralização da atividade, baseada na gestão territorial municipal local que, neste caso, privilegia o atendimento das necessidades mais prementes das comunidades locais envolvidas no processo e incentiva os municípios a criarem seus próprios projetos adequando-os aos problemas locais (REJOWSKI,1996,p.5).

O PNMT visa a descentralização da atividade, ou seja, o fortalecimento do poder público municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumam a co-responsabilidade e participe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável. Sua importância reside principalmente no fato de repassar uma metodologia de planejamento aos municípios, que considera os diversos componentes do desenvolvimento turístico dentro da estruturação de produtos turísticos competitivos, rentáveis e de qualidade.

A municipalização implica em conhecer amplamente o potencial de um município no setor turístico, de modo a harmonizá-lo com os demais setores econômicos, sociais e administrativos, estabelecendo prioridades, analisando os impactos e os custos-benefícios de sua implantação, considerando a infra-estrutura turística e a de uso geral da população local. Acarreta uma grande responsabilidade, pois está fazendo com que o turismo, antes visto apenas como uma atividade de lazer, se torne uma alternativa de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico. O PNMT chama para a importância da visão mercadológica global do turismo tanto dos dirigentes municipais do poder público como também da iniciativa privada.(BEZERRA,2001,p.5)

A implementação do PNMT é realizada através de Oficinas para Agentes Multiplicadores Estaduais e Monitores Municipais divididas em três fases:

- 1ª fase: sensibilização onde são motivados a desenvolver um programa de sensibilização da comunidade quanto à importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico-social;
- 2ª fase: capacitação e qualificação, onde são discutidas questões relacionadas à criação do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo, além da estruturação do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo;
- 3ª fase: fase de planejamento, onde é iniciada a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo, através do repasse dos aspectos metodológicos de planejamento e dos instrumentos de enfoque participativo.

Existem ainda as Oficinas de Comunidade – de 1ª, 2ª e 3ª fases, com o objetivo de envolver representantes dos segmentos direta ou indiretamente envolvidos com o turismo.

O Conselho Municipal do Turismo e o Fundo Municipal do Turismo são indispensáveis para que o município possa conseguir recursos financeiros junto às instituições financiadoras, visto que existem diversas fontes de recursos e que investem nas atividades turísticas, contanto que os projetos enviados tenham sido elaborados de acordo com o previsto nas oficinas do PNMT e aprovado pelos órgãos oficiais de Turismo.

O universo da ação deve ultrapassar a intervenção do estado e da empresa privada e envolver a sociedade civil no seu conjunto, mediante a atuação das organizações não governamentais, conhecidas como ONGs, das associações de base – legítimas representantes das comunidades – e das universidades, nos seus programas de pesquisa e de extensão. Só assim poderão ser respeitadas as necessidades locais, a potencialização dos seus recursos naturais e humanos, enfim, a valorização seletiva das diferenças, representadas pelo lugar. Propõe-se assim a gestão do território, que no entender de Berta Becker consiste num:

...processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde as normas e ações são

estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se assim o poder local com base do desenvolvimento. (1993⁸ apud RODRIGUES, 2001b,p.30)

De acordo com Machado e Parente (2000⁹ apud MORETI e RODRIGUES,2001,p.279)

Criado em 1995, o PNMT, é hoje, um programa de grande capilaridade: das 1.680 cidades brasileiras com vocação turística, 1.250 já se engajaram no programa de municipalização, mobilizando mais de 150 mil pessoas. Desde seu início, já capacitou 3.400 monitores e 350 multiplicadores estaduais e está plenamente habilitado, tanto para a atuação nacional coordenada, como para atuação local diferenciada.

Segundo avaliação da Embratur no ano de 2001, o estado do Paraná estava em 2º lugar no nível de operacionalização do programa. Segundo dados da Paraná Turismo (2001), quando iniciou a implementação do PNMT no Paraná, em 1995, houve um aumento expressivo em termos de adesão e implementação do programa por parte dos municípios que faziam parte do mesmo. Em 2001, dos 399 municípios paranaenses, um total de 183 vem desenvolvendo uma determinada fase de operacionalização do programa. No estudo de campo da região da Costa Oeste, serão abordados os municípios que participam do PNMT e a fase em que se encontram.

Segundo Bezerra¹⁰ (apud Silveira, 2002: 196) entre as aspirações e intenções do governo e a realidade que se apresenta, existe uma grande distância, conforme apresentado a seguir:

⁸ BECKER,B.K. A Amazônia pós ECO-92. In _____. Desafios para os estudiosos do turismo. São Paulo:Hucitec,2001b.

⁹ Machado, A.M.M; Parente,M.M.T. Municipalização do Turismo e agricultura familiar. In _____. Atividade Turística e transformação territorial:discurso e ação do estado no Pantanal – Ms. São Paulo:UNESP,2001.

¹⁰ BEZERRA, D. Avaliação do PNMT no Paraná. Estudo de caso de São Mateus do Sul. Curitiba:DETUR/UFPR. Monografia de especialização. 2001. in SILVEIRA, M.A.T. Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento. Um foco no estado do Paraná no contexto regional. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. 2002.

- embora as “Oficinas de Capacitação” de monitores municipais sejam bons instrumentos de sensibilização e motivação, de entendimento do turismo e do processo de municipalização desta atividade no Brasil, tais oficinas não tem proporcionado condições reais para a exploração turística efetiva por parte do município, no que concerne ao repasse de conhecimentos técnicos necessários;
- existe a necessidade de continuidade do processo após a 3ª e última fase, com a realização de “oficinas de conteúdo mais técnico”;
- é preciso criar instrumentos de repasses financeiros aos municípios;
- existe a necessidade de maior integração entre os parceiros públicos e privados e entre estes e as populações dos municípios;
- falta reconhecimento por parte da comunidade em geral, da importância estratégica do turismo como atividade de impacto sócio-econômico no âmbito local;
- o planejamento turístico não vem sendo trabalhado como deveria ser, isto é, de forma integrada e faltam trabalhos baseados no enfoque participativo com relação às comunidades receptoras;
- há necessidade de um maior envolvimento, de motivação e de identificação dos papéis do poder público, da iniciativa privada e da comunidade em geral no processo de desenvolvimento turístico no nível municipal.

1.1.3.2 Programa Nacional de Ecoturismo

Segundo Herrán (2001,p.54) o ecoturismo é o segmento da atividade turística, que utiliza de forma sustentável o Patrimônio Cultural e Natural, incentivando sua conservação, na busca da formação de uma consciência ambientalista, interpretando o ambiente e promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Segundo Peralta (2001,p.61) o ecoturismo é visto internacionalmente como

... viagens para áreas naturais para entender a história cultural e natural do meio ambiente, tomando cuidado em não alterar a integridade do ecossistema e abrindo oportunidades econômicas para que a conservação da natureza traga benefícios financeiros para a comunidade local.

Projetos de turismo em áreas naturais se multiplicam no mundo todo – foi identificado um crescimento anual de 10% a 30% . Muitos destes projetos recebem o rótulo de ecoturismo: um tipo de turismo que tem sido promovido como uma alternativa econômica que promete gerar benefícios às populações locais, promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Com tantos objetivos nobres a atividade é vista como a resposta para vários desafios. Mas como ela pode atingir tais objetivos? O Ecoturismo pode promover o desenvolvimento local e a conservação do meio ambiente quando as comunidades locais participam das atividades em todas as suas etapas.

Primeiramente para promover o desenvolvimento local, o projeto deve apoiar o desenvolvimento de uma base produtiva durável e diversificada, que permita um aumento nos níveis de qualidade de vida, que seja sustentável ou “suficiente”.

No caso de um projeto de ecoturismo, a tal “suficiência” é dificilmente atingida já que comunidades periféricas não têm fácil acesso ao mercado, informações e serviços de qualidade. Portanto, o ecoturismo pode ser visto como um desafio muito grande tanto para a comunidade quanto para técnicos.

Em alguns casos, a atividade tem que permitir a reorganização produtiva da comunidade, com uma distribuição de benefícios mais eqüitativa. O ecoturismo como um projeto de desenvolvimento sustentável deve aliar estratégias que de um lado busquem a reorganização da estrutura produtiva de uma comunidade e que de outro promovam o apoio para que estas comunidades continuem produzindo tradicionalmente. Tal estratégia pode parecer, a primeiro instante, contraditória. Entretanto, é uma estratégia amplamente adotada através do ecoturismo – que introduz nova alternativa econômica e reorganiza a distribuição de benefícios de forma mais eqüitativa, mas também tem a constante preocupação de não deslocar as forças produtivas de suas atividades econômicas tradicionais.

A busca da conservação do meio ambiente deve também englobar uma preocupação com a diversidade social e deve atentar para as habilidades das populações locais em continuar como guardiães de seu meio. Um programa de desenvolvimento sustentável deve sempre procurar oferecer apoio à esta população a fim de que continuem vivendo e produzindo também tradicionalmente, em sua região.

Para atingir seu objetivo de conservar a área natural dentro da qual se encontra e por ser uma alternativa econômica que depende diretamente dos

recursos naturais, o ecoturismo deve promover a visão da conservação como geradora de benefícios também econômicos. Deve-se então promover uma clara correlação entre a conservação e a geração de benefícios econômicos. Para isto os benefícios devem permanecer no local e serem distribuídos o mais eqüitativamente possível e o projeto de ecoturismo deve ser assumido por todos, principalmente pela própria comunidade.

Já que muitos benefícios só são gerados com muito investimento, os principais “investidores de risco” devem ser as comunidades envolvidas, investindo tempo, trabalho e muita organização. Todas as iniciativas que inserem a participação democrática da população no seu desenvolvimento e implantação são caras para seus investidores. São caras porque levam tempo, porque os benefícios vêm a médio e longo prazo, porque são parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que abrange vários outros aspectos sócio-econômicos. A participação democrática da população local, inclusive das minorias, pode ser um fator minimizador dos riscos. A aprovação e o investimento das comunidades oferecem legitimidade e senso de propriedade sobre o projeto.

O ecoturismo aborda uma estratégia dualista que reflete o desenvolvimento sustentável – introduzindo novas atividades econômicas construídas através de recursos sociais e naturais já existentes e apoiando as atividades tradicionais. Tentando gerar respostas para os desafios locais, respostas estas sempre dependentes da população local para sua implantação, e, portanto, mais suficientes, mais independentes de recursos, informações e investimentos externos. Finalmente, promovendo a conservação sempre acreditando na população local como “guardião” de seu meio ambiente.

Segundo Luíndia (2001,p.62) o ecoturismo pode representar uma relação importante e fundamental entre desenvolvimento sustentável e as populações tradicionais, com todos os benefícios, tensões, conflitos potenciais associados. O respeito pela natureza, pelo meio ambiente e, principalmente, pelo saber local das populações tradicionais podem fazer do ecoturismo uma atividade lucrativa e duradoura, se antes de tudo, desenvolver bases a sustentabilidade econômica, ambiental, sócio-cultural e étnica para as referidas populações.

Entretanto, até hoje, o ecoturismo caracteriza-se pela sua (in)definição, podendo ser tudo e nada ao mesmo tempo. Essa indefinição provoca os mais variados juízos e conceitos diferenciados e geralmente contraditórios. Na maioria

das vezes o ecoturismo vem sendo vendido por setores governamentais e na mídia como um conjunto de ofertas turísticas, produtos ecoverdes, naturais, produzidos de maneira sustentável que estão praticamente à disposição de uma minoria seleta e com alto poder aquisitivo e preferencialmente do Primeiro Mundo.

O rótulo mágico do desenvolvimento sustentável é a expressão da moda que figura em quase todos os projetos turísticos governamentais do Brasil, de grande, médio e pequeno porte. O documento – Diretrizes para uma Política Nacional de Turismo – da Embratur (1994) na sua apresentação, reza o seguinte, enaltecendo o ecoturismo:

A indústria do turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza. (1994¹¹ apud RODRIGUES, 2001b,p.29)

Porém, ao referir-se aos benefícios econômicos, sociais e ambientais, vê-se claramente que a proposta sob o rótulo de ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório. Não se descobriu ainda uma fórmula de conciliar preservação com utilização. Mais grave ainda é quando os textos oficiais se referem à conservação associada ao uso. Estes problemas têm sido observados em todas as unidades de conservação brasileiras, sejam elas locais de interesse turístico, reservas ou parques nacionais, estaduais ou municipais. Para vencer estes problemas tem sido proposta a educação ambiental, também uma expressão muito desgastada, pois muitas vezes aborda temas que não são específicos da sua área de abordagem.

¹¹ Embratur/Ibama. Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. Brasília, 1994. In _____ . Desafios para os estudiosos do turismo. São Paulo: Hucitec, 2001b.

1.1.3.3. Programa de Desenvolvimento do Turismo

Um dos primeiros programas a tratar o turismo de uma maneira integrada e com uma visão voltada para o desenvolvimento regional foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), em 1992, que surgiu da articulação dos governadores da região Nordeste do Brasil, da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco do Nordeste (BNB), da EMBRATUR e da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE).

O PRODETUR/NE abriu um novo caminho para o incremento do turismo regional por meio da implantação de infra-estrutura básica em locais de potencial turístico. A observar os resultados ali alcançados, a execução de ações integradas de infra-estrutura e desenvolvimento da atividade turística nas diversas regiões do país, certamente, contribuirá para a expansão do negócio turístico nacional e fará com que o Brasil seja um produto turístico reconhecido internacionalmente, além de criar um cenário propício para a atração de investimentos do setor privado e melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento do PRODETUR/NE foi o fato de a região Nordeste dispor de um quadro de recursos naturais propício à atividade turística - em que o trinômio sol/praias/entorno paisagístico é uma constante ao longo de todo o ano e, por isso, condiciona seu vasto litoral a um aproveitamento mais adequado de seus atrativos turísticos.

O conceito de um programa integrado do turismo, onde o binômio desenvolvimento e meio ambiente atue de forma efetiva na melhoria da qualidade de vida da população regional, que inspirou o PRODETUR/NE, é perfeitamente aplicável às propostas de desenvolvimento da atividade turística para outras regiões do Brasil. Embora com aspectos naturais diferentes do Nordeste, os estados do Sul do Brasil, mais o estado de Mato Grosso do Sul, caracterizam-se por uma natureza extremamente atrativa para a atividade turística.

Além das riquezas naturais, a região Sul, somada ao estado de Mato Grosso do Sul tem suas fronteiras abrangendo quatro países integrantes do Mercosul (Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia). Constata-se, na região, a exploração de recursos turísticos, com o que se tem uma importante participação do setor na economia regional.

O PRODETUR/SUL é um programa destinado ao setor público para a construção da infra-estrutura necessária à instalação de empreendimentos turísticos naqueles pontos que oferecem atrativos para isso. Assim, objetiva captar recursos financeiros nacionais e internacionais na ordem de um bilhão de dólares para a construção e a modernização de estradas, pontes, aeroportos, energia elétrica, comunicações, saneamento básico, etc. naquelas áreas da região Sul que forem consideradas prioritárias na estratégia de desenvolvimento regional do turismo. (GOVERNO DE ESTADO DO PARANÁ, 1996b,p.10)

Na proposta do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) para o PRODETUR/SUL os objetivos enunciados eram fortalecimento de atividades econômicas da região Sul e o impulso do ecoturismo no pantanal mato-grossense, através do desenvolvimento planejado, compatível com a vocação de cada localidade, sob a ótica integrada do crescimento do turismo em nível nacional, a adoção de projetos de turismo patrocinados para sustentar o desenvolvimento regional através da criação de uma infra-estrutura turística adequada à vocação de cada local contemplado pelo Programa, proteção do meio ambiente e do meio natural e proteção e revitalização dos núcleos históricos. Como meta conjunta com outros estados da região Sul e mais o Mato Grosso do Sul pretende-se criar corredores de turismo entre estes estados do sul e também com os países limítrofes, ou seja, Argentina, Uruguai e Paraguai, e com a Bolívia e o Chile, todos ligados ao Mercosul.

O objetivo geral do programa é consolidar, ampliar e melhorar a qualidade dos produtos e serviços turísticos, incrementando a renda turística regional. Uma das metas do Programa é resgatar o conceito de planejamento e da visão do turismo como um processo integrado ao desenvolvimento. Por essa razão o PRODETUR SUL determina a realização de estudos de mercado para toda a região envolvida no Programa - no caso os estados da região Sul e Mato Grosso do Sul. Dessa forma, busca-se tornar a oferta dos produtos turísticos mais compatível com as demandas existentes, de maneira a tornar as intervenções definidas ao longo do processo, as mais eficazes o possível. A área selecionada foi delimitada inicialmente por critérios administrativos (os estados da região Sul e Mato Grosso do Sul). Posteriormente, utiliza-se os conceito de Áreas Turísticas, onde se espera que a demanda turística se concentrará. Dentro de tais áreas foram discriminados os diversos tipos de ações potenciais.

Na fase de preparação do Programa, cada estado selecionou uma “Área Turística Prioritária”, já consolidada como destino turístico, mas que tinha a sustentabilidade da atividade turística ameaçada. Cada Área Prioritária será objeto da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para identificação das intervenções necessárias ao seu melhor desenvolvimento e promoção da sustentabilidade do turismo,

A Área Prioritária no Paraná para a preparação do PRODETUR/SUL é a Área Turística da Costa Oeste, composta dos seguintes municípios: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Itaipulândia, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado e Santa Terezinha do Itaipu.

Segundo Valiente (11/02/2003,p.9)

...Foz do Iguaçu e a região Costa Oeste serão as primeiras, dentro do Estado, a serem contempladas com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

...no primeiro ano de implantação do Prodetur está programado o repasse de R\$ 105 milhões para a Costa Oeste. Desse total, R\$ 73 milhões devem ser destinados à área de infra-estrutura.

Segundo Governo do Estado do Paraná (1996b,p.10)

...esses investimentos darão condições aos capitais privados de explorarem o turismo com vantagem econômica nessa região do país, de maneira semelhante ao que o PRODETUR /NE está fazendo no Nordeste e o PRODETUR / N pretende fazer na Amazônia.

Segundo Governo do Estado do Paraná (1996b,p.11), na região sul do Brasil, incluindo o Mato Grosso do Sul, o potencial de exploração dos recursos turísticos é um fato comprovado.

1.1.4 A participação do Paraná nas políticas públicas de turismo

Nos últimos anos, o estado do Paraná vem passando por um processo de redefinição de seu perfil econômico, onde o governo tem a pretensão de que o

estado deixe de ser predominantemente agrícola para se tornar também industrializado. Essa orientação vem sendo observada a partir de 1995, quando o governo estadual estabeleceu como meta promover a modernização, a diversificação e a expansão da economia paranaense.

Além desse direcionamento para o setor industrial, nas diretrizes da política governamental proposta para o Paraná a partir de 1995, constatam-se ainda projetos e ações orientadas exclusivamente para o incremento do turismo no estado. Seguindo a orientação ditada pelo governo federal para o Brasil como um todo, o estado do Paraná tem anunciado a exploração do turismo como um dos instrumentos para promover o desenvolvimento econômico e social na escala estadual, pois no estado do Paraná existe um potencial geo-ambiental e sócio-cultural para a vocação turística.

Quanto às potencialidades turísticas do estado do Paraná, a EMBRATUR, através do Relatório de Informações Turísticas (RINTUR), faz a classificação dos municípios turísticos existentes no Brasil e identifica os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo no país e classifica-os como Municípios Turísticos (MT) aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estados de fluxo permanente e Municípios com Potencial Turístico (MPT) aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município.

Dos 399 municípios que compõem a divisão territorial do Paraná, 24 são considerados municípios turísticos – MT e 85 são classificados como municípios com potencial turístico – MPT (PARANÁ TURISMO, 2001). Dentre os municípios da Costa Oeste, observa-se que apenas os municípios de Diamante do Oeste, São José das Palmeiras e Mercedes não foram classificados pela Embratur como municípios com potencial turístico, conforme quadro 4.

Considerando que a distribuição territorial dos recursos e/ou atrativos turísticos não obedecem aos limites municipais, é válido adotar outros critérios de análise para identificá-los. Assim, tomando-se por base as características históricas e geográficas do Paraná, pode-se identificar aqueles espaços localizados no seu território, que concentram os recursos/atrativos turísticos do tipo naturais, humanizados e construídos.

Quadro 4 : Classificação turística dos municípios da Costa Oeste

Municípios	Classificação	Percentual
Foz do Iguaçu	Municípios Turísticos	16% do potencial estadual
Guaira		
Itaipulândia		
Santa Helena		
Entre Rios do Oeste	Municípios com potencial turístico	9,5% do potencial estadual
Marechal Cândido Rondon		
Medianeira		
Missal		
Pato Bragado		
Santa Terezinha de Itaipu		
São Miguel do Iguaçu		
Terra Roxa		

Fonte: PNMT

No Paraná, diferentemente dos estados do Nordeste, onde o clima é o grande motivador, outros fatores concorrem para atração dos fluxos turísticos. Uma das principais características do estado, responsável por atrair turistas, é a grande quantidade e diversidade de recursos/atrativos naturais concentrados em seu território, em que se destacam as praias, as serras, a rede hidrográfica, as formações geológicas, as unidades de conservação, entre outros.

Com o processo de modernização do território paranaense ocorrido a partir das décadas de 1960 e 1970 – impulsionado pelo advento da urbanização, da industrialização, da mecanização agrícola e da expansão das culturas comerciais – o patrimônio histórico-cultural do Paraná passou a integrar o conjunto de paisagens notáveis que podem ser identificadas como componentes da oferta turística do estado. Na figura 1 apresenta-se a sugestão de regionalização do turismo no Paraná, realizada pela Ecoparaná¹², onde é apresentada a distribuição territorial dos principais recursos/atrativos turísticos encontrados e algumas das modalidades de turismo que podem ser praticadas nas respectivas regiões do estado do Paraná.

¹² A ECOPARANÁ (Serviço Social Autônomo Ecoparaná) foi instituída em 1998, sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos, pelo Governo do Estado do Paraná. Vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo por meio de contrato de gestão, tendo a responsabilidade de idealizar projetos e ações relacionados à promoção da atividade turística, atendendo a interesses do poder público e da iniciativa privada.

A Ecoparaná desenvolveu uma série de projetos regionais para alavancar o turismo em áreas naturais do estado do Paraná, sempre levando em conta a sustentabilidade do local em que as atrações turísticas estão inseridas.



Figura 1: Esquema da Regionalização do turismo no Paraná:1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná>

O planejamento turístico do estado do Paraná é baseado nos Projetos Regionais de Turismo. Estes planos estão estruturados ao longo de corredores naturais, formados pelos principais rios e serras do Estado, e ao longo do Anel de Integração. O projeto regional tem como objetivo o planejamento de macrorregiões, por meio de uma análise que visa detectar e mapear o potencial turístico, agregar parceiros interessados no seu desenvolvimento, definir ações que visam dotá-la de infra-estrutura adequada e atrair novos investimentos. Para não perder o enfoque da sustentabilidade, este planejamento é realizado com parceiros da área do turismo, meio ambiente e outras.

O Paraná conta com 6 Projetos regionais, que são:

a) Serra do Mar e Litoral

A região da Serra do Mar e Litoral (figura 2) é composta por sete municípios – Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná – localizados em uma região geográfica que compreende a Serra do Mar, a Planície Litorânea, a Baía de Paranaguá (ao norte) e a Baía de Guaratuba (ao sul), o litoral do Paraná possui características específicas, como paisagem, meios de acesso, tipos de ocupação, fauna, flora, além do próprio potencial turístico diferenciado de cada local.

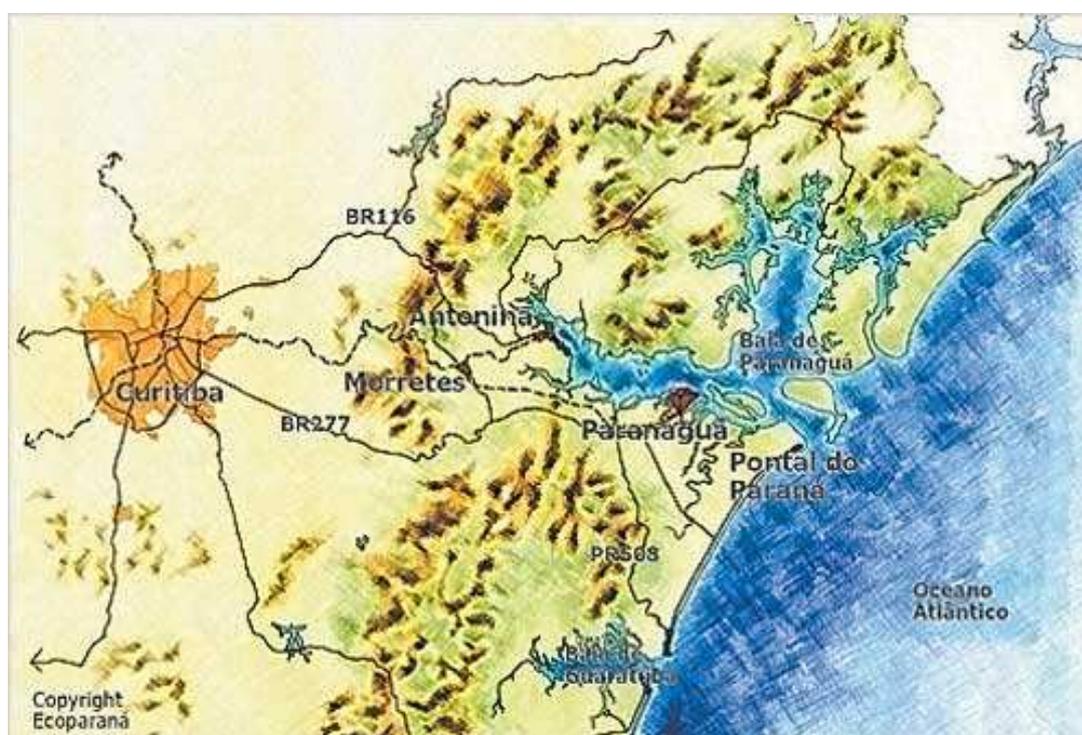


Figura 2: Esquema da localização espacial do projeto regional Serra do Mar e Litoral – Paraná:1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#serramar>

Apesar de já ser uma região de veranismo consolidado – comprovado por mais de 1,5 milhão de visitantes registrados nas três últimas temporadas de verão – o aproveitamento de todos os atrativos ali existentes é parcial. O projeto apresenta um programa extenso e diversificado que engloba boa parte das referências naturais da região em ações que abordam o ecoturismo, a apreciação de características históricas e culturais e o fortalecimento de atividades relacionadas ao turismo em três grandes cenários:

1. Serra do Mar
2. Baía de Paranaguá
3. Praias e Balneários

O Projeto Serra do Mar/Litoral tem por objetivo a exploração de forma racional do potencial turístico da região, de forma sustentável, em consonância com a conservação dos atrativos naturais, históricos e culturais, ofertando uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades locais. Também a consolidação do município de Paranaguá como mais uma porta de entrada de turismo para o Paraná e a atração do turista de cruzeiros marítimos que navegam pela Costa Atlântica, apresentando a ele as várias atrações de turismo no Paraná. Porém, não é possível esquecer a otimização do potencial turístico do litoral que ocorre por meio do desenvolvimento de roteiros náuticos, viabilizados pela instalação de estruturas de apoio às embarcações.

b) Campos Gerais

O Projeto Campos Gerais é um plano para a consolidação e concretização em pólo turístico da região central do estado do Paraná (figura 3). São propostas de roteiros que atendem interesses variados e que levam em conta os aspectos histórico, turístico e ambiental, estruturados a partir da Estrada do Viamão, da Serra do Purunã e da região de campos naturais e cerrados. É ao longo da histórica Estrada do Viamão, também conhecida como Caminho das Tropas, que ocorreu a ocupação da região dos Campos Gerais. Foi a partir dela que ocorreu o ciclo do tropeirismo no Brasil e a passagem das tropas é constantemente lembrada por meio de cavalgadas, comidas típicas e histórias, que têm como apoio as fazendas e localidades da região que serviam de pouso para os viajantes. Nos Campos Gerais predominam campos limpos e cerrados e onde estão localizados os principais atrativos turísticos do Estado: o Parque Estadual de Vila Velha (P.E.V.V.) e Parque Estadual do Guartelá (P.E.G.). Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, o P.E.V.V. guarda formações areníticas do Período Carbonífero (há 340 milhões de anos), além de Furnas – crateras de até 100 metros de profundidade – e a Lagoa Dourada. O P.E.G. localiza-se junto ao 6º maior canyon do mundo em extensão, com 32 km, com quedas d'água, formações areníticas, inscrições

rupestres e espécies animais e vegetais típicas do cerrado. Outra importante atração é o Parque Estadual do Cerrado (P.E.C.). De grande importância para o Estado, representa o Marco Meridional do Cerrado no Brasil, pois guarda o último remanescente desse ecossistema do sul do país. Essas regiões recebem a demanda de ecoturistas e de estudantes de escolas e universidades. Em 2000 cerca de 130 mil pessoas visitaram o P.E.V.V. e 38 mil, o Parque do Monge.

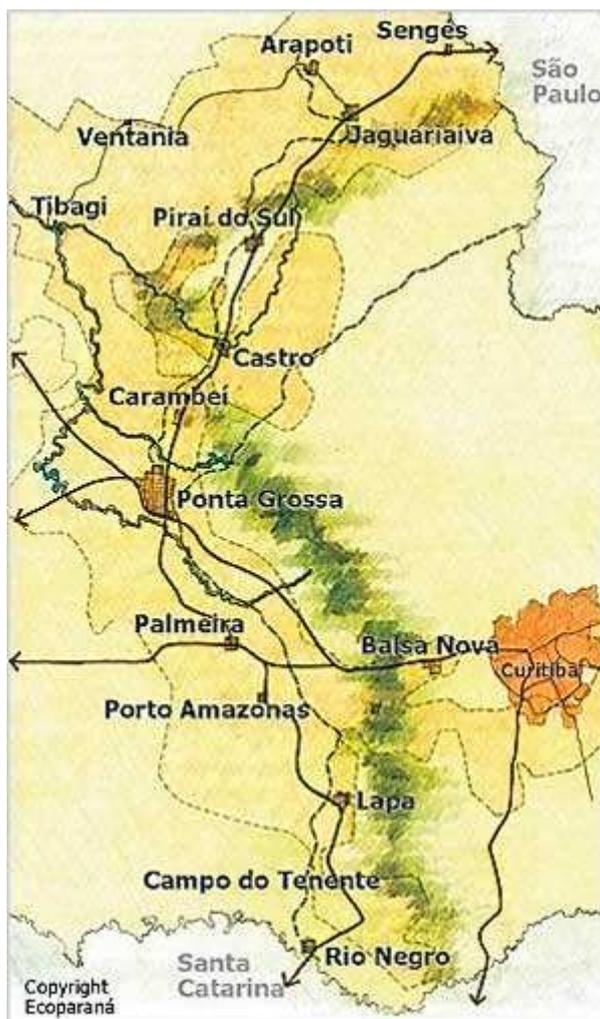


Figura 3:Esquema da localização espacial do projeto regional Campos Gerais – Paraná: 1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#camposgerais>

Roteiros temáticos estão sendo organizados com o objetivo de unir pontos turísticos de interesse comuns, visando à divulgação da região e são:

1. Roteiro das Cidades Históricas
2. Roteiros das Fazendas Históricas
3. Roteiro das Unidades de Conservação (Eixo Vila Velha–Guartelá),

4. Roteiro de Turismo Rural
5. Roteiros das Etnias
6. Roteiro Gastronômico
7. Estrada do Cerne
8. Roteiro das Tropas
9. Roteiro Aventura.

c) Vale do Iguaçu

O ecoturismo e a prática de esportes radicais tem despertado o interesse de turistas para a região compreendida entre União da Vitória e o Parque Nacional do Iguaçu, conhecida como Médio e Baixo Iguaçu. O Projeto Vale do Iguaçu foi desenvolvido com o objetivo de explorar de forma sustentável o potencial turístico ao longo do Rio Iguaçu, que conta com importantes remanescentes de floresta nativa e reservatórios usados para a prática de esportes náuticos, conforme apresentado na figura 4:



Figura 4: Esquema da localização espacial do projeto regional Vale do Iguaçu – Paraná:1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#iguaçu>

Pontos extremos do Vale do Iguaçu, União da Vitória e o reservatório de Salto Caxias são referências e, por esse motivo, influenciadores do desenvolvimento dos demais reservatórios ao longo do Rio Iguaçu. O município de União da Vitória tem se sobressaído no cenário turístico do Estado devido às suas cachoeiras, pontos de visita de ecoturistas, assim como, pela sua diversidade étnica, composta principalmente de poloneses e ucranianos.

Os principais atrativos dessa região são as beleza cênica das represas, as praias artificiais, com estrutura para recepção de visitantes e opções de entretenimento, a produção artesanal em pequenas propriedades rurais e as cachoeiras e quedas d'água, principalmente em União da Vitória.

d) Costa Norte

A Costa Norte, localizada na divisa dos estados do Paraná e São Paulo, apresenta um mercado de alto poder aquisitivo, segundo pesquisa realizada na região. Para desenvolver o potencial turístico dos municípios localizados na margem paranaense dos rios Itararé e Paranapanema, região norte do Estado, a Ecoparana desenvolveu o Projeto Costa Norte, conforme figura 5:



Figura 5: Esquema da localização espacial do projeto regional Costa Norte – Paraná:1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#costanorte>

O enfoque dado ao projeto privilegia aspectos ligados aos potenciais paisagísticos e históricos presentes na região, em três linhas de ação:

1. as propostas em torno dos reservatórios de Capivara, Xavantes, Canoas I, Canoas II, Salto Grande e, futuramente, de Ourinhos, aproveitando os

- espaços para lazer e atividades turísticas, como a pesca e os esportes náuticos;
2. o resgate histórico da região por meio da recuperação das antigas estações de trem e do trecho de ferrovia que liga os municípios de Londrina e Cambará. Essa recuperação propicia a integração regional, visando à revitalização do comércio e o resgate cultural e histórico das cidades envolvidas;
 3. a preservação da memória do ciclo econômico do café, ocorrido nas décadas de 30 e 40 do século XX a partir da reestruturação das antigas fazendas e estruturas relacionadas ao período.

e) Região Metropolitana de Curitiba

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (figura 6) está situada no Primeiro Planalto paranaense, no entroncamento viário que liga os países do Mercosul e a Região Sul ao restante do país. Nos últimos anos tem atraído importantes investimentos industriais que, em conjunto com outros investimentos no Estado foram capazes de mudar o perfil econômico paranaense, cuja renda do setor industrial ultrapassou pela primeira vez os índices de produção agrícola.

Apesar do desenvolvimento industrial, a RMC abriga as nascentes de importantes rios do Estado, como o Iguaçu, Açungui, Ribeira e Capivari, além de apresentar características e vocações rurais e de produção primária. Estes fatores criam uma demanda por novas alternativas de uso e ocupação do solo e de desenvolvimento de atividades econômicas adequadas e compatíveis com o meio ambiente.

Desta forma, a proposta de turismo da RMC – que tem em Curitiba o principal pólo emissor de turistas – é planejada levando em conta os diversos elementos da região, tanto naturais (florestas, grutas, cachoeiras e rios) como os construídos (áreas agropecuárias, represas, casas antigas, sedes de fazenda e instalações de uso agrícola).



Figura 6: Esquema da localização espacial do projeto regional Região Metropolitana de Curitiba - Paraná:1996

Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#rmc>

O conjunto das características da RMC possibilita várias modalidades de turismo em áreas naturais, como o rural, o cultural, o ecoturismo e o turismo de aventura. Buscando a otimização desse potencial, está em desenvolvimento o Anel de Turismo, um anel viário composto por roteiros turísticos, que reúnem atrativos, equipamentos e serviços capacitados para atender aos visitantes.

O Anel de Turismo visa o desenvolvimento sustentável de áreas de interesse de preservação e áreas representativas dos valores étnicos/culturais dos povos colonizadores. Para permitir esse desenvolvimento, as instituições estaduais e municipais de planejamento da região têm estabelecido parcerias, buscando a máxima eficiência e qualidade nas tomadas de decisão. Os objetivos são ampliar as oportunidades de lazer, por meio da formatação de roteiros turísticos, revitalizar eixos históricos, recuperar elementos urbanos e edificações de valor histórico, assim como, desenvolver as vocações rurais da região.

f) Costa Oeste

A Costa Oeste compreende quinze municípios do oeste do estado do Paraná, localizados entre Foz do Iguaçu e Guaíra, (figura 7) caracterizando-se pelo seu diversificado potencial turístico e riqueza ambiental, fortalecidos pela presença de dois parques nacionais.



Figura 7: Esquema da localização espacial do projeto regional Costa Oeste - Paraná:1996
 Fonte: <http://www.ecoparana.org.br/paraná/projetosregionais/#costaoeste>

No extremo sul da região, na cidade de Foz do Iguaçu, situa-se o Parque Nacional do Iguaçu, uma das maiores reservas florestais da América do Sul, tombado pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade. É no interior do Parque que se localiza o complexo natural das Cataratas do Iguaçu, atração turística de maior representatividade no Estado, responsável pelo fluxo de 800 mil visitantes/ano.

Próximo ao parque, está ITAIPU Binacional, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, que atende a uma demanda significativa de visitantes (370 mil visitantes/ano). A implantação da usina em 1982 ocasionou a formação do Lago de Itaipu, cujas águas se estendem por todos os municípios compreendidos na Costa Oeste, constituindo um recurso turístico de grande potencial. Soma-se a isso a representatividade do Parque Nacional da Ilha Grande, que guarda o último trecho livre de represamento das águas do Rio Paraná, localizado no extremo norte da região e que constitui um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

Os maiores atrativos turísticos que norteiam o desenvolvimento da Costa Oeste são o Parque Nacional do Iguaçu (incluindo as Cataratas do Iguaçu), o Parque Nacional da Ilha Grande, o Lago de Itaipu, a Usina Hidroelétrica de Itaipu e os eventos regionais, principalmente relacionados às etnias e gastronomia.

Baseado na presença destes atrativos, o Projeto Costa Oeste busca o desenvolvimento sócioeconômico da região litorânea ao Lago de Itaipu, de forma integrada, permitindo a complementaridade de atrações e criação de roteiros turísticos diversificados. O município de Foz do Iguaçu representa a âncora do projeto, alavancando a região em função da força de seus atrativos e produtos, da infra-estrutura turística de padrão internacional e de sua proximidade com a Argentina e o Paraguai. As recentes intervenções no Parque Nacional do Iguaçu e na ITAIPU Binacional, com a reestruturação e criação de novos produtos turísticos, dinamizam e fortalecem o setor turístico.

Em Guaíra, no extremo norte da região, a atividade turística vem se recuperando após a perda das Sete Quedas devido à implantação do Lago de Itaipu, e seu potencial está relacionado ao legado histórico de sua colonização, além do turismo ecológico vinculado ao Parque Nacional da Ilha Grande. Nos demais municípios, a atividade turística vincula-se ao uso do lago, com a implantação de balneários e equipamentos, e a realização de eventos regionais.

A proposta do Projeto da Costa Oeste fundamenta-se basicamente nos seguintes segmentos turísticos: ecoturismo, turismo náutico, esportes e aventura. Sempre com o enfoque regional, o Governo do Estado implantou seis Bases Náuticas ao longo do Lago de Itaipu e dotou a região de acessos e infra-estrutura básica, com o propósito de induzir o desenvolvimento regional.

A fim de promover esta iniciativa e colocar a Costa Oeste nas vitrines do mundo, o Governo do Estado realizou, em 1997, os Jogos Mundiais da Natureza (JMNs)¹³. O evento, que integra o calendário do Comitê Olímpico Internacional, teve por objetivo a integração do homem com a natureza, reunindo uma série de modalidades esportivas utilizando os recursos da água (canoagem, rafting, vela, pesca), da terra (escalada, golfe, orientação com arco, ciclismo, hipismo, triátlon) e do ar (balonismo, pára-quedismo).

Segundo o projeto da Ecoparaná, a exploração turística das Bases Náuticas promoverá uma sinergia entre os demais equipamentos no entorno do lago, norteando a ocupação ordenada das penínsulas por empreendimentos que conciliem o uso turístico a outros usos, como as atividades agropecuárias e sobretudo, às medidas de proteção ao meio ambiente. A essas áreas foi atribuída a denominação de Distritos Turísticos e a intenção é de que os municípios perpetuem a iniciativa do Estado, promovendo o desenvolvimento da região, associando os interesses de sua comunidade a uma visão de complementaridade.

Segundo o projeto, a Costa Oeste deve-se firmar como um importante ponto estruturador do turismo regional, exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento de produtos turísticos capazes de atender não só ao fluxo turístico existente, como também ampliá-lo.

Seguindo este conceito, seriam desenvolvidos os seguintes projetos:

1. Santa Helena Distrito Turístico: Detalhamento do potencial turístico do entorno de Santa Helena, no estado do Paraná.

¹³ Os Jogos Mundiais da Natureza aconteceram entre os dias 27 de setembro a 05 de outubro de 1997 e tiveram como objetivo a integração do homem com a natureza, por meio de modalidades esportivas que usassem os recursos naturais como a água, o ar e a terra. Participaram do evento 800 atletas dos 5 continentes, competindo em 13 modalidades e as provas aconteceram nos municípios limítrofes da Costa Oeste. Para a organização do evento, houve a participação de cerca de 5.000 pessoas, entre elas 2.400 voluntários. O principal objetivo era divulgar a região, buscando atrair investidores para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos e turistas do mundo todo.

2. Parque Beira Rio – Guaíra: Projeto de detalhamento do Parque que está localizado no município de Guaíra, no estado do Paraná. Esse Parque busca a integração do centro histórico do município com o Centro Náutico, no qual está localizada a Base Náutica.
3. Ciudad Real del Guayrá: projeto para formatação de um distrito turístico, que tem como principal tema o sítio arqueológico de Ciudad Real del Guayrá e seu entorno, no estado do Paraná. Esse produto turístico está vinculado ao turismo científico, cultural e ecológico.

Nos anos mais recentes, as ações governamentais direcionadas para o fomento do turismo, passa a dar atenção aos aspectos relacionados à conservação do patrimônio histórico, ambiental e turístico do estado, levando-se em conta a necessidade do desenvolvimento do turismo de forma racional e planejada. É sobretudo a partir dos meados dos anos noventa que certas ações de planejamento vão orientar a política de desenvolvimentos turístico do estado. Tal política vai estar embasada, de um lado, nas estratégias e ações anunciadas para o setor turístico pelo governo estadual para o período 1996/2002 e, de outro, nas metas e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Turismo (PNT), elaborada no âmbito do governo federal, prevista para ser posta em prática também no mesmo período.

No Paraná ocorre a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), do Programa Nacional de Ecoturismo e do PRODETUR/Sul. Esses programas, apesar de terem sido propostos no âmbito do governo federal, apresentam uma forte incidência territorial nas escalas estadual e municipal. Estes três programas, juntamente com os chamados Projetos Regionais de Turismo, estão no centro da política turística adotada pelo governo estadual.

1.1.5 Desenvolvimento Sustentável

1.1.5.1 Apresentado conceitos

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, o informe Nosso Futuro Comum, destaca que o desenvolvimento sustentável é percebido como um

...processo de mudança social no qual a exploração de recursos, o sentido das inversões, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as reformas institucionais se realizam em forma harmônica, ampliando-se o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas. (RIBEIRO,1997,p.54)

Para Redclif (1993¹⁴ apud RIBEIRO,1997,p.175) desenvolvimento sustentável é

...processo no qual a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia e entrelaçados com o potencial futuro para encontrar as necessidades e aspirações humanas.

Nas palavras de Becker (1993¹⁵ apud RIBEIRO,1997,p.133) desenvolvimento sustentável está atrelado a:

...algo mais do que um compromisso entre o ambiente físico e o crescimento econômico – ele significa uma definição de desenvolvimento que reconhece, nos limites da sustentabilidade, origens não só naturais como estruturais. Cabe, assim, reconhecer na relação homem-natureza os processos históricos através dos quais o ambiente é transformado e a sustentabilidade será uma decorrência de uma conexão entre movimentos sociais, mudança social e, conseqüentemente, possibilidade de políticas mais efetivas.

Segundo Silva¹⁶, Marx em seu livro Capital (1876) dizia que

...mesmo a sociedade como um todo, uma nação ou todas as sociedades colocadas juntas não são proprietárias da Terra. Elas

¹⁴ Redclif, Michael. Sustainable development. In _____Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas da gestão ambiental. Revista Geográfica, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1997.

¹⁵ Becker, B.K. A Amazônia Pós ECO-92. In _____Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas da gestão ambiental. Revista Geográfica, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1997.

¹⁶ SILVA, S.B.M. Informação oral. Aula do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Disciplina Tópicos Especiais de Geografia. 2002.

são meramente seus ocupantes, seus usuários e como bons síndicos elas devem prepará-las para as gerações subseqüentes.

O despertar a favor de um desenvolvimento sustentável foi enunciado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em seu informe Futuro Comum, afirma que a humanidade está em condições de realizar um desenvolvimento sustentável, que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. (RIBEIRO,1997,p.49).

Esse conceito fechado de Desenvolvimento Sustentável vem sendo bastante questionado, por ser profundamente contraditório em seus próprios termos. Segundo Boff (2002,p. 55)

o termo desenvolvimento vem do campo da economia, mas não de qualquer economia, mas do tipo imperante, cujo objetivo é a acumulação de bens e serviços de forma crescente e linear mesmo à custa de iniquidade social e depredação ecológica. Esse modelo é gerador de desigualdades e desequilíbrios, inegáveis em todos os campos onde ele é dominante”.

Já a sustentabilidade provém do campo da ecologia e da biologia, que afirma a inclusão de todos no processo de todos os seres em ecossistemas; a sustentabilidade afirma o equilíbrio dinâmico que permite a todos participarem e se verem incluídos no processo global.

Segundo Boff (2002,p.55) entendidos assim os termos vê-se que a expressão desenvolvimento sustentável se torna, na prática, inexecutável. Os termos se contrapõem e não revelam uma forma nova e alternativa de relação entre a produção de bens necessários à vida e à comodidade humana e a natureza com seus recursos limitados.

1.1.5.2 Crescimento Econômico, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

A problemática do meio ambiente afeta a todos e atualmente necessita de soluções que procurem minimizar a intervenção da sociedade sobre a natureza ou, mais precisamente, resolver as questões decorrentes da ação social. Há necessidade de se encontrar uma estratégia de desenvolvimento em harmonia com a natureza e com as necessidades das futuras gerações. Novos critérios e indicadores econômicos devem ser elaborados resguardando os recursos naturais como acervo de capital. Deve-se abandonar as políticas que promovam a exploração intensiva de recursos naturais renováveis, o uso incontrolado na agricultura de praguicidas e herbicidas e a utilização ineficiente da energia, como também deve-se aplicar esses princípios a indústria, criando um sistema de preços e tributos que proporcione incentivos a preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável, novo paradigma de desenvolvimento, engloba pontos de vista concernentes ao político, ao econômico, ao filosófico e à ética. Sem eles não se pode atingir as metas de equidade entre desenvolvimento e utilização dos recursos naturais. Segundo Perri (1995¹⁷ apud RIBEIRO,1997,p.51) o desenvolvimento sustentável não se constitui em método de planejamento, mas de conhecimento.

Segundo Becker (1993¹⁸ apud RIBEIRO,1997,p.52) o desenvolvimento sustentável representa um novo modelo de desenvolvimento regional tendo como elementos básicos a internacionalização crescente da economia capitalista (processo de globalização) relacionada à uma nova forma de produção (período técnico-científico, representado pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação), baseada no conhecimento científico e na informação. Pode-se mencionar como complemento desse regime o princípio da diversidade, implicando no reconhecimento das diferenças culturais, de mercados, recursos e espaços, enfatizando a potencialização das condições locais (iniciativa política e capacidade de gestão das sociedades).

¹⁷ Perri,F. Entre Estocolmo e Rio. In _____Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas da gestão ambiental. Revista Geográfica,Instituto Panamericano de Geografia e História,1997.

¹⁸ Becker.B.K. A Amazônia Pós ECO-92. In _____Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas da gestão ambiental. Revista Geográfica,Instituto Panamericano de Geografia e História,1997.

O novo modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade se fundamenta nos seguintes princípios: (RIBEIRO,1997,p.51)

- uma nova racionalidade no uso de recursos;
- a diversidade e uso de potencialidades autóctones em recursos naturais e humanos, obedecendo a valorização seletiva das diferenças;
- descentralização da decisão e forma inovadora do planejamento e governo. A gestão de território entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento;
- grande esforço de inovação e criatividade.

Sachs (1997¹⁹ apud GERARDI, 2001:78) explicita que todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta as dimensões da sustentabilidade, que podem ser visualizados no quadro 5.

Quadro 5: Dimensões de sustentabilidade

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVOS
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada (a melhor condição de vida e melhor qualificação profissional); • Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais; 	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo); • Manejo eficiente de recursos; • Absorção pela empresa dos custos ambientais; • Endogeneização: contar com suas próprias forças; • 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa

¹⁹ Sachs, I. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. In _____. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. São Paulo:UNESP, 2001.

Sustentabilidade ecológica	<ul style="list-style-type: none"> • Produção com respeito aos ciclos ecológicos dos ecossistemas; • Prudência no uso dos recursos não-renováveis; • Prioridade à produção da biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; • Redução da intensidade energética e conservação de energia; • Tecnologia e processos produtivos de baixo índice de resíduos; • Cuidados ambientais; 	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade espacial ou geográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Desconcentração espacial de atividades da população; • Descentralização e democratização local e regional do poder; • Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos) 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções adaptadas a cada ecossistema; • Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Fonte: Gerardi, 2001,p.78

Observando os dados mencionados no quadro 5, é possível perceber que todas as dimensões são importantes e só atendendo à todas é que se consegue propor projetos de desenvolvimento que não agridam o ambiente, valorizem o homem e possibilite uma melhor qualidade de vida, com respeito às diferenças locais e culturas diferenciadas.

O planejamento, sob a ótica do turismo sustentável, envolve atividades de caráter multidisciplinar, assegurando:

- preservação dos processos ecológicos, da diversidade da fauna e flora e dos recursos naturais e culturais;
- qualidade de vida compatível com a cultura e os valores dos residentes, mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade;
- geração de recursos econômicos para a sua exploração no presente e no futuro.

Segundo Rejowski (1996,p.15) para o desenvolvimento do turismo sustentável em um município, necessita-se:

- resgatar e preservar o patrimônio natural e artificial, tendo em vista sua auto-sustentação

- b. criar infra-estrutura adequada
- c. promover a consciência ecológica
- d. sensibilizar os governantes gerando a vontade política em relação ao turismo
- e. conscientizar a comunidade, fazendo-a participar do desenvolvimento turístico
- f. buscar parceria e integração
- g. tratar bem o turista
- h. respeitar a capacidade de carga dos atrativos e do próprio município
- i. criar metas e definir responsabilidades
- j. treinar as pessoas direta ou indiretamente ligadas ao turismo.

Face o exposto, não há como negar a multidisciplinaridade do planejamento na ótica do planejamento sustentável.

2. FORMAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE

2.1 CONCEITUAÇÃO DE REGIÃO

A regionalização da Costa Oeste paranaense reflete questões debatidas nas décadas de 1950 e 1960, quando a preocupação com as desigualdades espaciais de desenvolvimento econômico estimulou a formação de teorias econômicas de desenvolvimento regional e de teorias de localização. Com essas discussões, regionalização passou a ser considerada como um instrumento de ação, sendo muito mais uma abordagem política, pragmática, do que acadêmica.

Segundo Duarte (1980, p. 14) “o conceito de região passa a ser utilizado para qualquer unidade espacial definida segundo os atributos selecionados e conforme os propósitos de regionalização”. No caso da região Costa oeste, todos os 16 municípios (15 do lado paranaense e 1 do lado sulmatogrossense) formam uma unidade espacial em decorrência dos fatos similares que acontecem como eles, como a presença forte da agricultura no período de colonização desses espaço e principalmente pelo fato desses municípios terem sido diretamente atingidos e afetados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nesse sentido a região da Costa Oeste pode ser classificada como uma região programa, definida segundo o conceito de região homogênea, que é constituída por uma extensão territorial definida a partir da agregação de áreas que apresentam características estatísticas semelhantes em relação às variáveis consideradas, exigindo uma uniformidade de fenômenos sobre uma determinada área e necessita da contigüidade espacial dos fenômenos geográficos. Faissol (1973²⁰ apud BEZZI,1996,p.173) diz que regiões homogêneas são constituídas de agregados e unidades espaciais (municípios) formando unidades maiores (microrregiões) à base de critérios que definem atributos dos lugares considerados.

²⁰ Faissol. In Bezzi, Meri Lourdes. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. São Paulo:UNESP,1996

A organização regional da Costa Oeste, levando em consideração o critério de homogeneidade e de região programa, configurou-se a partir do alagamento de áreas de terra para formação do Lago de Itaipu; do lado brasileiro foram atingidos 15 municípios no estado do Paraná e 1 município no estado do Mato Grosso do Sul, sendo que a presente dissertação aborda os municípios do lado paranaense.

2.2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Os municípios que compõem a região da Costa Oeste do Paraná foram definidos a partir da formação do Lago de Itaipu e todos têm em comum o fato de parte de suas terras terem sido alagadas com a formação do Lago de Itaipu²¹.

No ano do alagamento (1982) a Costa Oeste era formada por 8 municípios, sendo que após a formação do Lago de Itaipu foram criados os seguintes municípios:

- a. Missal (1981): desmembrado de Medianeira;
- b. São José das Palmeiras (1985): desmembrado de Santa Helena;
- c. Diamante do Oeste (1989): desmembrado de Santa Helena;
- d. Pato Bragado (1990): desmembrado de Marechal Cândido Rondon;
- e. Itaipulândia (1992): desmembrado de Missal;
- f. Entre Rios do Oeste (1989): desmembrado de Marechal Cândido Rondon;
- g. Mercedes (1993): desmembrado de Marechal Cândido Rondon.

Os municípios de Santa Helena e Foz do Iguaçu, devido ao alagamento, possuem territórios descontínuos, conforme pode ser observado na Figura 8.

²¹ O atual limite sul do Estado do Paraná foi definido após a conhecida “Guerra do Contestado”, travada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, no início da década de 1910. Os fatores para essa guerra foram os interesses territoriais de ambos os estados, os interesses econômicos de grandes latifundiários da região, os interesses econômicos da “Lumber” que praticava o extrativismo de maneira predatória, os interesses da “Brazil Railway” com a construção da Estrada de Ferro e o posterior loteamento das terras adjacentes e finalmente, os interesses dos posseiros, que habitavam aquela região, desde a época do Império. (CAETANO, 2003:45)

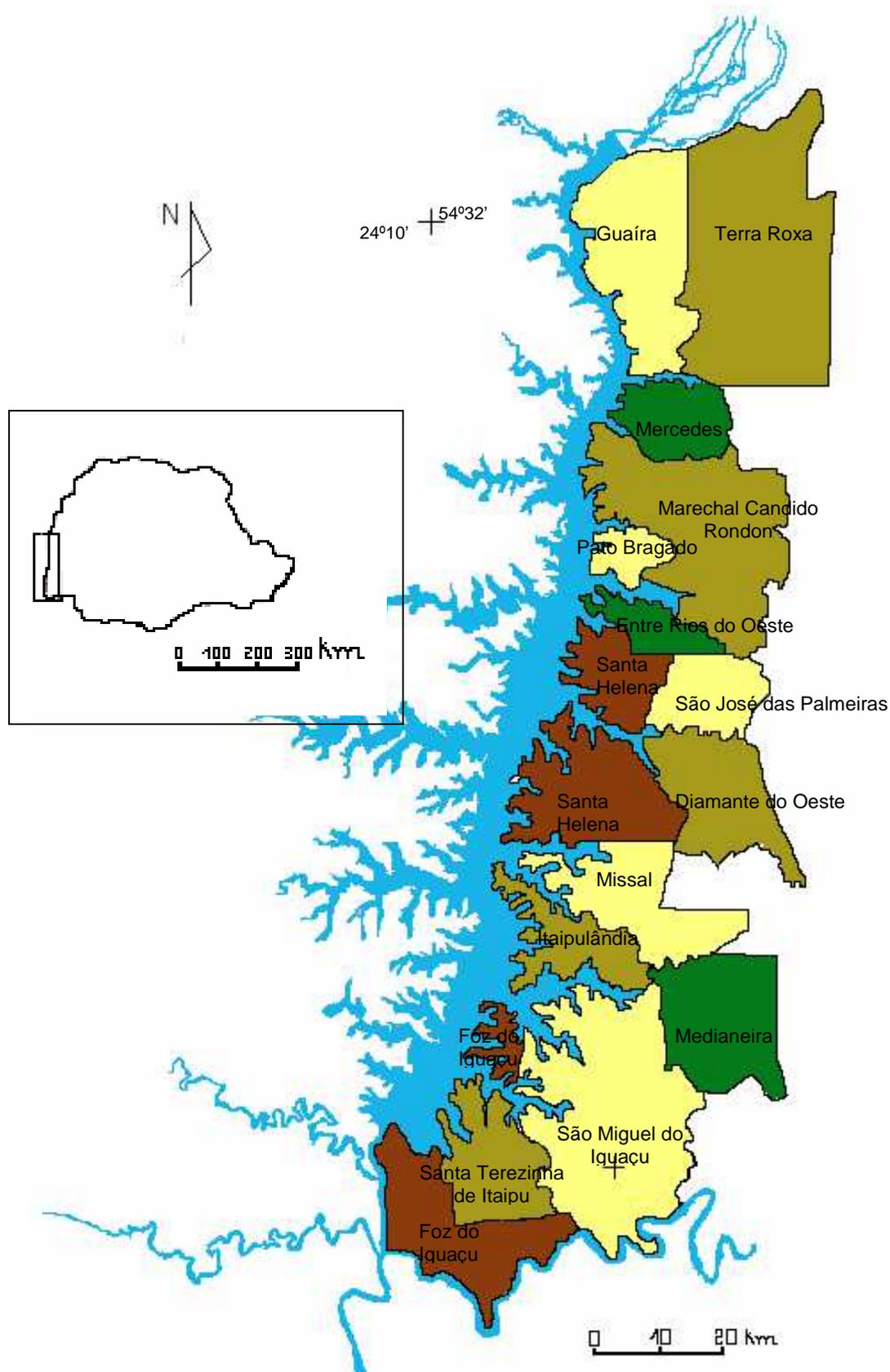


Figura 8: Municípios limieiros ao Lago de Itaipu – Região da Costa Oeste do Paraná
 Fonte: Itaipu Binacional
 Elaboração: Roseli Bernardete Dahlem

A área em estudo foi colonizada por três frentes, conforme explicação que segue:

2.2.1 Reduções jesuíticas

As primeiras movimentações no território do atual município de Guairá remontam ao final do século XVI, sendo que nesta data já se registrava a presença de missionários jesuítas da Companhia de Jesus. Neste período toda a área do extenso território paranaense, excetuando-se a diminuta faixa litorânea, pertencia à Espanha (Paraguai) por força do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelos reinos de Portugal e Espanha e era ocupada por cerca de duzentos mil índios. (FERREIRA, 1996,p.307).

A jurisdição espanhola em Guairá começa no ano de 1554, com a fundação do povoado de Ontiveros, distante uma légua dos hoje extintos Saltos de Sete Quedas. Ontiveros iniciou com sessenta castelhanos, tendo por chefe o capitão Rodrigues de Vergara, repartindo-se então, pelos povoadores, quarenta mil famílias indígenas. Nesta mesma época, o governo paraguaio fundou outra povoação na confluência dos rios Piquiri e Paraná, distando três léguas de Ontiveros, com a denominação de Ciudad Real Del Guayrá. (FERREIRA, 1996,p.307).

O objetivo inicial dos espanhóis era de escravizar os índios, idéia prontamente rechaçada pelos padres jesuítas. Após algum tempo, autoridades espanholas e os missionários jesuítas chegaram a um acordo, os índios seriam aldeados e convertidos à fé cristã. Conseguiram, pois, os jesuítas, o apoio governamental; no entanto, os espanhóis que moravam na Província apresentaram-se hostis aos missionários, rejeitando qualquer argumento contra a escravatura indígena.

Com o tempo, todos os impasses foram resolvidos e os padres jesuítas baseados nesta região de Guairá, aldearam e reduziram perto de cem mil índios, convertendo-os à fé cristã. O trabalho jesuítico foi bruscamente interrompido pela ação das bandeiras preadoras em meados de 1628. Acabou-se desta forma o período jesuítico na região guairenha. Por muitos anos a região ficou esquecida, sendo novamente movimentada somente a partir do início do ciclo da erva-mate, outro fato que marcou historicamente a região. O território guairenho esteve por cerca de meio século em mãos da Cia. Matte Laranjeiras S/A, detentora de extensa área de terras conseguidas sob forma de requerimento junto ao governo estadual.

Em 1944, por ato federal a Matte Laranjeiras foi encampada pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, ocasião em que foi revogada a concessão de área pelo governo. Pela lei estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951 foi criado o município de Guaíra.

2.2.2 Colonização Agrícola

A área colonizada pela frente agrícola sofreu a influência de diversas empresas que se estabeleceram na região oeste.

O povoamento do município de Terra Roxa foi iniciado em meados de 1955, pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL), que adquiriu junto ao governo do estado do Paraná extensa área de terras, que pertencia à antiga Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FERREIRA,1996,p.682).

Os municípios de Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, desmembrados de Marechal Cândido Rondon, incluindo esse último, tiveram o início de ocupação 1946 quando um grupo de empresários rio-grandenses compraram, de empresários ingleses, a fazenda denominada “Maderas Del Alto Paraná”, popularmente conhecida como fazenda Britânia. Este grupo de empresários constituiu a firma Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A, que ficaria posteriormente conhecida pela sigla MARIPÁ, passando a controlar 124 mil alqueires de terras no vale do Rio Paraná (FERREIRA,1996,p.421).

Através da Maripá, deu-se enorme fluxo migratório de famílias gaúchas à região, ao que mais tarde iriam denominar “invasão gaúcha” no oeste do estado do Paraná. Uma das ações incentivadoras da ocupação gaúcha foi a criação do Território do Iguaçu em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas; dentre outros propósitos, um era que a colonização da nova unidade federativa fosse feita preferencialmente por migrantes gaúchos. Basicamente fundada por teuto-gaúchos, os pioneiros da região iniciaram a economia fundamentada na agricultura, plantando lavouras de subsistência e dedicando-se à criação de bovinos e suínos.

Os municípios de São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, desmembrados de Santa Helena, tiveram a ocupação através da Colonizadora Madalosso, para a extração da madeira e erva-mate, passando também a dedicar-se a agricultura e pecuária.

Os municípios de Missal e Itaipulândia foram formados através de desmembramento de Medianeira. O município de São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Medianeira foram desmembrados de Foz do Iguaçu e colonizados pelas Colonizadoras Pinho e Terra e Criciúma.

2.2.3 Colônia Militar

As cataratas do Iguaçu, maior referencial de Foz do Iguaçu, foram registradas por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca no ano de 1542, sendo que nessa época o território paranaense pertencia a Espanha. Oficialmente esta situação perdurou até a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. Em 1759, comissários portugueses e espanhóis procederam as primeiras demarcações de fronteiras entre suas possessões. A partir de então o território do atual município de Foz passou a ser brasileiro, mas sua ocupação ainda era platina.

O início da povoação efetiva-se em 15 de julho de 1888, com a instalação da Colônia Militar do Iguaçu, quando chegou a região, o engenheiro militar, capitão Belarmino Lobo, encontrou ali estabelecidos Pedro Marins da Silva e Manoel Gonzáles, desde 1881. Segundo Romário Martins, quando foi fundada oficialmente a colônia militar, em 23 de novembro de 1889, a população local era de 324 pessoas, divididas em 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 05 franceses, 02 uruguaios, 02 espanhóis e 01 inglês.

Em 1910, a Colônia Militar do Iguaçu foi elevada à categoria de Distrito e em 14 de março de 1914, pela lei nº 383, foi criado o município, com denominação de Vila Iguaçu e território desmembrado de Guarapuava. A instalação ocorreu no dia 10 de junho de 1914. Em 05 de abril de 1918, através da lei nº 1.783, foi alterada a denominação de Vila Iguaçu para Foz do Iguaçu.

Em 1924, o líder revolucionário general Isidoro Dias Lopes, instala-se em Foz do Iguaçu e revela à nação o estado de abandono que encontra o lugar, a situação de penúria dos trabalhadores dos ervais da região, que trabalhavam em regime semi-escravagista. As atividades ervateiras e de extração de madeiras estavam totalmente dominadas por argentinos, que controlavam a navegação e promoviam uma completa desnacionalização, com o espanhol e o guarani como línguas correntes e o peso argentino como moeda circulante. As ações brasileiras

restringiam-se basicamente à fiscalização fronteiriça e policial, permanentemente denunciada por sua conivência com o poder emanado.

O Território Federal do Iguaçu foi criado no dia 13 de setembro de 1943. O artigo nº 02 do Decreto Federal nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, estabelecia que a capital do território do Iguaçu seria a cidade de igual nome, sendo que na época a única denominação Iguaçu era Foz. Mas tudo não passou de euforia, pois o Território de Iguaçu, de efêmera duração, teve por capital Laranjeiras do Sul.

Com a extinção do Território Federal do Iguaçu, no ano de 1946, as terras da região passaram novamente aos domínios do Estado do Paraná. Verificou-se nessa época, nova leva de concessões, com fins colonizatórios.

Paralelamente a estes fatos, migrantes gaúchos começaram a procurar novas frentes de colonização, pelo esgotamento de áreas que se verificava no estado do Rio Grande do Sul. Esta corrente povoadora que ocupou a região era composta por colonos que sempre possuíam recursos, plantavam a terra e criavam seus porcos.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DA COSTA OESTE

2.3.1 Agricultura

A busca do alargamento da fronteira agrícola, aliada a proposta de exploração da erva – mate, a policultura de subsistência, dentre outros fatores econômicos, foram determinantes à formação de núcleos populacionais na região oeste paranaense. O processo de extração das reservas florestais presentes no território tinha vazão através de portos da região, como os localizados em Pato Bragado (Porto Britânia), em Marechal Cândido Rondon (Porto Mendes Gonçalves) e em Foz do Iguaçu (Porto Meira).

As companhias colonizadoras da região, além de explorar as riquezas vegetais presentes no território oeste do Paraná, desmembravam o espaço em pequenas propriedades rurais e comercializavam-nas com colonos oriundos dos vizinhos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A partir de 1930 foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a um novo ciclo da ocupação com a instalação da agricultura na

região do extremo-oeste paranaense com conseqüente expansão da “Fronteira Agrícola”. No início, a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade e, muitas vezes, era apenas de subsistência. As terras eram vendidas a esses agricultores, entretanto, a madeira existente na terra pertencia por concessão, a grandes empresas madeireiras.

A exploração da madeira na região era feita de forma irracional, sem passar por qualquer tipo de planificação. Esse quadro altera-se em 1948, quando instalou-se em Foz do Iguaçu a Industrial Madeireira do Paraná e a exploração madeireira passou a ser desenvolvida como atividade industrial e comercial.

Em 1966, a Industrial Madeireira do Paraná é transferida para Cascavel e a partir daí, a produção agrícola vai sofrer estímulo sobretudo no período de 1969/1970, quando o governo federal passou a incentivar a produção de soja através de financiamentos à base de recursos subsidiados. Isso porque, o mercado internacional apresentou uma alta acentuada na demanda da soja e essa mostrou-se como uma cultura com possibilidades de alcançar altos índices de rentabilidade.

Como já existiam sementes selecionadas para seu cultivo e esta ser uma cultura cujo processo de produção em todas as suas fases (plantio, tratos culturais e colheitas) o trabalho ser totalmente mecanizado, a soja teve facilitada sua introdução na região. A produção de soja atendia a três interesses: o das indústrias produtoras de insumos químicos e mecânicos, instaladas no país; o das indústrias processadoras da soja em grão e exportadoras do produto “in natura” e beneficiado; e o do Estado, por constituir um produto de grande aceitação no mercado externo (FLEISCHFRESSER, 1988,p.17).

Em rotação com a lavoura de soja, ocorre o plantio do trigo, uma cultura de alto risco devido às geadas, mas, foi uma das opções adotadas como cultura de inverno, devido ao fato de que o maquinário usado na cultura da soja, com algumas adaptações ou regulagens, é o mesmo da lavoura de trigo. Também o fato de alto investimento para a compra dos maquinários agrícolas exige que se pratique pelo menos duas culturas anuais de forma a facilitar a amortização dos financiamentos.

O forte impulso à modernização agrícola deveu-se à influência de fatores ideológicos e econômicos como os difundidos pela “Revolução Verde” e, regionalmente, a presença de um relevo pouco acidentado, potencialmente favorável à mecanização. Com essas idéias conseguiu-se criar uma expectativa de superação do subdesenvolvimento através das transformações no setor agropecuário. A

introdução de novas técnicas levaria a dinamização agrícola e aumento da produção, através do qual se acabaria com a fome da população e, com o excedente poderia incrementar suas exportações e gerar divisas, promovendo um progresso generalizado e auto-sustentado (FLEISCHFRESSER,1988,p.12)

A modernização agrícola levou à adoção de novas técnicas mecânicas e químicas, que seguiam o interesse de alguns produtores, principalmente dos grandes e médios proprietários, que puderam aumentar a escala e a produtividade em suas lavouras, sem incorrer em grande aumento nos custos unitários dos produtos, devido tanto dos ganhos de escalas quanto ao crédito subsidiado para a aquisição de máquinas e insumos agrícolas (CARNASCIALI,1990?,p129).

Entretanto, a grande maioria dos produtores, em 1970, possuía áreas de até 20 hectares o que tornava inadequada a mecanização, uma vez que a pouca disponibilidade de terras e capital impedia dos ganhos de escala, além do crédito ser de difícil acesso para esses proprietários. O elemento que poderia retardar o movimento de incorporação dessas técnicas – capacidade de acumulação monetária para dar frente à modernização – foi, em parte, amenizada pelo Estado, que se encarregou de propiciar, através do crédito rural de investimento e custeio, condições para aquisição de máquinas e insumos.

As propostas apresentadas através dos bancos eram tentadoras. Para destocar a lavoura, o agricultor penhorava a escritura do imóvel e em troca recebia verbas suficientes para custear o trabalho na lavoura. Com prazo de até 8 anos, com 3 anos de carência e o restante com 01% ao mês. Com tantos estímulos, a modernização agrícola no Paraná se consolidou rapidamente, como é possível verificar através da análise da tabela 1.

Pela tabela 1 percebe-se que houve uma grande expansão da agricultura mecanizada em todo o estado do Paraná e conseqüentemente, da região da Costa Oeste. Ao referir-se a utilização de força mecânica, no período de 1970 a 1980 houve aumento de mais de 300% na utilização, sendo que a diminuição da utilização de força animal diminuiu no mesmo período. Um número que impressiona é a quantidade de estabelecimentos rurais que passam a usar a força mecânica, que em apenas 10 anos teve acréscimo de mais de 1.000%. Uma mudança percebida com a presença da mecanização é a utilização de agrotóxicos, que surge devido à necessidade de corrigir falhas causadas pelo impacto dos grandes desmatamentos.

Tabela 1: Indicadores da modernização agrícola, no estado do Paraná, em 1970, 1980, 1985 e 1995.

INDICADORES	1970	1980	1985	1995	% 70/80	% 80/85	% 85/95
Arados - Tração animal	283.215	289.122	306.617	200.195	+2,1	+6,1	-34,7
Arados – Tração mecânica	18.883	90.526	97.570	99.032	+379,4	+7,8	+1,5
Área irrigada (ha)	9.176	28.092	31.477	46.890	+206,1	+12,0	+49
Consumo de energia elétrica – mil kwk	34.286	50.402	396.996		+47,0	+687,6	
Consumo de óleo diesel – mil litros	40.831	287.838	332.523	360.916	+604,9	+15,5	+8,5
Estabelecimentos com práticas de conservação do solo	114.926	149.792	179.370	+60,0	+30,3	+19,7
Estabelecimento com práticas de irrigação	...	4.497	6.030	13.518	...	+34,0	+124,1
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos	336.664	340.245	326.284	...	+1,1	-4,1
Estabelecimentos com uso de fertilizantes	89.828	219.824	248.166	242.497	+114,7	+12,9	-2,2
Estabelecimentos com uso de força mecânica	16.285	201.108	203.490	193.362	+1.134,9	+1,2	-4,9
Máquinas de plantio e colheita	...	87.838	96.607	106.482	...	+10,0	+10,2
Tratores	18.619	81.620	100.919	130.828	+338,3	+23,6	+29,6

Fonte: IBGE e Moro, D.A.

2.3.2 Usina Hidrelétrica de Itaipu

Dentre as inúmeras ações do governo brasileiro no sentido de suprir as demandas econômicas e sociais como criação de infra-estrutura, está a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Itaipu Binacional) no Extremo-Oeste do Paraná em conjunto com o Paraguai (na divisa entre os dois países) a partir da assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973 (ITAIPU BINACIONAL, 1997).

A multiplicação das hidrelétricas a partir dos anos 60 e 70 consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas

características principais: absoluto predomínio do Estado como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade.

Segundo Cotrin (1980,p.862), o projeto de Itaipu teve sua origem basicamente no governo de Jânio Quadros (31/01/61 a 25/08/61) quando o então presidente decidiu pesquisar as possibilidades de aproveitamento de Sete Quedas; Itaipu teve, assim, origem nos estudos de Sete Quedas. No governo de João Goulart (1961 a 1964) foi incumbido o engenheiro Marcondes Ferraz de fazer um primeiro projeto de aproveitamento do Salto de Sete Quedas. Este gerou um grave problema de relacionamento com os vizinhos paraguaios, uma vez que, sendo Sete Quedas um potencial de fronteira, conflitava com o projeto do engenheiro Marcondes Ferraz que previa a utilização de todo o potencial pelo lado brasileiro, exclusivamente. Esse aspecto do projeto tornou-o inviável do ponto de vista prático e político e criou um clima de certo mal estar com os vizinhos paraguaios.

Em 22 de junho de 1966, foi assinada a Ata do Iguçu, um acordo entre Brasil e Paraguai, pelo qual ficava reconhecido que o potencial de todo o rio Paraná seria um condomínio e os dois países só o aproveitaria conjuntamente. Em 12 de fevereiro, foi firmado o convênio entre Brasil e Paraguai para a criação de uma comissão mista técnica, com finalidade de realizar estudos e levantamentos das possibilidades econômicas e do potencial hidráulico do rio Paraná.

O grupo consultor estudou cerca de dez locais diferentes nesse trecho e em cada local, diversas variantes, num total de 50 alternativas, pois o leito do rio, na região estudada, caía violentamente, formando as Sete Quedas e depois ia decaindo lentamente até Foz do Iguçu. No confronto de diversas alternativas apresentadas, chegou-se a conclusão de que a mais vantajosa, que conduzia a um preço de energia mais barato e que tornava mais viável a execução simultânea entre os dois países, seria o aproveitamento da concentração de toda a energia do trecho num só projeto de barragem alta, situada não mais em Sete Quedas, mas quase na confluência do rio Iguçu com o rio Paraná; uma barragem alta, que aproveitando toda a energia do trecho (Itaipu, 1980).

Os maquinários utilizados para a construção da Itaipu eram quase todo de fabricação brasileira, 85% de todo o material eletro-mecânico e o índice de nacionalização dos produtos utilizados foi de 90%.

A formação do reservatório d'água teve início em 1982, tendo sido completada a montagem dos 18 geradores em 1991, com 12.600 megawatts/hora

(MW/h) de potência instalada. Apesar de ser a maior potência instalada do mundo atualmente, possui um reservatório relativamente pequeno em termos de experiências brasileiras, com 1.350 km² de área (780 Km² do lado brasileiro e 570 Km² do lado paraguaio), formado em apenas 14 dias (Tucuruí-PA-2430 km² e Serra da Mesa-GO-1784 km² - a título de exemplo, possuem lagos maiores e produzem menos energia). Contudo, participou com cerca de 88% da oferta de energia elétrica para o Paraguai e mais de 25% da oferta brasileira em 1996 (ITAIPIU BINACIONAL, 1997).

2.3.2.1 Impactos sócio-ambientais de projetos hidro-energéticos.

Os projetos hidro-energéticos nas fases de construção, enchimento de reservatório e operação e término das obras trazem uma lista de impactos ambientais que, de forma geral, podem ser visualizados nos quadros.

Quadro 6: Impactos sócio ambientais causados pelas barragens na fase de construção.

Impactos diretos ao meio físico-biótico	Impactos diretos no meio sócio-econômico
<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento para instalação de canteiro de obras, alojamento e vila residencial e para a construção de estradas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte demanda de mão-de-obra para construção civil;
<ul style="list-style-type: none"> • Terraplenagem para instalação das obras de apoio: cortes e aterro, interceptação e alteração de cabeceiras ou bacias de captação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande fluxo de população masculina estranha à região;
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de construção dos diques e barragens no leito principal e nos pontos de fuga de água, criando extensas áreas de empréstimo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência à criação de focos de prostituição;
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura do canal de desvio do leito fluvial e cortes no solo e na rocha, gerando grande volume de rejeitos de fragmentos de rochas e de material de alteração que ao se prestam ao uso em aterros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento demográfico intenso com surgimento de favelas;
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da atividade de caça e pesca nos arredores do empreendimento levando até ao desaparecimento de espécies animais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aparecimento de comércio clandestino;
	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento do comércio legal em face da demanda de consumo;

	<ul style="list-style-type: none"> • Interferência na demanda por escolas, professores e por serviços médico-hospitalares;
	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança nos hábitos e costumes sociais dos nativos;
	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre população residente e os forasteiros;
	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração nos custos de serviços (preço de mão-de-obra);
	<ul style="list-style-type: none"> • Absorção parcial da mão-de-obra local para serviços de serventes e auxiliares;
	<ul style="list-style-type: none"> • Atração de mão-de-obra agrícola para a construção;
	<ul style="list-style-type: none"> • Adensamento no tráfego com veículos de serviços e transporte urbano;
	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências infra-estruturais (escolas, hospitais, água tratada, esgotos, energia elétrica, habitações populares)
	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação de preços de mercadorias e serviços.

Fonte: Ross (1999, 24-27)

Trazendo as informações do quadro 6 para a realidade local de implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu é possível identificar alguns acontecimentos.

Um deles refere-se a forte demanda de mão-de-obra para a construção civil. Em virtude das cidades próximas ao local das obras de aproveitamento hidrelétrico, Foz do Iguaçu do lado brasileiro e Ciudad Del Este em território paraguaio não dispõem, na escala necessária, da infra-estrutura capaz de atender as necessidades do pessoal vinculado à obra, tais como residências, instalações de assistência médica, de ensino e centros de abastecimento comunitários e de lazer, fez-se indispensável que a própria Itaipu Binacional promovesse a implantação da referida estrutura.

Para tal, Itaipu teve que construir cerca de 9.500 residências, sendo aproximadamente, metade do lado brasileiro e metade do lado paraguaio, distribuídas por três conjuntos habitacionais na periferia de Foz do Iguaçu e oito conjuntos em Ciudad Del Este, além de alojamentos para trabalhadores solteiros em ambas as margens junto aos canteiros.

O contingente humano empenhado na construção da Central Hidrelétrica de Itaipu sofreu altos índices de crescimento. A construção não envolveu apenas funcionários contratados pela Binacional, sendo que a maioria dos trabalhadores para a obra civil foi contratada via empreiteiras.

Quadro 7: Contratação de funcionários para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu

EMPRESA CONTRATANTE	1975	1976	1977
ITAIPU	1.188	1.401	1.625
EMPREITEIRA	4.549	12.005	20.860

Fonte: Relatório Anual 1977 Itaipu Binacional

Conforme quadro 7, observa-se um número bastante elevado de empregados com vínculos com empreiteiras, sobressaindo-se principalmente as funções de construção civil, que nesse período (1975 a 1977) estavam no seu ponto máximo. Esse número de empregados influenciou, em muito, para o crescimento demográfico do município de Foz do Iguaçu, devido a todos os empregados que eram admitidos na obra e aos familiares que os acompanhavam.

Para melhor entender essa dinâmica da população de Foz do Iguaçu, observe o quadro 8:

Quadro 8: Evolução populacional de Foz do Iguaçu

ANO	HABITANTES		ANO	HABITANTES
1889	324		1970	33.966
1920	6430		1980	136.321
1950	16.412		1990	190.115
1960	28.212		2000	258.368

Fonte: Anuário, 2001

Pelo quadro 8, é possível observar períodos de grande crescimento populacional. Detendo-se nos anos de 1970 e 1980, observa-se que, em 10 anos, a população do município teve uma elevação em torno de 300%, coincidente com o período de grande afluxo de trabalhadores para o município.

Esse aumento populacional, fez com que a Itaipu Binacional procurasse superar as deficiências estruturais do município de Foz do Iguaçu e para alojar todos os trabalhadores, a empresa montou 3 vilas residenciais para atender os distintos perfis de moradores, conforme pode ser visualizado no quadro 9:

Quadro 9: Perfil de ocupação das residências de funcionários da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Local	Área	Qtde residências	Perfil dos moradores
Vila A	394,460ha	2.100	Nível técnico, administrativo ou superior não ocupante de cargos gerenciais
Vila B	388.237,3000m2	221	Nível superior ocupante de cargos gerenciais
Vila C *		2.700	Nível operacional

Fonte: Itaipu Binacional.

* as casas da Vila C, após 1992, quando as obras civis já estavam concluídas passaram a ser comercializadas, sendo que os empregados da Itaipu tinham incentivos para a compra do imóvel.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu também montou hospital (Hospital Ministro Costa Cavalcanti), clubes de recreação (para moradores das Vilas A e B) e escolas (Colégio Anglo Americano para moradores das Vilas A e B). Os alunos da Vila C eram atendidos pelas escolas municipais, sendo que o número de escolas e crianças atendidas aumentou significativamente com a implantação da Usina, segundo quadro 10.

Quadro 10: Número de escolas e quantidade de alunos atendidos pelo ensino público fundamental (1ª a 4ª séries) no município de Foz do Iguaçu –1970 a 2000.

Ano	Número de escolas	Número de alunos
1970	35	1.640
1980*	43	6.323
1990 **	39	13.524
2000	57	24.328

Fonte: SMED, 2003

* Até o ano de 1980, o município de Santa Terezinha de Itaipu pertencia ao município de Foz do Iguaçu e, portanto os alunos estão cadastrados nos dados iguaçuenses.

** Com o desmembramento de Santa Terezinha, 17 escolas e 1.262 alunos saíram dos dados de Foz do Iguaçu.

Segundo dados do quadro 10 é possível identificar um grande aumento na quantidade de escolas e alunos no município de Foz do Iguaçu, mesmo com o desmembramento de Santa Terezinha de Itaipu. De 1970 a 1980, o número de alunos cresce 3,85 vezes e se deduzirmos o número de alunos pertencentes ao atual município de Santa Terezinha de Itaipu, o aumento seria de 3,08 vezes. Já no período que vai de 1980 para 1990, há um crescimento de 2,13 vezes.

Quadro 11: Impactos sócio ambientais causados pelas barragens na fase de enchimento e operação do reservatório.

Impactos diretos ao meio físico-biótico	Impactos diretos no meio sócio-econômico
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de desmatamento da área a ser inundada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desalojamento de populações ribeirinhas rurais e urbanas;
<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação de extensas áreas de terras pela água; 	<ul style="list-style-type: none"> • Interferência em bens de valor afetivo, cultural, religioso;
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação de grande volume de biomassa vegetal; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inundação de sítios arqueológicos;
<ul style="list-style-type: none"> • Afugentação ou eliminação de fauna terrestre e alada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desalojamento de populações nativas;
<ul style="list-style-type: none"> • Alteração no regime fluvial do rio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de áreas e aldeias indígenas;
<ul style="list-style-type: none"> • Regularização da vazão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inundações de áreas agrícolas, tornando as pequenas propriedades inviáveis economicamente;
<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente aquático passa de água corrente para lacustre; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de dificuldade de circulação entre comunidades vizinhas;

<ul style="list-style-type: none"> • Alteração na qualidade da água e dos peixes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desestruturação das famílias de origem rural que, às vezes, são transferidas para áreas muito distantes;
<ul style="list-style-type: none"> • Submersão de recursos minerais necessários para o futuro 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento da concentração fundiária onde predominam as pequenas e médias propriedades rurais;
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de extensos remansos de águas rasa, favorecendo o desenvolvimento de insetos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um falso pico de desenvolvimento local, que tende a esgotar-se com o término da construção e entrada em operação.
<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de extensas áreas de penínsulas e ilhas que dificultam a comunicação terrestre; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Erosão e deslizamento nas margens; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento nos remansos. 	

Fonte: Ross (1999: 24-27)

Um dos aspectos observados no quadro 11 e que acontece na região foi a extensão da área alagada de cada município e que pode ser melhor visualizado na figura 9:

Pela figura 9, pode-se observar que os municípios de Foz do Iguaçu e Santa Helena, que possuem territórios descontínuos, foram os que tiveram maior área de terra alagada; em números absolutos esses dois municípios perderam respectivamente 281,04 Km² e 263,76 Km². No processo de alagamento, a região da Costa Oeste do Paraná perdeu 1.123,03 Km², que até o momento do alagamento (1982) era usada como local de prática de agricultura, gerando divisas para os municípios aos quais pertenciam. Concluída a construção da obra, a herança emerge na forma de impactos sócio-ambientais decorrentes não só da barragem como da liberação da mão-de-obra, como indica o quadro 12.

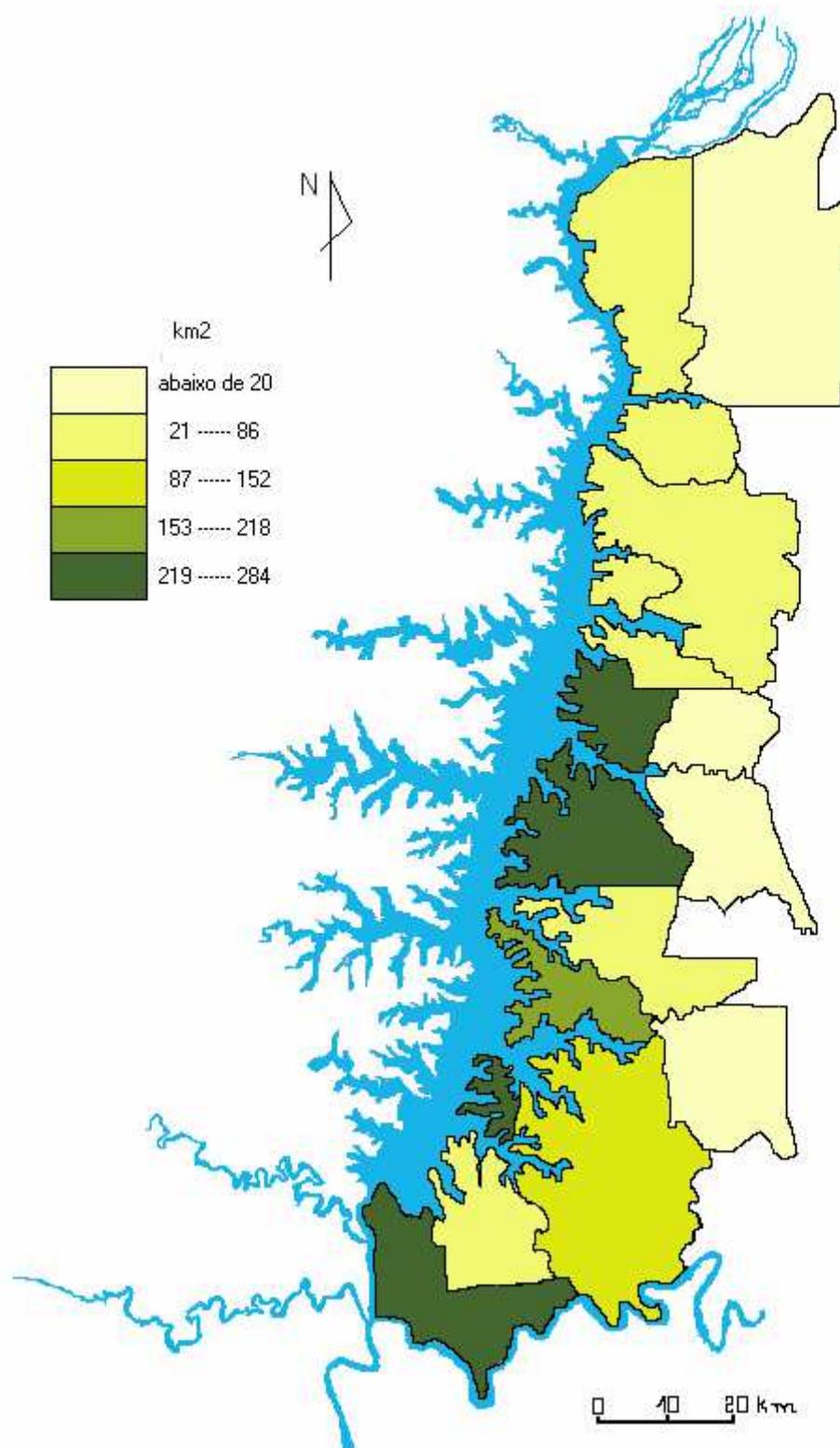


Figura 9: Área Alagada dos Municípios da Costa Oeste -1982
Fonte: Itaipu Binacional

Quadro 12: Impactos sócio ambientais causados pelas barragens com o término da construção.

• Intensa liberação de mão-de-obra;
• Desaceleração brusca na economia local;
• Grande quantidade de mão-de-obra ociosa ou subempregada;
• Desequilíbrio social pela queda do nível de renda;
• Grande número de residências ociosas (vila residencial);
• Equipamentos ociosos no setor de infra-estrutura;
• Esvaziamento demográfico com forte emigração urbana.

Fonte: Ross (1999: 24-27)

Evidentemente, com a conclusão de ITAIPU não poderia ser diferente, sobretudo em relação à dimensão da obra. Assim, os impactos sócio-espaciais manifestaram-se acentuadamente em todas suas dimensões, como apresenta o quadro 12, com ressalvas ao item 7.

Mesmo com o fim das obras civis de construção da Usina de Itaipu, os níveis populacionais do município de Foz do Iguaçu mantiveram-se estáveis, e em alguns momentos com acentuação leve, conforme apresentado no quadro 8. Esse evento deve-se à instalação de uma Zona de Livre Comércio em Ciudad Del Leste no Paraguai, que absorveu grande parte da mão-de-obra ociosa de Itaipu, abrindo frente de trabalho no lado paraguaio e também no lado brasileiro, pois o comércio nacional próximo a Ponte da Amizade serviu de abastecedor comercial, principalmente na área de alimentos e vestuário para os paraguaios. Esse comércio criado nas proximidades da Ponte da Amizade, serviu como agente fixador da

Fonte: Itaipu Binacional Iguaçu e também atraiu um imenso movimento migratório para o município, originando desse período, grandes invasões em áreas públicas e privadas, por famílias de baixa renda e de desempregados, que se sentiam atraídos pela localização fronteiriça com grande fluxo comercial (ANUÁRIO,2001,p.16).

Quanto às vilas residenciais construídas pela Usina de Itaipu, a Vila C, que destinava-se aos ocupantes de nível operacional, foram comercializadas após 1992, com o final das obras civis. Quanto às casas da Vila A, atualmente Itaipu cede 1000 residências para funcionários de entidades, autarquias e da administração pública

municipal, estadual e federal. Já as casas da Vila B continuam com alta taxa de ocupação, pois o número de cargos de chefia mantém-se estável, mesmo após o término das obras.

2.3.2.2 Royalties como forma de compensação financeira

Em função da estratégia de interesse nacional que foi a produção de energia elétrica com a instalação da maior usina hidrelétrica do mundo, inúmeros foram os problemas que decorreram a nível local e regional, tais como a perda do Salto Sete Quedas e da renda e emprego a ela ligadas, submersão de sítios arqueológicos, inundação de terras de alta produtividade agropecuária, dispersão da população atingida, que muito contribuiu para com as perdas sócio-culturais e ambientais.

Formado o lago, fica intrínseca a necessidade de se multiplicar os benefícios, produtos, serviços e utilidades desta estrutura, sobretudo a nível local e regional (pois a energia ali produzida é exportada da região), bem como o *status quo* da sociedade atingida direta e indiretamente.

Inúmeras políticas se seguiram com tal objetivo, isto é, desenvolver alternativas para compensar e suprir as necessidades da população local e regional, dentre as quais o pagamento de *royalties* como compensação pelo alagamento de terras, a criação de associação dos municípios margeados pelo lago, o desenvolvimento de projetos de irrigação e abastecimento e produção de peixes, integração ao complexo hidroviário Paraná-Tietê, criação de praias artificiais, dentre outros, sempre cercados de cuidados para que estas opções não apresentem degradação que comprometam a riqueza existente (exploração de longo prazo), nem comprometam o objetivo primário do lago: a produção de energia.

Itaipu começou a produzir em 1983 e, até o início de 1991, a energia gerou créditos de royalties unicamente ao Tesouro Nacional. Com a criação da Lei dos Royalties, em 1991, foram contempladas, além do Tesouro Nacional, outros órgãos federais, os governos dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, 15 municípios paranaenses e 1 sul matogrossense, afetados diretamente pela formação do reservatório, e ainda vários estados e municípios localizados a montante da usina (ITAIPU, 2002). Para definir o valor pago a cada município, foi analisada a área

alagada, portanto, quanto maior área alagada, maior a compensação financeira em forma de royalties.

O pagamento de royalties é feito mensalmente e a soma dos valores recebidos até o final do ano de 2002 podem ser visualizados na figura 10. Pela figura 10 é possível perceber o ressarcimento financeiro para os municípios atingidos com o alagamento do Lago de Itaipu. O critério para pagamento foi a área alagada de cada município, portanto se compararmos a Figura 9 (Área Alagada) e a Figura 10 (Royalties Pagos) haverá uma constância de evento.

Até junho de 2002, Itaipu havia pago US\$ 1,51 bilhão (um bilhão, quinhentos e dez milhões) de dólares em indenização aos municípios lindeiros. Os municípios da Costa Oeste Paranaense encontram-se classificados com médio desenvolvimento humano e apresentam um padrão elevado de evolução do indicador de renda, com resultados menos significativos de longevidade e educação, conforme observado na tabela 2:

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e classificação estadual e nacional – Costa Oeste – 1991-2000

Município	IDH – M	IDH – M	IDH – M	IDH - M	Classificação	Classificação
	Longevidade	Educação	Renda		no Estado	no país
Mal Cdo Rondon	0,754	0,854	0,667	0,758	4	217
Entre Rios do Oeste	0,726	0,859	0,681	0,755	5	246
Pato Bragado	0,726	0,836	0,637	0,733	12	548
Medianeira	0,708	0,811	0,670	0,730	19	611
Mercedes	0,726	0,795	0,657	0,726	24	673
Santa Helena	0,730	0,803	0,640	0,724	27	712
Missal	0,713	0,817	0,637	0,722	31	744
Foz do Iguaçu	0,647	0,801	0,716	0,721	35	775
Guaira	0,707	0,767	0,645	0,706	55	1.102
São Miguel do Iguaçu	0,657	0,788	0,658	0,701	71	1.230
Itaipulândia	0,713	0,752	0,612	0,692	90	1.421
Sta Terezinha Itaipu	0,643	0,775	0,651	0,689	101	1.469
Terra Roxa	0,726	0,757	0,564	0,682	118	1.624
S.José das Palmeiras	0,670	0,705	0,567	0,647	247	2.395
Diamante do Oeste	0,670	0,677	0,474	0,607	352	3.033

Fonte: PNUD, 2003

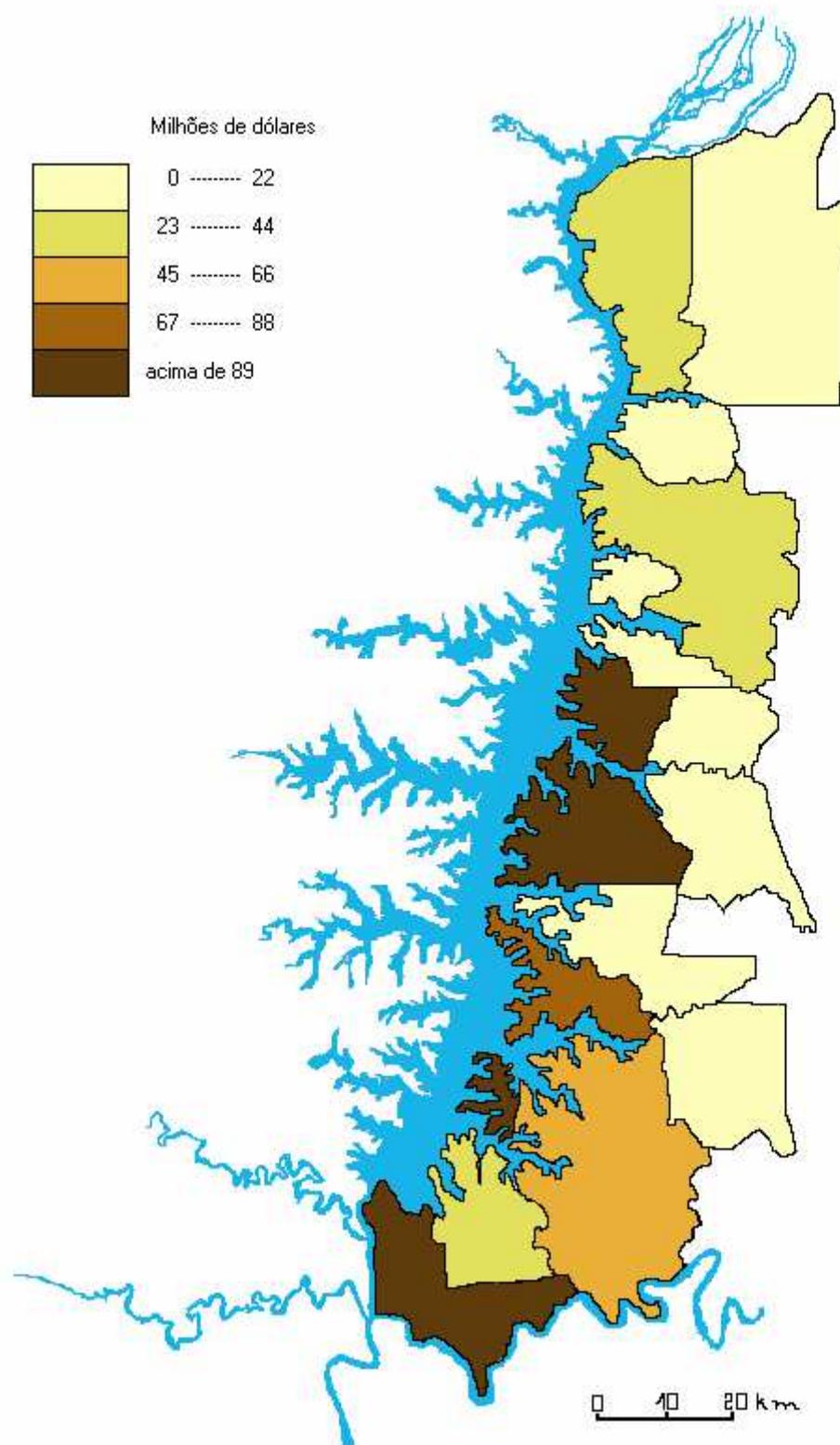


Figura 10: Royalties pagos aos municípios da Costa Oeste - 1991 – 2002
Fonte: Itaipu Binacional 2002

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM focaliza o município como unidade de análise e tem metodologia similar ao do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e sintetiza três dimensões:

- a. a longevidade de uma população – expressa pela esperança de vida;
- b. seu grau de conhecimento – traduzido por duas variáveis educacionais: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino;
- c. sua renda ou PIB per capita.

O IDH se situa entre os valores 0 (zero) e 1 (um). Segundo a classificação utilizada nos Relatórios de Desenvolvimento Humano – RDH, é possível enquadrar os resultados em três categorias, segundo os valores:

IDH < 0,500: baixo desenvolvimento humano

IDH entre 0,500 e 0,800: médio desenvolvimento humano

IDH > 0,800: alto desenvolvimento humano

Pela tabela 2 é possível perceber que todos os municípios da Costa Oeste classificam-se no médio desenvolvimento humano, sendo que os maiores índices estão na classificação de educação e os menores na categoria renda.

2.3.3 Itaipu como atrativo turístico

A Usina de Itaipu mantém, tanto na margem brasileira como na paraguaia, um Centro de Recepção de Visitantes. A usina foi aberta à visitação pública em 1977, quando ainda estava no início das obras. De lá para cá, consolidou-se como uma atração capaz de despertar o interesse de visitantes de toda parte, desde os especialistas, interessados em conhecer hidrelétrica, até a presente data, sem similar, até os turistas, curiosos em conhecer aquela que foi listada como uma das maravilhas do mundo moderno.

Desde que foi aberta à visitação pública em 1977, até 2002, a Usina de Itaipu recebeu 11.324.707 visitantes (somados os números dos centros de Recepção de Visitantes das margens brasileira e paraguaia). Só pelo lado brasileiro, de 1977 a 2001, chegou a 8.493.358 visitantes.

A visita é inteiramente gratuita e existem três tipos de visitas: Turística, Especial e Técnica.

Visita Turística - é aberta a todos e não é necessário marcar horário. É uma visita à parte externa da usina, com duas paradas: uma no Mirante do Vertedouro e outra no Mirante Central. A visita é feita em ônibus de turismo e antes da visita é apresentado um documentário sobre Itaipu. A duração da visita turística, incluindo o tempo de duração do documentário, é de aproximadamente uma hora e meia.

Visita Especial - também é aberta a todos, mas no máximo 12 pessoas por grupo e todos maiores de 12 anos. Nesse caso, é necessário marcar com antecedência. É uma visita às partes externa e interna da usina, com três paradas: a primeira no Mirante do Vertedouro, a segunda no Mirante Central e a terceira no Edifício da Produção. Essa visita tem a duração de aproximadamente duas horas.

Visita Técnica - esta não é aberta a todos. É dirigida a profissionais da área (engenheiros, técnicos, estudantes de faculdades de engenharia civil, mecânica, elétrica, escolas técnicas) e autoridades especialmente convidadas. É uma visita às partes externa e interna da usina, com no máximo 12 pessoas por grupo, onde o visitante tem a oportunidade de chegar até o eixo da turbina. Essa visita tem a duração de aproximadamente duas horas e meia.

No quadro 13, é possível perceber o número de visitantes da Usina de Itaipu, desde o início do atendimento turístico até o ano de 2001.

Quadro 13: Visitantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu: lado brasileiro 1977 – 2001

ANOS	VISITANTES	ANOS	VISITANTES	ANOS	VISITANTES
1977	16.251	1986	628.817	1995	345.397
1978	21.081	1987	626.425	1996	343.953
1979	43.722	1988	579.213	1997	352.017
1980	51.411	1989	540.217	1998	346.775
1981	133.995	1990	352.990	1999	371.126
1982	219.747	1991	355.750	2000	370.571
1983	220.094	1992	371.729	2001	339.467
1984	450.542	1993	427.914		
1985	546.715	1994	437.310		

Fonte:Itaipu Binacional – Centro de Recepção de Visitantes

Os números apresentados no quadro 13 correspondem à visitação nacional e estrangeira. No caso brasileiro, o maior afluxo de visitantes vem da região sul do Brasil, conforme pode ser observado na figura 11:

As categorias apresentadas na figura 11 referem-se aos seguintes valores: baixa (abaixo de 10.000 pessoas), média (em torno de 40.000) e alta (acima de 90.000). É possível observar um grande afluxo de turistas da região sul, devida à proximidade territorial. Já no caso mundial, o maior número de visitantes à Usina de Itaipu, são dos países vizinhos ao Brasil, por ordem de visitação estão a Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

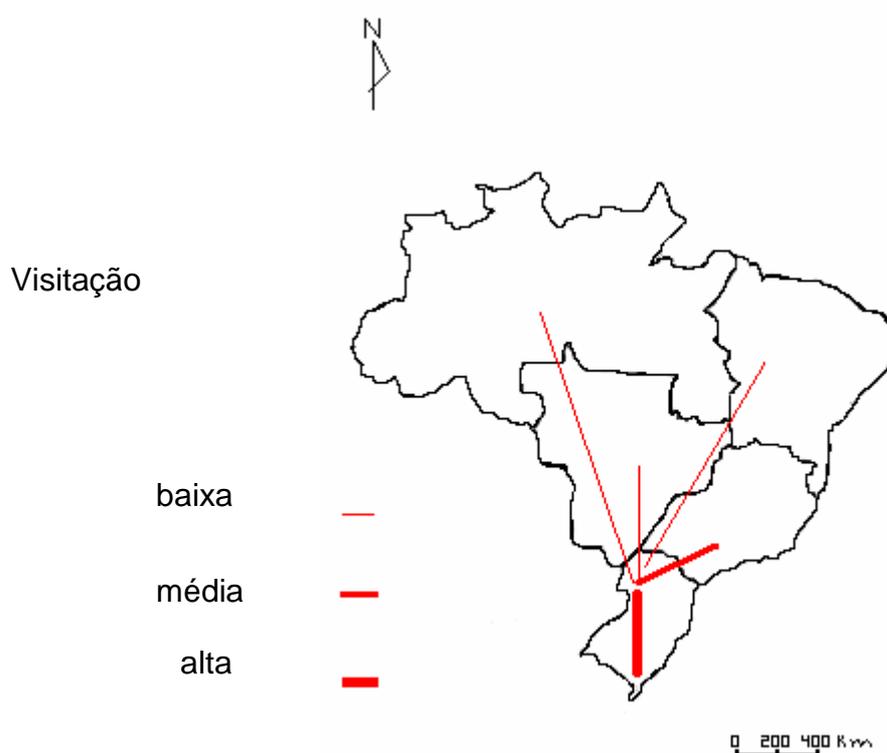


Figura 11: Visitantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu – 2001
Fonte: Itaipu Binacional, 2001

A Itaipu Binacional está passando por um processo de remodelação no setor de atendimento turístico da Usina e montou o Complexo Turístico Itaipu compreende a reforma e a ampliação do atual Centro de Recepção de Visitantes (CRV), por onde circulam diariamente cerca de 1.500 turistas. Novas plataformas de embarque e desembarque para ônibus, lojas de souvenirs e lanchonetes, além da modernização de outras instalações, proporcionarão maior comodidade aos visitantes.

Em maio de 2002, o CRV passou a exibir para os visitantes um novo filme sobre a construção e operação da maior hidrelétrica do mundo, que também mostra

aspectos das atividades voltadas ao meio ambiente e ao lazer, que Itaipu proporciona na região de sua abrangência. Além da visita à Usina, o Complexo Turístico Itaipu também oferece os seguintes atrativos:

a) Iluminação Monumental de Itaipu

Inaugurada no dia 06 de dezembro de 2002, a Iluminação Monumental de Itaipu representa um show de sons e luzes que valoriza cada detalhe da obra de concreto, principalmente o formato de catedrais da barragem (figura 12).



Figura 12: Cartão postal da Iluminação Monumental da Itaipu Binacional
FONTE: site <http://www.itaipu.gov.br>

Para melhor receber os turistas, o mirante central da usina passou por reformas, recebeu um sistema de sonorização e telas de projeção para exibição de um filme sobre a construção de Itaipu, com duração de 6 minutos. A barragem de concreto da usina recebeu um sistema de iluminação que utiliza 519 refletores ligados por mais de 60 km de fios, cabos e eletrodutos. A energia usada para iluminar a usina é suficiente para abastecer uma cidade de 15 mil habitantes.

A iluminação da barragem é complementada com a nova iluminação do Painel do Barrageiro, obra do artista plástico paranaense Poty Lazzarotto, localizado ao lado do Mirante Central. O painel foi iluminado nas duas faces, o que ressaltou os traços de Poty.

Além dos turistas, a própria comunidade pode assistir ao espetáculo proporcionado pelos refletores que iluminam a barragem, e a trilha sonora que foi criada pelo diretor musical Antonio Fava.

b) Ecomuseu de Itaipu

Inaugurado em outubro de 1987 e com área construída de 1.200 m², o Ecomuseu é o agente principal do resgate da memória e do desenvolvimento da educação ambiental na região de Itaipu. Desde 1975 a ITAIPU Binacional planejava guardar, em um museu adequado, o resultado dos estudos e projetos desenvolvidos antes da formação do seu Reservatório. Isso tornou-se realidade com o Ecomuseu de Itaipu, primeiro no gênero na América Latina, cuja proposta museológica contemporânea veio ao encontro dos anseios e objetivos da entidade. Tem como objetivo básico representar as ligações existentes entre o homem, sua obra e o meio ambiente da área de abrangência do reservatório de Itaipu, englobando os bens de interesse científico, cultural e tecnológico, reconhecidos e representativos de seu patrimônio (figura 13).

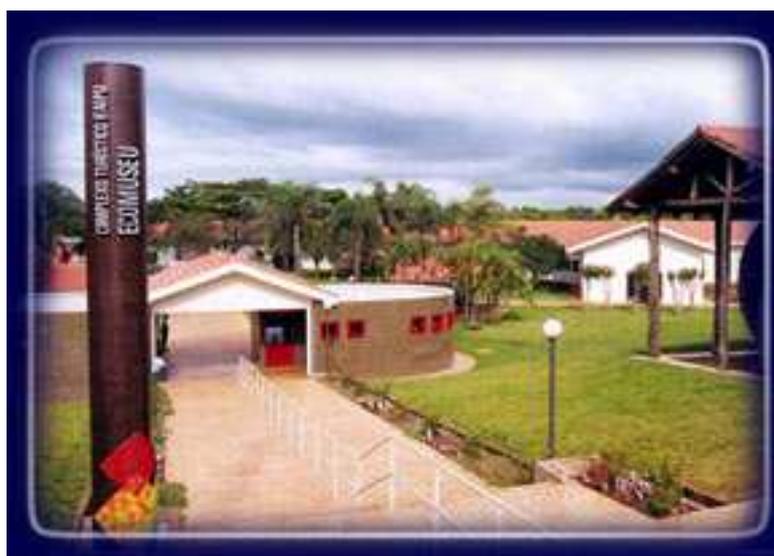


Figura 13: Ecomuseu de Itaipu

FONTE: <http://www.itaipu.gov.br>

Após a reforma, O Ecomuseu, apresenta uma proposta diferente dos museus tradicionais. No circuito museográfico, inaugurado em 2002, os principais fatos relativos à história da Itaipu e da região são contados de uma forma contemporânea e interativa, por intermédio de vários recursos como cenários, maquetes e tótems eletrônicos, entre outras inovações.

As exposições permanentes apresentam a ocupação do território, as comunidades tradicionais (pré-cerâmica e cerâmicas), fatos históricos da colonização dessa região e a construção da Itaipu. Sobre Itaipu, a exposição aborda

também os estudos, as pesquisas e inventários e as ações ambientais desenvolvidas, em parceria, pela hidrelétrica e os municípios vizinhos.

As exposições temporárias, os espaços interativos e os educativos destacam temas específicos, relacionados ao cotidiano da região e de Itaipu, inclusive em seus aspectos sociais e culturais.

c) Refúgio Biológico Bela Vista

A Itaipu Binacional tem se empenhado na preservação e recomposição da cobertura florestal em torno do reservatório. Desta forma, além de recuperar a biodiversidade, procura proteger o solo e principalmente o recurso hídrico contra os processos que atuam na degradação do meio ambiente, tais como a erosão, assoreamento, poluição, etc., definindo-se assim uma Faixa de Segurança, contornando o Lago.

Além da Faixa de Proteção do Reservatório, o sistema de áreas protegidas da Itaipu Binacional inclui ainda sete unidades de conservação, totalizando 35.858 ha. No Paraguai foram criadas as Reservas Biológicas Itabó (11.260 ha), Limoy (14.332 ha), Carapá (3.250 ha) e Tatijupi (2.243 ha), e no Brasil os Refúgios Biológicos Bela Vista (1.908 ha) e Santa Helena (1.483 ha). O Refúgio Biológico de Maracajú (1.356 ha) abrange área comum ao Brasil e Paraguai.

O Refúgio Biológico Bela Vista, localizado em Foz do Iguaçu (figura 14) é uma área de preservação permanente com 1.908 ha, com objetivos de proteção à flora e à fauna, pesquisas (flora, fauna e aquacultura), recuperação de áreas degradadas, paisagismo, reprodução de animais, educação ambiental, produção de mudas e abastecimento de água para o município de Foz do Iguaçu.

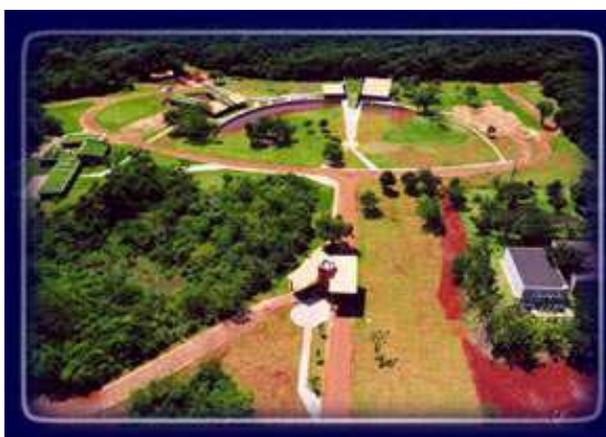


Figura 14: Refúgio Biológico Bela Vista – Foz do Iguaçu
FONTE: <http://www.itaipu.gov.br>

O viveiro florestal produz em média 900 mil mudas/ano de 80 espécies nativas diferentes, que são plantadas na usina, na faixa de proteção e doadas para prefeituras da região.

O programa faunístico foi iniciado a partir de 1977 com a realização do primeiro inventário dos animais existentes em parte da área que seria inundada, nas margens esquerda e direita do rio Paraná.

Durante a formação do lago, ocorrida entre outubro de 1982 a fevereiro de 1983, inúmeros animais foram resgatados, através da operação conhecida por Mymba Kuera, onde parte dos animais foram destinados a instituições de pesquisa como Instituto Butantã e outros foram soltos em reservas e refúgios biológicos criados para preservar a biodiversidade da região em ambas as margens do reservatório.

O criadouro de animais foi constituído em 1987, onde existem 70 recintos que somados a um quarentenário e ao setor extra, são capazes de alojar cerca de 300 animais. Em 12 anos de existência nasceram mais de 500 animais silvestres de 39 espécies.

Os trabalhos desenvolvidos no criadouro dão prioridade à reprodução de espécies ameaçadas de extinção em nível nacional ou regional, garantindo assim a perpetuação da fauna silvestre atualmente impossibilitada de reproduzir-se por meios naturais, devido a intensa modificação do seu habitat.

Criadas para preservar a flora e fauna da região, estas áreas, principalmente as localizadas na margem direita, destacam-se pelo seu potencial genético. Servem ainda à realização de estudos pioneiros, atividades de educação ambiental e apoio às demais ações da entidade na área sócio-ambiental.

Em 2002, o Refúgio Biológico Bela Vista foi totalmente reformado. A revitalização está fundamentada nos conceitos de “arquitetura verde” e “eficiência energética”, utilizando estratégias de captação e uso racional de água, captação e uso racional de energia, redução do uso de materiais de construção, seleção de materiais menos impactantes ao meio ambiente, maximização da durabilidade da edificação e minimização de perdas e reutilização de materiais em geral.

3. COSTA OESTE PARANENSE

A área em estudo está numa linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, abrangendo o lado brasileiro, que vai de Foz do Iguaçu até Guaíra, num total de 15 municípios, todos lindeiros ao Lago de Itaipu, contando com uma população de aproximadamente 435 mil habitantes.

Os projetos turísticos para esta área consideram o lago da Hidrelétrica de Itaipu como um grande potencial natural para ser explorado pelo turismo. Segundo Souza (2000:236) é a partir do alagamento das águas do rio Paraná que se tem uma nova configuração territorial, conseqüente das mudanças físicas e humanas acarretadas. No contexto econômico, o turismo é considerado uma importante fonte de renda para os municípios. A infraestrutura turística começou a ser montada a partir de 1982 pelos municípios, com apoio técnico e financeiro da Itaipu, que dava início ao Plano Diretor da Área do Reservatório, que estabelecia diretrizes para o desenvolvimento da região, orientando e prevendo a fiscalização para o correto uso da faixa de proteção dos 1350 km² de extensão do reservatório.

Especificamente a respeito da estruturação das praias artificiais, inseridas no contexto do Projeto Costa Oeste, ressalta-se que esta alternativa possibilita que populações extra-regionais usufruam dos benefícios do lago, multiplicando os resultados locais através da renda, emprego e infra-estrutura que advém desta política estadual e da visitação. As praias artificiais do lago são uma opção de lazer, principalmente para a população da região que busca esse tipo de paisagem, provavelmente para fugir do ritmo rígido do tempo de trabalho urbano e rural, usufruindo do tempo livre, e/ou atraídos pelos simulacros produzidos.

O projeto Costa Oeste foi implementado pelo governo do Estado do Paraná, com estudos de viabilidade iniciados em 1996 o cronograma de implantação previa ações iniciando-se no 3^a trimestre de 1996 indo até o final de 1998, preparando o espaço para a realização dos JMNs e conseqüentemente para a futura utilização do potencial turístico do lago de

Itaipu, com a atração de turistas que originalmente dirigiam-se à região oeste do Paraná e visitavam apenas Foz do Iguaçu para conhecer as Cataratas do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu e a Barragem de Itaipu, atrações turísticas internacionalmente conhecidas, e para fazer compras em Ciudad de Este.

O lago de Itaipu detém potencial para a implantação de atrativos turísticos, tais como centros náuticos, parques temáticos, resorts, balneários, etc.. numa região que se estende de Guaíra a Foz do Iguaçu.

O principal objetivo das propostas do governo do estado do Paraná foi viabilizar a ocupação do entorno do Lago de Itaipu com a implantação de núcleos e equipamentos turísticos que, pela sua atratividade, resultem na ampliação dos dias de permanência do turista na região.

O Projeto Costa Oeste buscou o desenvolvimento do potencial turístico da região lindeira do Lago de Itaipu, localizado próximo ao Parque Nacional e às Cataratas do Iguaçu, envolvendo municípios compreendidos entre Foz do Iguaçu e Guaíra, definidos por uma região programa, como um instrumento de ação.

A concepção geral do Projeto Costa Oeste enfatizava à promoção do ecoturismo e do turismo de esportes, elaborando propostas que viabilizem a ocupação do entorno do Reservatório de Itaipu com a implantação de núcleos e equipamentos turísticos que, pela sua atratividade, resultassem na ampliação dos dias de permanência do turista na região.

A respeito da região, o oeste do Paraná é um exemplo típico de como o Estado interviu para transformar o território, de forma monopolizada, fazendo com que, hoje, os municípios lindeiros se agrupem em um projeto que promete prosperidade econômica. O turismo passou a ser considerado como mola propulsora da economia desses municípios.

Apesar de ter o turismo como âncora, o projeto Costa Oeste visa ao desenvolvimento do extremo-oeste do Paraná de forma integrada e como um todo, enfocando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além de preparar adequadamente a região (trazendo acessos, equipamentos e infra-estrutura), o projeto pretendia criar pontos de atração e de referência que pudessem romper a inércia e começar a ocupação da orla do lago, consolidando os distritos turísticos, que são áreas indutoras de ocupação com múltiplas funções

(equipamentos e serviços turísticos, habitações, comércio, marinas, etc.) estrategicamente distribuídos e que deveriam ser, sobretudo, pontos de encontro acolhedores e movimentados.

Uma das ações previstas foi a consolidação do eixo rodoviário que liga Foz do Iguaçu a Guaíra, chamada Rodovia da Costa Oeste, pois é dela que partem os acessos aos distritos turísticos. A intenção é que esses acessos, adequadamente dotados de infra-estrutura necessária (energia elétrica, água, saneamento básico, telecomunicações) fossem indutores de ocupação, principalmente nas suas extremidades, onde se localizam os distritos turísticos, que concentram os empreendimentos e investimentos iniciais, tanto públicos quanto privados, evitando a pulverização de iniciativas ao longo da orla.

Os distritos turísticos buscam apoio nas áreas urbanas próximas, onde se localizam os serviços e equipamentos de apoio às atividades turísticas. Junto à margem do lago foram implantados pontos de encontro com marinas, atracadouros para barcos, praias, camping e uma pequena concentração de equipamentos de apoio como lanchonetes, restaurantes, vestiários e sanitários, comércio de pequeno porte, áreas de esporte e outros que possam criar núcleos de atração e interesse na orla, nas chamadas Bases Náuticas.

Paralelamente à implantação dos acessos e da infra-estrutura, orientadas ao desenvolvimento das atividades de turismo, o projeto da Costa Oeste definia algumas diretrizes para o desenvolvimento integrado da região, incorporando e compatibilizando propostas de outros programas, bem como adotando recomendações de proteção ao meio ambiente e da conservação de energia.

Neste sentido, realçam-se as propostas relativas à agropecuária, nas quais sobressaem as intenções do desenvolvimento de uma agricultura orgânica na região, o que poderia resultar, à médio prazo, na produção de alimentos diferenciados que abasteceriam um mercado emergente de consumidores de produtos orgânicos; além disto, previa a implantação de pólos industriais nas pequenas cidades.

O primeiro passo dado para desencadear a efetivação do Costa Oeste foi com os Jogos Mundiais da Natureza (JMN), ocorridas entre os dias 27 de setembro e 5 de outubro de 1997, que motivaram as prefeituras lindeiras ao lago, já que houve previsão de investimentos, somente para os jogos, em torno

de 75 milhões de reais. Para a realização dos JMN foram implantados distritos turísticos dotados de infraestrutura básica, em locais estratégicos, ao longo das margens do lago de Itaipu. Cada distrito tem seu próprio zoneamento de uso do solo, onde serão identificadas as áreas de proteção.

Segundo dados oficiais, foram investidos R\$ 5 milhões em recuperação e melhoria de estradas, a pavimentação urbana teve investimentos de R\$ 4 milhões e 3,8 milhões em desapropriações necessárias à construção das praias e estruturas adjacentes, excetuando-se gastos relacionados à promoção dos Jogos Mundiais da Natureza, que serviram também como divulgação do projeto Costa Oeste.

No momento do planejamento dos Jogos Mundiais da Natureza, o governo do estado do Paraná definiu os seguintes objetivos:

- a. dar realce às enormes potencialidades da região e levá-las ao conhecimento do maior número possível de meios de comunicação, países e pessoas;
- b. ser o elemento principal de promoção e lançamento do Plano de Desenvolvimento da Costa Oeste;
- c. dar início à estruturação do território;
- d. promover e consolidar diversos equipamentos desportivos e de serviços em caráter permanente, além de núcleos residenciais, turísticos e recreativos;
- e. atrair os investimentos necessários para o desenvolvimento do turismo ao longo do lago de Itaipu.

Os jogos caracterizaram-se como não olímpicos, não urbanos e por serem ao ar livre, em cenários de grandes dimensões que também passavam a ser um dos componentes dos esportes

Conforme a figura 15, onde é apresentado o esquema espacial dos terminais turísticos, observa-se que nem todos os municípios da Costa Oeste estão dotados com terminais turísticos. Alguns contam a infra-estrutura de atendimento ao turista nas praias artificiais há mais tempo que outros, conforme pode ser observado no quadro 14:

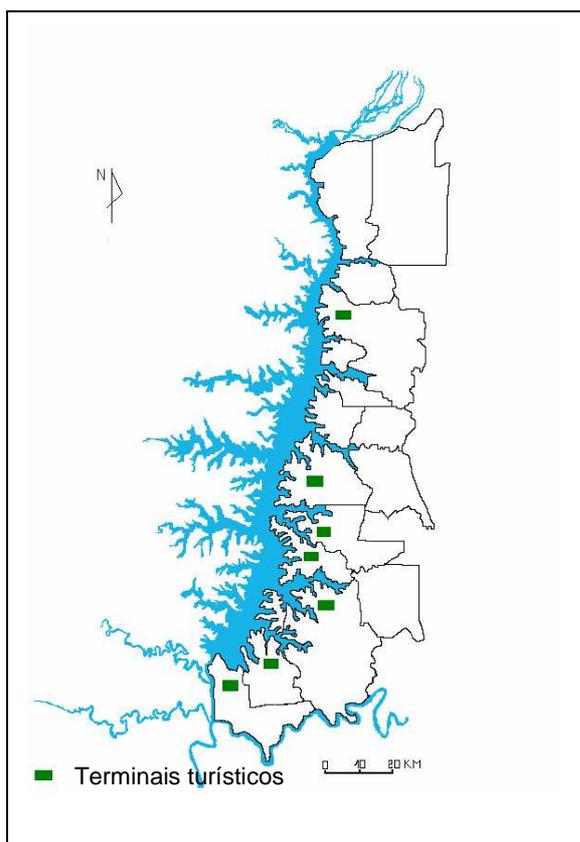


Figura 15: Esquema espacial dos terminais turísticos

Fonte: Paraná Turismo

Os terminais turísticos servem de atrativo turístico não só para população da região, mas também para argentinos e paraguaios que lotam estes locais nos meses de verão e finais de semana. Segundo dados da Paraná Turismo (2000, p.12) o terminal turístico que mais recebeu argentinos no verão 1999/2002 foi o terminal de Santa Helena, com a correspondência de 14%; já os turistas paraguaios preferem o terminal turístico de Santa Terezinha de Itaipu e estes correspondem a 23,8% dos freqüentadores.

Quadro 14: Ano de início de funcionamento dos terminais turísticos da Costa Oeste.

Município	Ano de inauguração
Marechal Cândido Rondon	1984
Santa Helena	1982
Itaipulândia	1993
Missal	1982
São Miguel do Guaçu	1985
Santa Terezinha de Itaipu	1987
Foz do Guaçu	1995

Fonte: Pesquisa realizada junto às Prefeituras Municipais nos meses de outubro e novembro de 2003.

Quanto ao total de turistas da Costa Oeste é possível verificar essa informação na figura 16, onde representa maior ou menor freqüência, bem como o gênero dos visitantes.

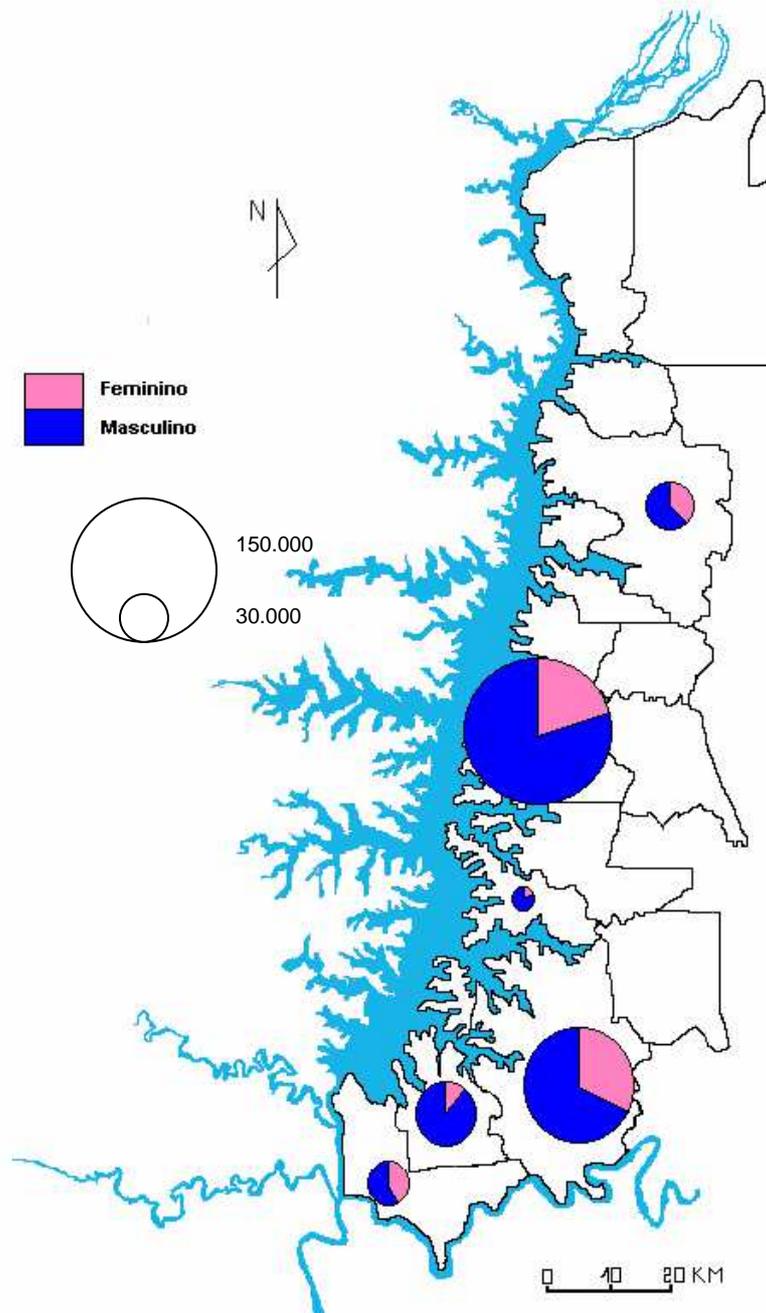


Figura 16: Número e sexo dos freqüentadores dos terminais turísticos dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu - 2000

Fonte: Paraná Turismo, 2000

OBS: os dados do terminal turístico de Missal não aparecem na figura 16, pois no período pesquisado a Paraná Turismo ainda não fazia pesquisa no local

Pela figura 16, é possível perceber que existe um grande afluxo de turistas para os terminais turísticos da Costa Oeste, com predominância masculina nos locais, que deve-se ao fato que o pernoite em todos os terminais são feitos em barracas e estruturas provisórias, o que inibe, em parte, o público feminino; também o fato dos esportes praticados nos terminais serem predominantemente praticado por homens, como a pesca, passeios de barcos e jet ski.

Segundo o Jornal o Estado do Paraná²²

No próximo verão, perto de 500 mil pessoas vão visitar a Costa Oeste do Paraná e aproveitar o sol nas praias artificiais do Lago de Itaipu. O número impressiona ainda mais se comparado ao litoral paranaense, principal opção de lazer da população do estado nas férias, que estará recebendo cerca de 1 milhão de pessoas na mesma época. A grande diferença é que o litoral tem 32 balneários, enquanto a Costa Oeste tem apenas sete”.

Segundo dados levantados pela Paraná Turismo, no ano de 2000, a Costa Oeste recebeu 430.640 turistas e pelas estimativas de fluxo, as praias do litoral receberam 1.513.520 turistas.

3.1 OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DA COSTA OESTE

Os municípios da Costa Oeste possuem um potencial de atrativos turísticos consideráveis, visto que, dos 15 municípios que compõem a região, 4 deles são considerados Municípios Turísticos e 8 são classificados como Municípios com Potencial Turístico.

Dos classificados como Municípios Turísticos, destaca-se o município de Foz do Iguaçu, com atrativos turísticos que atraem turistas nacionais e

²² Jornal o Estado do Paraná, Caderno Especial, Curitiba. 05/12/99, p. 5 In SOUZA, Edson Belo Clemente. *Territorialidade Turística: a região Costa Oeste do Paraná* in Paisagem, território, região: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000.

internacionais, como também a estrutura de hospedagem, alimentação e serviços de nível internacional.

Dentre os atrativos turísticos de Foz do Iguaçu, o que mais se destaca é o Parque Nacional do Iguaçu, com as Cataratas do Iguaçu. Esse atrativo é de suma importância para o município e a região da Costa Oeste e da Tríplice Fronteira. O Parque Nacional do Iguaçu passou por inúmeras reformas, com o intuito de atender melhor aos turistas que freqüentam o local, aumentando a permanência do turista na cidade e região e criando mecanismos para facilitar a conservação e preservação das espécies animais e vegetais nativas do local, sendo o primeiro parque nacional brasileiro a passar por processo de concessão dos serviços turísticos.

3.1.1 Concessões dos serviços turísticos do Parque Nacional do Iguaçu

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) abriu licitações para buscar empresas para investimentos no setor turístico do Parque Nacional do Iguaçu e destacando os serviços de duas empresas a Cataratas do Iguaçu S/A e Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda.

O Ibama apresentou uma readequação do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, contendo propostas para viabilizar e intensificar o ecoturismo na região. A melhoria dos serviços prestados aos turistas, com o objetivo de facilitar a recreação e a educação ambiental que gerará os recursos necessários à execução do Programa de Manejo do meio ambiente.

A iniciativa de concessão dos serviços turísticos no P.N.I. anuncia um novo conceito de ação administrativa ao levar em consideração, com o mesmo peso e valor as exigências ambientais e sociais, associando a iniciativa privada às obras necessárias, promovendo a integração do capital privado ao interesse coletivo.

A renovação e melhoria da infra-estrutura de atendimento ao turismo representam uma fórmula viável de financiamento, frente à inexistência de recursos públicos suficientes para a conservação dos ecossistemas englobados pelo Parque (Anexo 1).

Além do aproveitamento turístico e da melhor conservação do Parque Nacional do Iguaçu, o sistema de concessão prevê um aumento na geração de empregos, redução dos gastos públicos, aumento na arrecadação do Governo e criação de condições para a retomada da educação e pesquisa ambiental.

3.1.1.1 Cataratas do Iguaçu S/A

A empresa Cataratas do Iguaçu S/A foi constituída em 18 de janeiro de 1999, tendo por objetivo social a implantação, operação, administração, manutenção e aproveitamento econômico das áreas concedidas pelo IBAMA, pelo período de 15 anos. Na área de abrangência, e que consiste de visitação pública, estão as Cataratas, que perfazem 0,3% do Parque Nacional do Iguaçu.

A concessão para a empresa Cataratas do Iguaçu S/A consiste na liberação, para aproveitamento econômico, de seis áreas no Parque: Espaço do Centro de Visitantes, Espaço Porto Canoas, Espaço Santos Dumont, Espaço Naipi, Espaço Tarobá e Trilha da Represa, além do sistema de transporte no interior da reserva.

O projeto da nova estrutura de visitação foi dividido em duas fases, oriundos dos dois contratos, visando oferecer mais segurança e qualidade no atendimento ao turista.

A principal preocupação durante a execução das construções foi com o meio ambiente. Foi contratada uma empresa “Consultoria Ambiental” que atua conjuntamente com a concessionária fornecendo suporte técnico na área. A empresa segue rigorosamente a legislação brasileira pertinente ao meio ambiente.

A primeira fase do projeto, inaugurada no final do ano de 2000, é composta pelo Centro de Visitantes, Espaço Porto Canoas e Sistema de Transporte. Os demais serviços devem ser realizados em escalas de tempo.

a) Centro de Visitantes

O Centro de Visitante (CV) está localizado na margem esquerda da BR-469, em uma área externa do Parque, com 107.636,69 m² de terreno, sendo 4.110,04 m² de área construída coberta e cerca de 50.000 m² de estacionamento, com capacidade para 170 ônibus, 20 vans e 676 veículos de passeio.

Durante os doze meses da execução da construção, todos os funcionários receberam treinamento específico quanto à proteção ambiental e medidas que deveriam ser rigorosamente aplicadas, pois estavam em uma reserva ambiental.

Buscou-se um estilo arquitetônico que harmonizasse com a área do entorno, projetada de forma a integrar com a natureza e utilizando materiais como madeira com certificado de origem e fito sanidade, vidro e telhas de barro.



Figura 17: Centro de Visitantes
Fonte:CD-ROM Cataratas do Iguaçu S.A.

Além de uma ampla área coberta para abrigar os visitantes, estão dispostos: serviços de informações, sanitários, fraldário, ambulatório médico, posto bancário, caixa coleta de correios, telefones públicos, sala turismo (destinada ao atendimento de grupos de turismo), loja, lanchonete e área de administração. Outro espaço a ser incorporado ao CV é o cinema com capacidade para 200 pessoas.

b) Espaço Porto Canoas

Localizado na parte superior das Cataratas, consiste em uma área de convivência para descanso e contemplação. Composto pela estação final do transporte interno, um amplo *deck* sobre o Rio Iguaçu, além da visão panorâmica, esta área é destinada a apresentações artísticas. Apresenta os serviços de sanitários, ambulatório, ambulância, telefones públicos, área para exposição ambiental, lanchonete com capacidade de 620 pessoas e um restaurante com capacidade para 450 pessoas.

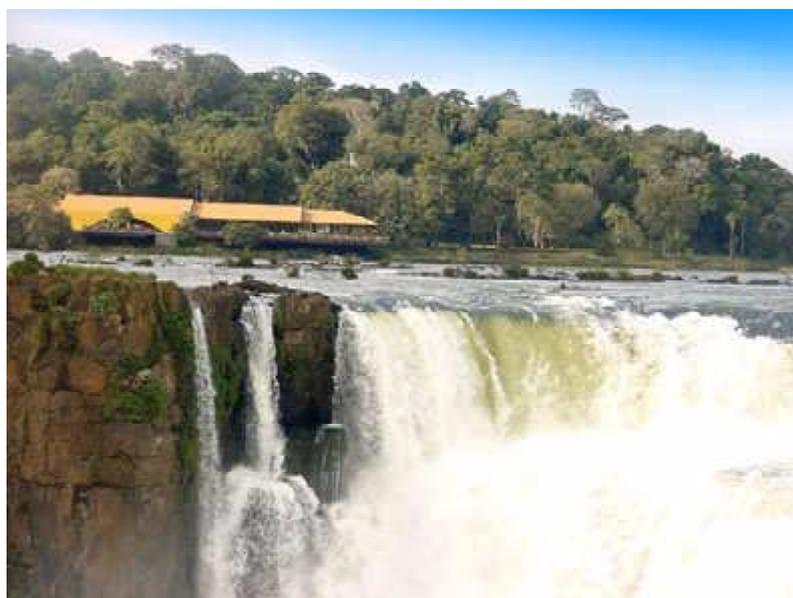


Figura 18: Porto Canoas
Fonte: CD-ROM Cataratas do Iguaçu S.A.

c) Espaço Naipi

Está inserido nas encostas das Cataratas em frente o Salto Floriano e está na fase final de construção. Serão dois elevadores panorâmicos com capacidade para 15 pessoas cada um e a área também terá lojas, sala de exposições e sanitários adaptados para receber descapacitados físicos.

d) Sistema de Transporte

O objetivo do novo sistema de visitação do Parque Nacional do Iguaçu é permitir o aumento do número de visitantes e ao mesmo tempo reduzir o impacto ambiental, através do aumento do número médio de passageiros por veículo no interior do Parque. Segundo dados do IBAMA, em 1999, 128.077 veículos entraram no Parque Nacional. Com a implantação deste sistema, observou-se a diminuição deste fluxo elevado de veículos.



Figura 19: Sistema de Transporte
Fonte: CD-ROM Cataratas do Iguaçu S.A.

A frota é formada de oito ônibus panorâmicos, *double-deck* com capacidade para 72 passageiros sentados, a parte superior é toda aberta, permitindo maior interatividade do visitante com o meio ambiente durante todo o percurso até as Cataratas. Cada ônibus tem uma pintura exclusiva representando os animais mais comuns do Parque Nacional do Iguaçu.

A velocidade é controlada dentro do Parque a 50km/h, reduzindo o risco de atropelamento de animais silvestres. A redução dos veículos, do ruído e da velocidade tem proporcionado cada vez mais o aparecimento de animais silvestres ao longo da rodovia, encantando os turistas.

e) As Trilhas do Iguaçu

As trilhas das Bananeiras, Poço Preto e Macuco, foram os primeiros caminhos abertos pelos índios que habitavam o local e eram utilizadas para desviar das Cataratas, ligando assim a curso superior e inferior do rio Iguaçu.

O visitante tem direito a percorrer unicamente a trilha das Cataratas, pois a trilha do Macuco depende da realização do passeio que é pago à parte. As demais trilhas como Bananeiras, Poço Preto e Usina São João podem ser acessadas através da empresa concessionária que detém a exploração que é a empresa Macuco Ecoaventura Turismo.

3.1.1.2 Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda.

A Ilha do Sol tem autorização para a exploração do Macuco Safári, onde realiza o passeio de barco na parte inferior das Cataratas do Iguaçu e o *Rafting*.

Localizado dentro do Parque Nacional do Iguaçu, a 7 km da entrada do P.N.I., o edifício ambiental, possui área de 230 m², divididos em espaços de recepção e abrigo de visitantes, área de informações ambientais, sistema de bilhetagem, atendimento ambulatorial e instalações sanitárias. Todo o espaço, como a trilha, visa atenuar os impactos ambientais causados pela exploração turística local, com a reintrodução de espécies nativas e a supressão de espécies exóticas.

a) Macuco Safári

A duração do passeio é de aproximadamente 2 horas com saídas a cada 10 minutos. O passeio é realizado em três etapas: inicialmente, o visitante percorre 3 Km em carretas puxados por jipes movidos a energia elétrica, nos trechos mais íngremes da trilha os jipes são de motores a álcool, visando diminuir o impacto ambiental.



Figura 20: Veículos elétricos na Trilha do Macuco Safari
Fonte: CD-ROM Macuco Safari

A segunda etapa consiste em uma caminhada por uma trilha rústica de 600 m, sendo possível a observação da flora, da geologia, do Salto do Macuco até o porto no rio Iguaçu. A última etapa é o passeio de barco pelo rio Iguaçu, em botes infláveis projetados exclusivamente para este passeio.



Figura 21: Passeio do Macuco Safari
Fonte: CD-ROM Macuco Safari

b) Rafting

A concessionária dispõe de dois barcos infláveis, com capacidade para oito e 10 pessoas e são impulsionados a remo e comandado por profissionais habilitados em canoagem. O visitante ao optar pelo passeio, passa por instrução com os coordenadores na área do cais, onde recebe os equipamentos de segurança. Em seguida embarca nos barcos convencionais até o Salto Três Mosqueteiros. No retorno os passageiros são transferidos para os botes infláveis para iniciar a descida nas corredeiras do Iguazu. O percurso das Cataratas até o cais tem uma duração aproximada de 30 minutos e o visitante deve ter a idade mínima de 14 anos.



Figura 22: Rafting

Fonte: CD-ROM Macuco Safari

Além das empresas Cataratas do Iguazu S/A e Macuco Safari, no P.N.I, atuam outras empresas como a empresa Escalada Concessionária Iguazu e Helisul Táxi Aéreo, que realizam as seguintes atividades:

- Campo de Desafios

Concessão de uso da área denominada Campo Base, de 11.027,33 m². Também está passando por processo de adaptação para posterior abertura ao turista, consiste numa série de atividades em contato com a natureza, como

rapel, arvorismo, tirolesa e escalada em diferentes graus de dificuldade e a concessão ficará a cargo da empresa Escalada Concessionária Iguaçu.

- Vôos Panorâmicos

Realização de vôos panorâmicos sobre o Parque Nacional do Iguaçu, com aeronave tipo helicóptero.

3.1.1.3 As futuras atividades do Parque Nacional do Iguaçu

Em 28 de outubro de 2002, foram publicados no Diário Oficial da União os avisos de concorrência para as seguintes atividades recreativas:

- a- Ciclovía.

Concorrência nº 1/2002, destina a construção da Ciclovía e Edifício Ambiental para suporte e operação da atividade, sob a condição de operação, administração, manutenção, conservação, vigilância, modernização e desenvolvimento ecoturístico da área concedida. O processo não foi concluído.

- b- Espaço Cultural das Letras

No Prédio Administrativo do Parque Nacional do Iguaçu, existe uma área destinada ao estabelecimento de uma cafeteria, auditório e livraria. Também a exploração da trilha da Usina São João com área de 4.854,89 m². Processo não concluído.

Além do Parque Nacional do Iguaçu, o município de Foz do Iguaçu é a sede da Itaipu Binacional e do Complexo Turístico da Itaipu, que também atrai grande número de turistas, descrito anteriormente. Possui também vários outros atrativos que complementam a visita turística, como o Marco das Três Fronteiras, Espaço das Américas, o Zoológico Bosque Guarani, o Parque das Aves, Terminal Turístico Três Lagoas, além de uma infinidade de serviços turísticos em hotéis e restaurantes, como é o caso de apresentações artísticas culturais

O município de Guaíra também é classificado como município turístico em virtude da proximidade do Rio Paraná, que propicia a prática de esportes náuticos e do Parque Nacional de Ilha Grande, um parque nacional criado em 1997, possuindo uma área de aproximadamente 78.875 ha. Está localizado na divisa dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, nos municípios de Guaíra, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Icaraima, no Paraná e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí no Mato Grosso do Sul. A unidade é aberta durante todo o ano, todos os dias da semana. Não há cobrança de ingressos na unidade. As maiores atrações são suas belezas cênicas. No interior do Parque existem praias com infra-estrutura rústica. As ilhas maiores contam com trilhas. Os passeios de barco são excelente opção de lazer.

Santa Helena, município localizado no meio da Costa Oeste, conta com excelente estrutura em seu terminal turístico, sendo um dos mais freqüentados da Costa Oeste. No terminal turístico e na Base Náutica, são oferecidas condições para a prática de diversos tipos de esportes e são realizados diversos eventos culturais, recreativos e shows.

Já Itaipulândia, também classificado como Município Turístico apresenta uma série de projetos de desenvolvimento turísticos, com destaque para a construção de um circuito integrado de imagens para adoração no Monumento em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, bem como a construção de um parque termal, que segundo projeto de instalação, será o maior do Sul do Brasil.

Em relação aos municípios classificados como Municípios com Potencial Turístico, observa-se que todos possuem produtos turísticos aproveitando a orla do Lago de Itaipu e a presença de diversos rios, bem como as tradições locais, como a gastronomia e a cultura local. Realce para o município de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado que mantêm a tradição germânica com traços bem marcantes na sua arquitetura e culinária e para Terra Roxa, com a presença de um sítio arqueológico que remonta aos tempos das Reduções Jesuíticas e que mantêm um projeto para resgate desse patrimônio histórico.

3.2 REGIÃO TRINACIONAL E O TURISMO

No contexto geográfico territorial, a área fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, delimitado pelo rio Iguaçu e pelo rio Paraná, ocupa uma posição estratégica na América Latina, com destaque para os atrativos turísticos da região. A malha urbana composta por Ciudad del Este – Paraguai, Foz do Iguaçu – Brasil e Puerto Iguazú – Argentina apresenta uma população aproximada de 700.000 habitantes.

Na região trinacional, de acordo com os levantamentos do Instituto Pólo Internacional do Iguassu²³, a região apresenta mais de 70 atrativos turísticos (Anexo 2).

A região urbanizada da tríplice fronteira com o Projeto Costa Oeste pode ser considerada um *cluster*, que é definido por Beni (1999, p.64) como “um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, concentrado num espaço geográfico delimitado”.

Embora, existam problemas organizacionais entre os países envolvidos, o “*cluster* do Iguaçu” é composto por duas zonas de livre comércio instaladas em Ciudad del Este – Paraguai e Puerto Iguazú - Argentina, acrescidas dos recursos naturais e culturais.

²³ O Instituto Pólo Iguassu é uma entidade sem fins lucrativos, organizada por empresários da Tríplice Fronteira e que tem por objetivo divulgar os atrativos dos três países de forma conjunta, bem como orientar na prestação de serviços, buscando a qualidade e atrair turistas que permaneçam mais tempo em qualquer um dos países, mas que usufruam dos atrativos e serviços oferecidos.



Figura 23: Esquema da localização dos países da Tríplice Fronteira com visualização de atrativos e serviços turísticos.

Fonte: <http://www.poloiguassu.org.br>

3.3 ESTRUTURA TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS

Segue uma breve descrição de como estão estruturados os órgãos públicos de turismo nos municípios da região da Costa Oeste.

a) Foz do Iguaçu

A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu ressalta-se pela estrutura político-administrativo consolidada, com secretarias e órgãos com responsabilidades e competências específicas. De modo geral, a prefeitura se singulariza no Estado pela capacitação dos técnicos, relativa disponibilidade financeira e tradição em participar da elaboração de programas com recursos externos a suas fontes.

A criação da Secretaria Municipal de Turismo foi discutida em 1980, no “I Seminário de Turismo em Foz do Iguaçu”, quando foi definida a sua criação, a elaboração de um Plano Diretor e de uma Política de Turismo. A Secretaria, criada em 1980, em 1987 foi transformada em uma empresa de economia mista, a FOZTUR, para o gerenciamento do turismo. Nove anos mais tarde é extinta a FOZTUR e criada a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Além da sede, a secretaria mantém 04 postos de informações turísticas (Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, centro da cidade, Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu e Rodovia BR-277).

Em 1992, foi inaugurada a Biblioteca Especializada em Turismo Frederico Engel, localizada em prédio histórico no centro da cidade, atendendo aos alunos dos diversos segmentos educacionais, profissionais do setor turístico, funcionários de empresas e turistas em geral.

b) Guaíra

A Secretaria de Turismo de Guaíra, com 7 funcionários, realiza atividades diversas como a rotina burocrática da secretaria

Atualmente, a prefeitura mantém um Banco de Dados e possui Conselho de Turismo, cuja diretoria é constituída por treze empresários, sendo que apenas duas pessoas ligadas ao setor público local tem direito a voto (uma do legislativo e outra da administração municipal).

O município possui também um Fundo de Desenvolvimento para o Turismo, cuja verba é gerenciada pelo Conselho Municipal de Turismo e contabilizada pela Secretaria Municipal de Turismo.

c) Itaipulândia

O Setor de Turismo está sob a responsabilidade da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, sendo que o Departamento de Turismo responde pelo dia-a-dia das atividades. Ao Departamento de Turismo ficam vinculadas cinco pessoas que cuidam da parte de manutenção e limpeza da Praia Artificial de Linha Jacutinga e Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Durante a temporada de verão, são contratados temporariamente quinze pessoas para controlar bilheteria, estacionamento, banheiros e limpeza geral.

As principais atividades do departamento são as de planejamento e controle de novos projetos e reuniões com o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal, para a análise de projetos, discussão sobre problemas e controle de festas e acontecimentos do calendário de eventos.

A Prefeitura armazena um Banco de Dados e, anualmente, faz a atualização por meio das ações determinadas pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico.

O Município possui o Conselho Municipal de Turismo e um Fundo Municipal de Turismo, o qual é responsável por todo o recurso financeiro arrecadado e definido por orçamento da Secretaria.

A comunidade no Município é organizada por associações representativas e que influenciam o desenvolvimento econômico, sendo a Associação Comercial Industrial e Agrícola, a Associação dos Produtores de Leite, e as Associações Culturais e Recreativas, as mais representativas.

d) Marechal Cândido Rondon

A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo é a responsável pelas ações do desenvolvimento turístico, através do Departamento de Turismo. As atividades desenvolvidas por esse departamento são: recepção turística (Portal de Entrada), atendimento à comunidade, coleta e distribuição de material turístico, manutenção do parque de lazer; apoio na divulgação das festas distritais (pratos típicos) e organização de eventos. O departamento de

turismo também mantém uma proposta de ações setoriais buscando desenvolver ações para divulgar os atrativos turísticos, planejando, fortalecendo o desenvolvimento do turismo e a captação de turistas; desenvolvimento das ações do Programa Verão Ecológico, de Pesca da Corvina e de *Oktoberfest*, acompanhamento da construção do centro de eventos, manutenção da Base Náutica, implantação de Roteiro Turístico, confecção de material de divulgação, manutenção do Parque de Lazer de Porto Mendes e remodelação do Parque de Lazer de Porto Mendes.

O Município possui estruturado o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo de Desenvolvimento para o Turismo. A Prefeitura possui uma série de informações sobre o setor de turismo, porém, os mesmos não estão estruturados em forma de um Base de Dados.

e) Pato Bragado

A atividade turística está submetida à Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico, por meio de seu Departamento de Turismo, o qual viabiliza a inserção do município no Plano Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, secretaria o Conselho Municipal de Turismo e gerencia o Fundo de Desenvolvimento do Turismo.

f) Entre Rios do Oeste

A parte da estrutura administrativa do município responsável pelo turismo está localizada no Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, através da Divisão de Turismo. O trabalho desenvolvido nesta Divisão é o de supervisionar a praia artificial, o atendimento a visitantes e o levantamento de projetos e potenciais turísticos.

O município participa do Programa Nacional de Municipalização do Turismo/ PNMT, o que exigirá a futura implantação do Conselho Municipal de Turismo. Por outro lado, o município não possui um Fundo Municipal de Desenvolvimento para o Turismo. Foi instalado no município o Fórum Municipal de Desenvolvimento e Qualidade de Vida, onde uma das Câmaras Setoriais é a de Turismo.

g) Santa Helena

A Atividade do Turismo está vinculada ao departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Este departamento o qual possui um total de 34 funcionários, tem como principais atividades: recepção e informações a turistas e à comunidade, manutenção e melhorias dos pontos turísticos, elaboração de projetos, palestras de conscientização turísticas e ambiental e organização de eventos.

O Conselho de Turismo de Santa Helena, foi formatado em 2001 e o município não possui um fundo próprio para o turismo, mas a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo possui um Fundo que é uma linha de financiamento e incentivo à indústria, comércio, aí incluindo-se as turísticas.

h) Santa Terezinha do Itaipu

A atividade turística está vinculada ao Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, o qual tem suas atividades influenciadas diretamente pela grande sazonalidade do fluxo de visitantes.

O município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e de Turismo ao qual está atrelado um Fundo de Desenvolvimento Municipal.

i) São Miguel do Iguçu

O turismo está vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, através do Departamento do Turismo.

As atividades desenvolvidas são a elaboração de projetos, contatos com possíveis investidores, reuniões com segmentos municipais, participação no Conselho Municipal de Turismo e organização de festas e eventos, o município conta ainda com Conselho Municipal de Turismo.

j) Medianeira

A atividade turística está vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo e trabalha em ações conjuntas com a Agência do Trabalhador. O município possui o Fórum Permanente de Desenvolvimento de Medianeira - FOPEM, onde são discutidas as ações no setor turístico e também possui um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo

O município está estruturando postos de informações turísticas para atender os visitantes que passam pelo município em direção à Foz do Iguaçu e para captar clientes para os serviços prestados no local.

k) Missal

A atividade turística está vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo e trabalha em ações conjuntas com a Agência do Trabalhador. O município possui o Fórum Permanente de Desenvolvimento de Missal - FOPEMI, onde são discutidas as ações no setor turístico e está elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo e implantando o Conselho Municipal de Turismo.

l) São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Terra Roxa e Mercedes

A atividade turística dos municípios citados acima ainda é pouco expressiva e o maior contato com os visitantes é no período de verão, quando os turistas passam pelos municípios em direção às praias artificiais do Lago de Itaipu ou em períodos de festas ou eventos. O setor turístico é administrado pela Secretaria de Indústria e Comércio ou Secretaria de Esporte e Cultura das prefeituras.

3.3.1 Pontos Fortes e Pontos Fracos da região da Costa Oeste

Segundo a Matriz Swot (Anexo 3) organizada pelo Governo do Estado do Paraná, na elaboração do PRODETUR – SUL, a região da Costa Oeste apresenta diversos pontos fortes para o desenvolvimento da atividade turística, mas também alerta para os riscos e pontos fracos do turismo.

Quanto a acessibilidade rodoviária, destaca-se a boa ligação com mercados turísticos emissores, mas há a necessidade de melhorar os entroncamentos, bem como a conservação e sinalização. A acessibilidade aérea é precária, pois a maioria dos vôos fazem escalas em outros aeroportos, principalmente os que vêm do exterior e para solucionar esse problema, o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu precisaria passar por reformas físicas. Já a hidroviária destaca a presença do lago em todos os municípios,

mas ainda não existe um percurso pré-definido para embarcações de médio e longo prazo. Uma ameaça para essa utilização seria a oscilação dos níveis de água, devido as inconstância do regime de chuva e o objetivo primordial da Usina de Itaipu que é a geração de energia.

As áreas urbanas dos municípios da Costa Oeste foram consideradas de forma diferenciada, sendo que a cidade de Foz do Iguaçu foi analisada de forma individual, pois apresenta características bem específicas, não podendo ser usada como comparação às demais. Em Foz do Iguaçu, existem boas condições de trafegabilidade entre atrações turísticas e setor hoteleiro, entretanto não possui identidade turística, principalmente nas sinalizações viárias. Há a necessidade de identificar os corredores turísticos dentro do espaço urbano e atribuir-lhe caracterização turística. Nos demais municípios não se apresentam altas taxas de avanço de ocupação territorial, o que possibilita ao município planejar e monitorar o desenvolvimento urbano e uso do solo, entretanto a maioria das cidades localiza-se ao longo das rodovias, gerando o conflito urbano e rodoviário.

Na infra-estrutura, todos os municípios dispõem de cobertura de água e energia elétrica para atender, tanto a demanda local, como a turística atual e futura, mas apresenta insuficiência de cobertura de esgoto sanitário, que pode impactar o meio ambiente fluvial e lacustre.

O documento também destaca a presença de duas Unidades de Conservação na área em estudo, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional de Ilha Grande, que são dois pontos turísticos com grande potencial de exploração turística e atratividade, mas também destaca a fragilidade desses locais e a necessidade de medidas de manutenção e controle ambiental, através da elaboração e implantação dos Planos de Manejo.

Na região existem parcerias entre poder público e iniciativa privada para o planejamento de ações conjuntas, com destaque para o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o Convention & Visitors Bureau, entretanto há pouca disponibilidade de recursos humanos capacitados nos setores de turismo, meio ambiente e planejamento, havendo a necessidade de capacitá-los, bem como dotá-los de instrumentos para desenvolvimento de uma gestão adequada.

Quanto ao planejamento regional, existem Planos Diretores nos centros receptivos principal (Foz do Iguaçu) e secundário (Guaíra) sendo que os demais municípios estão em fase de elaboração ou não possuem planos que direcionem as atividades e investimentos. A falta desses pode ocasionar usos inadequados, comprometendo as cidades e seus atrativos turísticos.

Quanto ao diagnóstico do setor turístico, o documento destaca os atrativos e classifica-os como pontos fortes da região, com a possibilidade de desenvolver produtos turísticos a partir dos mesmos, mas cabe aos municípios realizarem estudos de capacidade de suporte, principalmente no Parque Nacional de Ilha Grande, com o cuidado de implantar propostas que permitam o uso turístico sustentável.

Na região da Costa Oeste existem produtos turísticos consolidados, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu, classificado na categoria 5 de atrativos que significa fator de atração de visitação nacional e internacional, havendo a necessidade de fortalecer os demais atrativos da área, integrando-os aos produtos já consolidados.

Os municípios dispõem de alguns equipamentos turísticos, como é o caso das Bases Náuticas e Terminais Turísticos, que podem alavancar a atividade. No caso das Bases Náuticas, há um subaproveitamento, isso porque, foram construídas em locais de acesso difícil para a população local, o que dificulta a sua utilização. Os municípios também desenvolvem diversos eventos, alguns com maior expressão que motivam público nacional e internacional, mas que acontecem de forma concentrada em apenas alguns meses de ano, causando sazonalidade desse produto.

Quanto aos serviços turísticos públicos, há um extenso parque hoteleiro, diversidade de estabelecimentos de alimentação, grande oferta de serviços de receptivos por parte das agências de viagem e serviços de guia, além de boas ofertas de veículos em Foz do Iguaçu, mas que se encontram ociosos em função da diminuição de afluxo de turistas e a baixa qualidade dos serviços. Os trabalhadores da área de atendimento ao turista precisam ser melhores capacitados, melhorando a qualidade dos serviços e conseqüente satisfação dos clientes, que são em número expressivo, mas que ficam aquém da capacidade de toda a região. A implantação de um projeto de cunho turístico

regional acarretará o aumento da demanda turística, como também o tempo de permanência e gasto diário.

3.4 PROGRAMAS TURÍSTICOS CONJUNTOS

No ano de 1990, os municípios do entorno do Lago de Itaipu, do lado paranaense e sulmatogrossense, fundaram o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, conhecido regionalmente como Conselho, sem fins lucrativos, exercendo sua atividade com autonomia administrativa e financeira. Formado por representantes das prefeituras municipais, câmaras de vereadores e associações comerciais dos dezesseis municípios lindeiros, o Conselho surgiu devido à necessidade de um órgão que os representasse junto ao governo estadual e federal para o pagamento dos royalties, já mencionados anteriormente, havendo a necessidade de uma organização que defendesse especificamente os interesses dessa região ribeirinha.

A lei que assegura o pagamento dos royalties, até então, era uma matéria nova que tramitava no congresso, assim era freqüente o deslocamento dos prefeitos até a capital e ao congresso, visando a reivindicação desse direito. Dessa forma, a criação do Conselho foi de fundamental importância, como órgão de reivindicação e apoio aos municípios, uma vez que veio facilitar as articulações entre os mesmos com representantes estaduais e nacionais, assim como, com a Itaipu Binacional. No governo Fernando Collor de Mello é que o direito aos royalties foi assegurado, beneficiando então, todos os municípios pertencentes à área de influencia do reservatório de Itaipu.

Com essa conquista, os municípios decidiram manter essa organização para buscar o desenvolvimento sócio-econômico urbano e rural de toda a região de forma integrada, respeitando as diferentes características de cada município. É objetivo também, contribuir para a promoção do desenvolvimento dos municípios abrangidos pelo reservatório de Itaipu nos aspectos de:

- a) Fortalecer o caráter institucional do Conselho perante as entidades governamentais e instituições de crédito e financiamento;

- b) Viabilizar e dar prioridade à execução de obras e serviços de interesse comum;
- c) Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento da região;
- d) Coordenar o planejamento local de acordo com as diretrizes do planejamento regional, estadual e federal;
- e) Incentivar a destinação dos recursos dos royalties para a elaboração de projetos viáveis e eficazes.

A eleição da diretoria do Conselho ocorre anualmente, através de assembléia, sendo composta por prefeitos, presidentes das câmaras de vereadores e presidentes das associações comerciais, além de uma unidade técnica ocupada por um representante técnico da Itaipu e pelo Coordenador Geral Brasileiro da mesma. Os cargos estabelecidos dentro da diretoria são de Presidência (ocupada exclusivamente por prefeitos), vice-presidência, secretaria geral, tesouraria e respectivos cargos suplentes.

Buscando alcançar os objetivos estabelecidos no que se refere ao desenvolvimento regional integrado, no ano de 1997, foram criadas as Câmaras temáticas, ou Câmaras técnicas, entretanto somente a partir de 2001, é que essa nova metodologia de trabalho foi efetivada, havendo a criação das Câmaras técnicas de Educação, Cultura e Esporte; Agricultura e Meio Ambiente; Indústria, Comércio e Turismo e ainda as câmaras técnicas de Segurança e de Assistência social.

A partir da criação da Câmara Técnica de Turismo, foram mobilizados representantes dos municípios para discutir propostas de desenvolvimento da atividade turística para os municípios da Costa Oeste. Um dos programas desenvolvidos por esta câmara em convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa (SEBRAE), Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicas (FEPESE) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é o projeto Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu que inicialmente chamava-se Roteiros Turísticos Integrados da Costa Oeste, englobando três roteiros assim definidos:

- a) Caminhos das Águas
- b) Caminhos Rurais e Ecológicos

c) Caminhos da Colonização

O Projeto foi desenvolvido em várias etapas sendo realizado no segundo semestre de 2002 o inventário da região com visitas técnicas de profissionais em todas as cidades que compõe o Conselho. Palestras com profissionais sobre cooperativismo, roteiros integrados, atendimento turístico, desenvolvimento comunitário e formação da imagem de destinos turísticos.

Além das palestras foram desenvolvidos, em 2002, cursos de Capacitação na gastronomia alemã e italiana e Curso de operação de Ecoturismo. Todos os cursos tiveram a participação de todas as cidades envolvidas no projeto. Também houve consultoria a empreendimentos privados para auxiliá-los nos investimentos e melhorias.

Em 2003 foram coletadas imagens fotográficas dos atrativos turísticos da região, que deram origem aos guias, folders e fitas promocionais. (Anexo 4)

O SEBRAE instituiu, desde 2002, através do programa Empreender, Núcleos de Turismo, onde participam empresários do segmento juntamente com as secretarias de turismo das cidades. Estes núcleos visam desenvolver a cidade de forma conjunta respeitando a regionalidade e vendendo não apenas a cidade, mas toda a região. Dentro dos núcleos foram desenvolvidas palestras, visitas técnicas de avaliação dos atrativos e equipamentos turísticos, bem como reuniões para delinear e nortear as ações para um desenvolvimento conjunto e voltado para o bem comum.

No ano de 2003, foram realizadas pesquisas no *trade* turístico de Foz do Iguaçu para auxiliar no Plano de Marketing do projeto, bem como profissionais estiveram visitando os empreendimentos para identificar onde estes necessitam melhorar, culminando em relatório para auxiliar cada cidade. Em junho de 2003 foi instituído o Grupo Gestor de Turismo (GESTUR), que é um grupo de desenvolvimento do turismo, composto por secretários de turismo, que vem gerenciar o processo dos Caminhos Turísticos Integrados ao Lago de Itaipu.

Em dezembro de 2003 foi lançado no mercado o produto CAMINHOS TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU, o qual virá de maneira conjunta desenvolver o turismo nos dezesseis municípios banhados pelo lago de Itaipu, incluindo o município de Mundo Novo, no estado do Mato Grosso do Sul.

O pano de fundo do projeto é o desenvolvimento integrado e sustentável dos municípios, aproveitando-se principalmente do turismo. A idéia é aproveitar o fluxo de turistas à Foz do Iguaçu e redirecioná-los para os atrativos da região lindeira, ampliando o tempo de permanência dos visitantes, além, é claro, de atrair visitantes de toda região.

A metodologia de classificar em três roteiros de turismo serve para orientar os turistas, que buscam uma especificidade em uma visitação, bem como os investimentos:

3.4.1 Caminhos das  guas

Os caminhos das  guas, com suas bases náuticas de lazer, as popula es ribeirinhas ao lago e suas particularidades culturais, caracterizam-se como alternativa diferenciada no mercado e a marca desse roteiro é a apresentada na figura 24. Os atrativos do roteiro Caminho das águas estão descritos no quadro 15:



Figura 24: Lay-out da marca do roteiro Caminhos das  guas
Fonte: www.turismonolagodeitaipu.com

Quadro 15: Atrativos turísticos do circuito Caminho das  guas

MUNICÍPIOS	ATRATIVOS
Entre Rios do Oeste:	Base Náutica:parque de lazer e terminal turísticos, praia fluvial, espaços para prática de pesca amadora e esportes náuticos – vela, jet ski, ski, canoagem, rafting, nata�o e passeios recreativos; Rio São Francisco: prática de canoagem e rafting.

Foz do Iguaçu	Parque Nacional do Iguaçu: visita às Cataratas do rio Iguaçu, passeios de barco e helicóptero, rafting, observação da natureza, canoagem, pesca amadora; Lago de Itaipu: pesca e passeios recreativos; Usina Hidrelétrica de Itaipu: visitas técnicas e científicas; Estruturas de pesque pague; Terminal Turístico Três Lagoas: praias fluviais.
Guaíra	Rio Paraná -Lago de Itaipu: passeios de barco, pesca esportiva/amadora, esportes de vela; Complexo centro náutico.
Itaipulândia	Terminal Turístico Jacutinga: praia fluvial, prática de esportes náuticos, pesca esportiva/amadora, passeios.
Marechal Cândido Rondon	Parque Anita Wanderer: complexo de lazer/praias fluviais, esportes, jet ski, pesca esportiva/amadora; Estância Hidromineral Coroados: água mineral para banhos e pesque pague.
Medianeira	Cachoeira Zanoni: banhos, pesca e lazer; Pesque pague.
Mercedes	Arroio Guaçu: passeios de barco e pesca esportiva; Pesque pague
Pato Branco	Praia do Cascalho: praia fluvial, passeios de barco, prática de canoagem, jet ski e esqui náutico
Santa Helena	Base Náutica: canoagem, remo, vela e passeios de barco; Parque de Lazer e Turismo Nei Braga: praia fluvial, passeios de barco, esportes náuticos, pesca amadora e pesque pague
Santa Terezinha de Itaipu	Terminal Turístico Alvorada de Itaipu: praia fluvial, pesca esportiva, passeios de barco, pesque pague com banhos de rio
São Miguel do Iguaçu	Rio Represo: banhos e pesca esportiva; Terminal Turístico do Ipiranga: praia fluvial, piscina, canoagem, passeios de barco e pedalinho; Rio Laranjita: banhos, canoagem e pesca esportiva.
Terra Roxa	Rio Paraná: passeios de barco, pesca amadora e esportiva

Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

3.4.2 Caminhos Rurais e Ecológicos

Os Caminhos Rurais e Ecológicos, através das propriedades que oferecem hospedagem alternativa, alimentação caseira, possibilitam oportunidades de participar das lidas do campo, a observação de fauna e flora, bem como a pesca sustentada e recreativa. A logomarca desse roteiro está na figura 25 e os atrativos do circuito são os que constam no quadro 16:



Figura 25: Lay-out da marca do roteiro Caminhos Rurais e Ecológicos
Fonte: www.turismomonolagodeitaipu.com

Quadro 16: Atrativos turísticos do circuito Caminhos Rurais e Ecológicos

MUNICÍPIOS	ATRATIVOS
Diamante do Oeste	Recanto ecológico Área de lazer com camping
Foz do Iguaçu	Parque Nacional do Iguaçu: cataratas do Iguaçu, trilhas ecológicas, safáris ecológicos, trilha do Poço Preto, observação da fauna, trilha das Bananeiras, usina São João; Parque das Aves; Refúgio Biológico Bela Vista; Zoológico Bosque Guarani.
Guaira	Rio Paraná – Lago de Itaipu: passeio de barco ao Parque Nacional de Ilha Grande e arquipélago, observação de fauna e flora, safári fotográfico, pesca esportiva amadora; Antigo Parque das Sete Quedas: caminhada ecológica
Itaipulândia	Fazenda Apolo: área para estudo de produção rural.
Marechal Cândido Rondon	Sítio das orquídeas: exposição, visita e venda; Propriedades rurais

Medianeira	Parque Juriti: espaço de lazer e cavalgadas através de trilhas; Ilha do Sol: recanto familiar com espaço de lazer; Recanto Olivo: espaço de lazer, passeios em trilhas, banhos de rios e pesca; Morro da Salete e do Espigão: espaço para vôo livre; Centro de Tradições Gaúchas.
Mercedes	Fazenda dos Macacos: observação da fauna.
Missal	Reserva dos Macacos: observação da fauna; Fazenda das aves exóticas: observação e venda de aves exóticas.
Santa Helena	Refúgio Biológico de Santa Helena: trilhas, observação da fauna e flora; Clube Amigos do Cavalo: observação e integração com o cotidiano da fazenda e cavalgadas.
Santa Terezinha de Itaipu	Parque Ecológico Domingos Zanette: área de lazer com trilhas; Chácara do Biff: área de lazer e esportiva, banhos de rios e trilhas; Orquidário Beija-Flor: observação e vendas; Rancho Tchê Lucas: hipismo rural e cavalgadas
São Miguel do Iguaçu	Fazendinha: área de lazer, pesca e animais domésticos; Recanto Parque do Sabiá: área de lazer, banhos de rio, cavalgadas e práticas de esportes; Fazenda J.Lima: passeios em trilhas, caminhadas de observação de pássaros, pesca esportiva, prática de esportes, cavalgadas, passeios de barco, observação e integração com o cotidiano da fazenda
São José das Palmeiras	Fazenda Triângulo: rampa para vôo livre com asa delta; Centro de Tradições Gaúchas: rodeios e cavalgadas.
Terra Roxa	Fazenda Açú: trilha interpretativa de 300 metros; Rio Paraná e Piquiri: passeio de barco para o Parque Nacional de Ilha Grande e observação de flora e fauna.

Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

3.4.3 Caminhos da Colonização

Os Caminhos da Colonização da Costa Oeste destacam os elementos de referência cultural ainda vivos nas comunidades locais, seja na presença dos indígenas ou dos colonos de origem italiana ou alemã, que ajudaram a construir a região. O lay-out da marca do roteiro está na figura 26 e os atrativos que compõem o roteiro Caminhos da Colonização estão no quadro 17.



Figura 26: Lay-out da marca do roteiro Caminhos da Colonização

Fonte: www.turismomonolagodeitaipu.com

Quadro 17 : Atrativos turísticos do circuito Caminho da Colonização

MUNICIPIOS	ATRATIVOS
Diamante do Oeste	Reserva indígena Takaha Añetete: visita e venda de artesanato.
Entre Rios do Oeste	Tradição germânica com festas de outubro (folclore, gastronomia e café colonial)
Guaira	Ateliê Frei Pacífico: esculturas em madeira e argila de personagens indígenas; Centro Histórico Vila Velha: museu histórico com acervo de peças em cerâmica representando a cultura indígena.
Marechal Cândido Rondon	Museu Histórico José Gaether: acervo com a história do município desde a colonização, com artefatos indígenas; Oktorberfest: café colonial, trajes e gastronomia típica, arquitetura enxaimel e idioma alemão.
Medianeira	Elementos da cultura italiana através da culinária.
Mercedes	Cultura alemã expressa na gastronomia e na arquitetura.
Missal	Museu municipal; Cultura alemã: gastronomia típica com café colonial, arquitetura enxaimel, idioma e festas típicas.

Pato Bragado	Cultura alemã: gastronomia típica com café colonial, arquitetura enxaimel, Oktoberfest com desfile de bandas e roupas típicas; Centro Histórico Bragadense; Moinho Universal: 1º moinho de grão.
Santa Helena	Traços da cultura ítalo-germânica; Memorial Coluna Prestes.
São Miguel do Iguçu	Reserva indígena Avá Guarani: visita e comercialização de artesanato.
Terra Roxa	Fazenda Curupay: ruínas da Cidade Del Guayrá; Traços da cultura ítalo-germânica.

Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

É possível observar, através dos quadros 15, 16 e 17 que alguns municípios possuem atrativos que se inserem nos três roteiros turísticos atraindo, principalmente para turistas do próprio estado do Paraná. A oferta de atrativos turísticos é melhor visualizada na figura 27, que pontua nos municípios, quais os tipos de roteiro que o mesmo oferece.

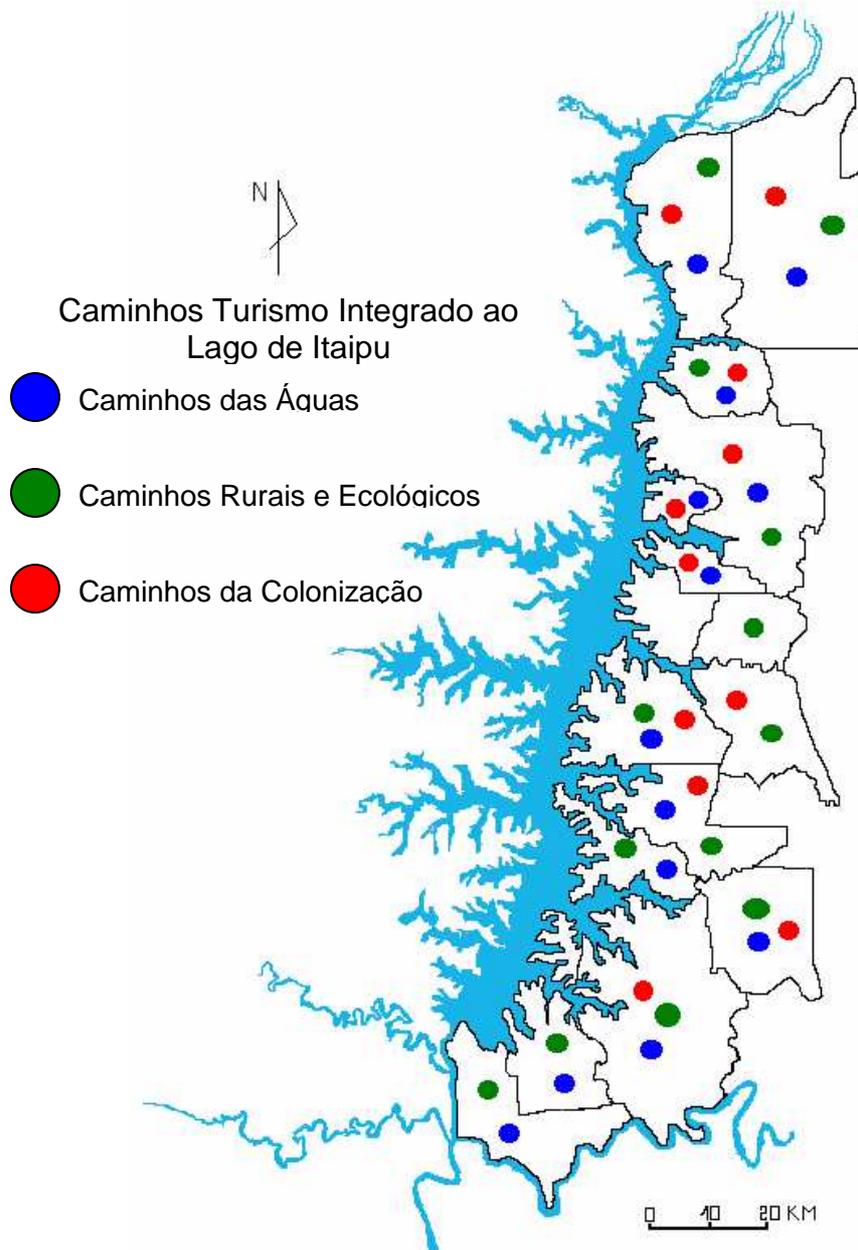


Figura 27: Roteiro dos Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu
Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu

Pela figura 27 e quadros 15,16 e 17, é possível perceber que os municípios da Costa Oeste tem grandes potenciais de atrativos turísticos. Dos 15 municípios que compõe a região, mais da metade deles, ou seja 8

municípios, possuem atrativos que compõem o três roteiros criados. Apenas 1 município apresenta atrativos que se inserem em apenas um roteiro.

A partir da criação da Câmara Técnica de Turismo, os municípios começaram a estruturar a atividade turística do município, buscando adequar a “vocalização local” ao planejamento estruturado da atividade. Essa ação tem por objetivo estruturar a atividade e também executá-la da melhor maneira possível, visando extrair o máximo de lucro possível.

Para dar suporte ao planejamento, alguns municípios da Costa Oeste organizaram órgãos municipais da área turística para dar suporte a atividade. Os órgãos criando são:

- Banco de Dados: conjunto de informações sobre os dados do turismo do município e apresenta dados estatísticos elaborados através de pesquisas com turistas. Mantém também informações sobre hotéis, agências, passeios turísticos, com horário de funcionamento dos atrativos e seus respectivos custos. Os dados desse banco são disponibilizados à população e turistas através de postos de informação e também de atendimentos telefônicos;
- Conselho de Turismo: formado por representantes do governo municipal e representantes de empresas do setor e tem por objetivo definir diretrizes de investimentos e ações locais, além de apoiar ações do município e sugerir a elaboração de leis aplicáveis no setor;
- Fundo de Turismo: é um recurso financeiro, cujo orçamento é definido por decreto municipal. A administração desse recurso também é definida por lei e pode ser o Conselho de Turismo, a Secretaria Municipal que orienta a atividade local ou ainda através de uma autarquia.

No quadro 18, é possível perceber os municípios que possuem órgãos municipais de turismo.

Quadro 18: Órgãos municipais da área turística da Costa Oeste

Municípios	Banco de Dados de Turismo	Conselho de Turismo	Fundo de Turismo
Entre Rios do Oeste	Não	Não	Não
Foz do Iguaçu	Sim	Sim	Não
Guaíra	Sim	Sim	Sim
Itaipulândia	Não	Sim	Sim
Mal. Cdo. Rondon	Não	Sim	Não
Pato Bragado	Não	Não	Não
Santa Helena	Não	Sim	Não
Sta. Terezinha de Itaipu	Não	Sim	Sim
São Miguel do Iguaçu	Não	Sim	Sim

Fonte: PDITS, 2001

Nem todos os municípios possuem os três órgãos apresentados no quadro 18, entretanto percebe-se que a sociedade civil é bastante participativa, pois dos órgãos nominados o Conselho de Turismo é o que apresenta maior número de municípios que possuem essa organização. Quanto ao Banco de Turismo, esse ocorre nos municípios que já possuem uma certa tradição no turismo, como é o caso de Foz do Iguaçu.

Como foi apresentado, está comprovada a potencialidade turística da Costa Oeste, assentada em três eixos temáticos ou setoriais, conforme revela a figura 27 - Roteiro dos Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu: Caminho das Águas, Caminhos Rurais e Ecológicos e Caminhos da Colonização. Atualmente o turismo é ao mesmo tempo uma indústria e uma mercadoria como produto final, portanto o marketing é uma estratégia fundamental a sua execução.

No próximo capítulo, buscar-se-á captar a percepção dos agentes e sujeitos presentes no processo de realização das externalidades decorrentes do Projeto Costa Oeste.

4.0 PERCEPÇÃO DOS AGENTES E SUJEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA COSTA OESTE PARANAENSE: ESTUDO DE CASO.

Nos dias 15, 16 de outubro, 06, 11 e 15 de novembro de 2003 foi realizada uma pesquisa nos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, buscando identificar como os moradores locais, empresários e órgãos públicos ligados ao turismo percebem a atividade e como essa vem sendo praticada após a elaboração do Programa Costa Oeste; também foram consultados órgãos públicos que atuam no planejamento do turismo na região.

A pesquisa foi realizada com a seguinte amostra:

- Em cada um dos 15 municípios da região da Costa Oeste foram entrevistados os responsáveis municipais pela atividade turística, empresários ligados ao setor e famílias locais, usando a seguinte quantificação:
 - Nas prefeituras municipais foram contactados os secretários municipais de Turismo, diretores de departamento e/ou chefes de divisão (Apêndice 1);
 - Nos municípios com até 5.000 habitantes (São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes), foram realizadas 5 pesquisas com empresários locais e que, em seu trabalho, teriam contato com os turistas (posto de gasolina, hotel, restaurante, lanchonete e mercado) (Apêndice 2) e também 2 moradores locais (Apêndice 3);
 - Nos municípios com até 20.000 habitantes (Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia, Missal, Terra Roxa), foram realizadas 8 pesquisas com empresários locais e 2 moradores locais;
 - Nos municípios acima de 20.000 habitantes (Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra) foram realizadas 10 pesquisas com empresários locais e 3 moradores locais.

No total foram realizadas 117 pesquisas com empresários e 36 com famílias locais. O questionário, aplicado ao setor de turismo dos municípios, foi elaborado com 11 questões abertas com o objetivo de levantar informações. Alguns municípios não responderam algumas questões, principalmente as que não possuem praias artificiais. Os questionários, aplicados aos empresários locais, foram elaborados com 11 questões, sendo que 4 eram perguntas fechadas e 7 abertas; já os questionários para as famílias locais foram elaborados com 10 questões, sendo 3 perguntas fechadas e 7 perguntas abertas

Em relação aos órgãos da área de planejamento, foram coletadas informações com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, Itaipu Binacional e Paraná Turismo.

4.1 AS REALIDADES MUNICIPAIS NO SETOR TURÍSTICO

Em entrevista realizada com os responsáveis pelo setor turístico dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, foi possível perceber que em alguns municípios (Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra) a atividade turística já se encontra com certo grau de amadurecimento, havendo conhecimento aprofundado da atividade e dos benefícios e conseqüências da atividade. Nesses municípios, a Secretaria Municipal de Turismo ou Departamento de Turismo conta com o trabalho de profissionais da área turística e com formação superior, o que torna a atividade mais profissional. Também são municípios que se destacam por seus atrativos turísticos; no caso de Foz do Iguaçu, a 4^o cidade turística brasileira mais visitada por turistas estrangeiros.

Foz do Iguaçu é a quarta cidade mais visitada por turistas estrangeiros. A constatação é baseada no Estudo da demanda Turística Internacional, desenvolvida em 2002, pelo departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Em primeiro aparece o Rio de Janeiro, com 38,58% de visitação. Em seguida vem São Paulo, com 20,84% e

Salvador, com 12,76%. Foz aparece com um percentual de 9,28%....Os resultados específicos para Foz do Iguaçu, mostraram que 80,47% dos estrangeiros visitaram a cidade exclusivamente para fazer turismo,7,41% negócios, 5,72% congresso e convenções. (GAZETA DO IGUAÇU, 15 de agosto de 2003).

Os municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra destacam-se pela proximidade ao Lago de Itaipu, através da inserção das praias artificiais, traços culturais, como a cultura germânica em Marechal Cândido Rondon (que também é marcante no município de Pato Bragado) e pela proximidade com o Parque Nacional de Ilha Grande, em Guaíra. Nesses municípios percebe-se um maior investimento de recursos financeiros na atividade turística, principalmente na estruturação das praias artificiais, também conhecidos como terminais turísticos, pois cabe ao município dotar o local com a estrutura necessária, tais como acessos, sanitários, quiosques e churrasqueiras, lanchonetes, pontos de luz e água, segurança e serviço de salva-vidas, guaritas de entrada, limpeza e manutenção da “orla da praia” através da constante reposição da areia, construção de calçadas e desenvolvimento de atividades recreativas e esportivas, buscando atrair mais visitantes e oportunizar atividades ao público visitante.

Destaque para o Terminal Turísticos do Ipiranga, situado no município de São Miguel, que além da opção do banho nas águas do Lago de Itaipu na praia artificial, o município também construiu uma piscina com água natural com 25.000 m², visualizada na figura 28:



Figura 28: Piscina de água natural construída no Terminal Turístico do Ipiranga – São Miguel do Iguaçu

Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu – Paraná

Em alguns municípios foi possível perceber que a atividade turística vem tomando forma e atraindo a atenção do órgão público e de setores privados, como é o caso do município de Itaipulândia, Entre Rios do Oeste e Missal.

Em Itaipulândia o Terminal Turístico de Jacutinga, distante 4,5 km do núcleo urbano e que entrou em funcionamento em 1993 (figura 29), o Monumento a Nossa Senhora Aparecida (figura 30), erguido no ponto mais alto do município e que tem 26 metros de altura e o projeto de um Parque Aquático Termal são investimentos que a prefeitura vem fazendo no município, buscando atrair mais turistas e criar um diferencial, atraindo turistas o ano todo e não apenas o turista que frequenta as praias artificiais. Todas essas ações por parte do governo municipal são possíveis devido ao valor de royalties recebidos pelo município e que representa o maior valor per capita recebido pelos municípios da região.

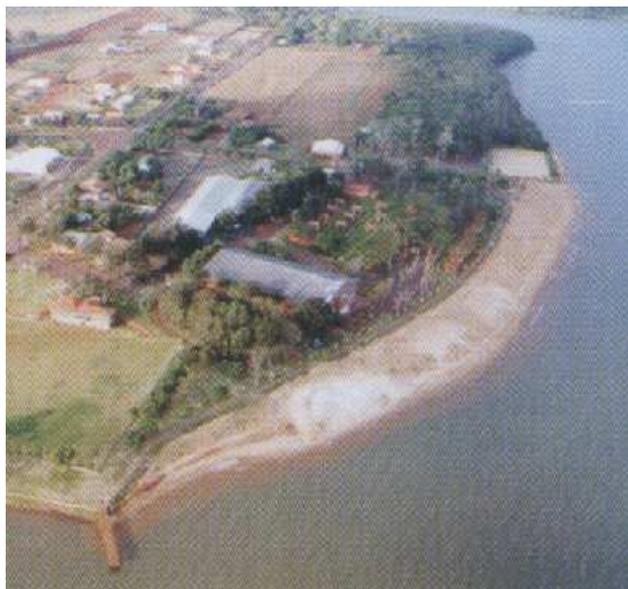


Figura 29: Terminal Turístico do Jacutinga – Itaipulândia

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaipulândia - Paraná

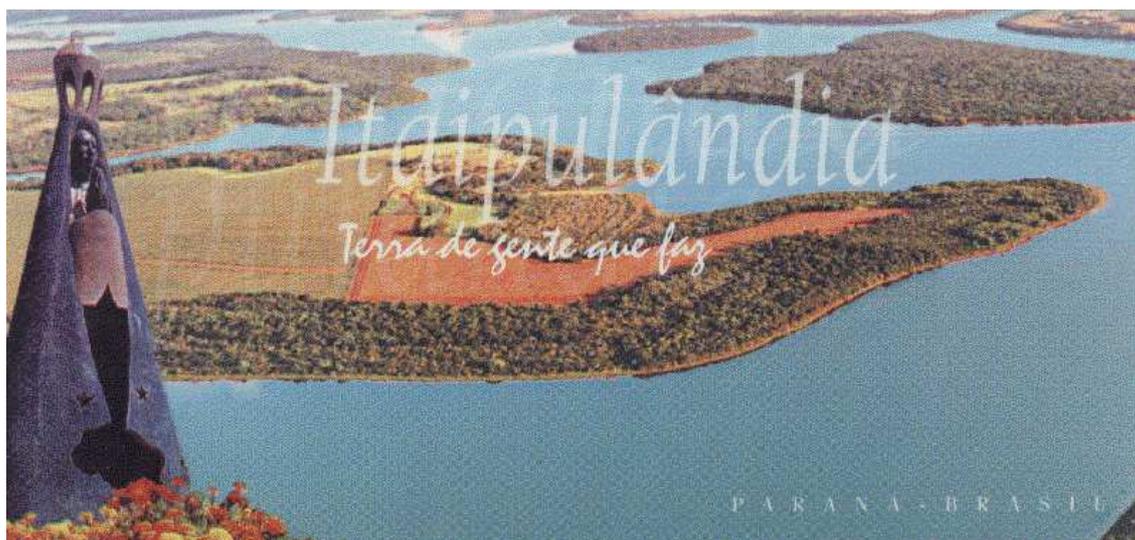


Figura 30: Cartão postal da Estátua de Nossa Senhora Aparecida – Itaipulândia

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaipulândia -Paraná.

Já os municípios de São José das Palmeiras e Diamante do Oeste estão iniciando o diagnóstico dos municípios e buscando aproveitar os potenciais naturais e culturais que possuem. Diamante do Oeste tem um projeto de aproveitamento turísticos da Aldeia Indígena Tekaha Añetete, aldeia que mantêm viva as tradições da nação Avá Guarani. O município de Terra Roxa também tem interesse em manter as tradições indígenas e para tanto, vem desenvolvendo um projeto de preservação de um sítio arqueológico existente a fim de resgatar a cultura espanhola do sul do país (figura 31). Os

remanescentes desta antiga vila espanhola foram estudados conforme prospecções realizadas no local, com escavações, levantamentos topográficos para a delimitação da vila e a caracterização de suas estruturas arquitetônicas.

O município de Mercedes vem investindo na construção de uma praia artificial e que tem como previsão de início de funcionamento o verão de 2005. No local a prefeitura está colocando a estrutura necessária para atender o turista e visitantes, como banheiros, quiosques com pontos de água e luz, churrasqueiras, lanchonetes, quadras de esportes, bem como calçadão e colocação de areia na orla do Lago, formando espaço de banho.



Figura 31: Lay out do projeto de recuperação da Ciudad Real Del Guayrá – Terra Roxa.

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa

Medianeira vem buscando a inserção no turismo regional com a visitação à Imagem de Nossa Senhora da Salette, instalada no morro mais alto do município e que vem sendo estudada a possibilidade de criação de um circuito de orações próximas à imagem. Também apresenta fortes traços da cultura italiana e tradições gauchescas bem presentes.

Os municípios também apresentam uma quantidade razoável de eventos e atividades recreativas durante o ano, conforme pode ser visualizados no quadro 19:

Quando questionados sobre o envolvimento do governo do Estado do Paraná, os seis municípios da Costa Oeste que possuem base náutica informaram que o governo, após a etapa de construção das bases e realização dos JMNs, deixaram esses espaços por conta de cada município, o que onera os cofres públicos municipais, pois os locais ficam distantes das áreas urbanas e os municípios tem dificuldade de manter o funcionamento.

Um dado levantado junto a prefeitura de São Miguel do Iguçu é o estado de abandono que se encontram as bases náuticas: “As bases Náuticas, após os Jogos, ficaram abandonadas, não trouxe benefício nenhum para o município. Trouxe mais um gasto para a manutenção, pois a prefeitura ficou responsável e tem que cuidar”.

Segundo dados coletados com a Paraná Turismo, a utilização das bases acontece através de convênios com as prefeituras municipais, com exceção da Base Náutica de Guaíra, que foi construída junto ao Complexo Centro Náutico. Entretanto, atualmente, as bases náuticas estão dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Estado²⁴, a que trata dos Jogos Mundiais da Natureza, e até a sua completa resolução não podem ser desenvolvidos projetos para estes locais.

Em relação às praias artificiais, o Governo do Estado não colabora com a manutenção, ficando a cargo do município até mesmo a contratação de salva-vidas (atividade que no início do funcionamento dos terminais era mantida pelo Estado).

²⁴ Segundo o Jornal Impacto Paraná de 25 à 31 de outubro de 2003, na pág. 35, a CPI dos JMNs foi criada com o objetivo de levantar informações sobre os gastos na promoção do evento e na construção das bases náuticas, pois há indício de superfaturamento em alguns contratos.

Quadro 19: Eventos e atividades recreativas desenvolvidas nos municípios da Costa Oeste

Municípios	Eventos
Entre Rios do Oeste	Festival da carne Suína, Festa da primavera
Foz do Iguaçu	Carnaval de Rua, Festa das Nações, Feira do Artesanato e Alimentação, Shows
Santa Terezinha de Itaipu	Reveillon, Pesca da Corvina, exposições, competições, Festa Popular, Festival Regional da Canção, Carnaval de Rua, e Campanha Natalina
São Miguel do Iguaçu	Reveillon, Festival de Verão, competições esportivas e recreativas, apresentações
Missal	Corrida rústica, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Gincana, Pesca a Corvina
Santa Helena	Festa de aniversário do município, Festa de Abertura da Temporada, Reveillon, Atividades esportivas
Pato Bragado	Festa Nacional do Concurso do Cupim Assado, Oktoberfest e Ornamentação Natalina com atividades culturais
Marechal Cândido Rondon	Prova Aberta de Pesca a Corvina, Torneio de Pesca Esportiva do Tucunaré, Oktoberfest
Guaira	Festa das Nações, encontro de pescadores, Torneio de Pesca, Festival do Pintado na Telha, Festa da Virgem do Caacupé e Jogos Indígenas
Medianeira	Exporua, Expomed, Jogos Abertos, FEOM (Feira de Ofertas de Medianeira)
Mercedes	Jogos Infantis, Campeonato das diversas modalidades esportivas, Jogos Abertos do Município e Festa do Município
Itaipulândia	Festa do Dourado no Carrossel, Pesca a Tucunaré e atividades de verão
Diamante do Oeste	Festas municipais e Cavalgadas em trilhas ecológicas

Fonte: Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu

OBS: Os municípios de São José das Palmeiras e Terra Roxa responderam que não desenvolvem nenhuma atividade.

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros foi citado como um grande parceiro no desenvolvimento do turismo na região, principalmente após o convênio com o Sebrae e a UFSC para a elaboração e execução do Programa Caminhos. É uma unanimidade nos órgãos públicos municipais a aceitação desse projeto, pois traz um diferencial que é o envolvimento da comunidade e a assessoria aos empreendimentos turísticos. Isso porque, nas diversas propostas implantadas na região, apenas os representantes dos órgãos públicos tinham acesso às informações, cabendo a

eles repassarem as informações e motivarem os empreendedores em investir nas empresas já existentes ou na abertura de novas. Já o Programa Caminhos, faz com que os elaboradores do projeto entrem em contato com os empresários, indo conhecer as instalações e os serviços prestados na região e repassam ao proprietário e empregados sugestões de melhoria na parte física e estrutural de atendimento ao turista e moradores locais.

Há um grau de expectativa bastante elevado em relação ao programa Caminhos, que teve seu lançamento oficial no dia 05 de dezembro de 2003, na cidade de Foz do Iguaçu, contando com a presença de todos os representantes dos órgãos públicos ligados ao turismo da região e de agências de viagens e de divulgação, conforme pode ser percebido pela resposta do diretor de Departamento de Indústria, Comércio e Turismo de Entre Rios do Oeste: *“Nossas expectativas são maiores que nos anos anteriores, devido ao Projeto Caminhos do Turismo Integrado ao Lago de Itaipu”*

Mesmo acreditando nas novas possibilidades que esse programa trará para a região, muitos afirmam que a mudança em todos os municípios acontecerá de imediato, pois o processo de divulgação e comercialização dos atrativos é um processo lento e contínuo.

Em relação ao apoio da Itaipu, os representantes dos órgãos públicos destacaram que a Itaipu Binacional apóia as atividades no setor turístico através da parceria com o Conselho, além de destinar recursos para a confecção de materiais promocionais e apoio aos eventos municipais. Também destina recursos para adequação de estradas rurais e no município de Diamante do Oeste fará parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a construção de casas para os indígenas da Aldeia Tekaha Añetete.

Itaipu vem investindo de forma expressiva em todos os municípios nos projetos de preservação ambiental e agricultura orgânica, através do “Programa Cultivando Água Boa”, que tem por objetivo criar uma nova consciência ambiental, através de ações de recuperação de matas ciliares, agricultura orgânica, destinação correta de resíduos sólidos e de dejetos animais e campanhas educativas.

Quando questionado sobre o percentual do orçamento municipal gasto na estrutura do turismo, todos os municípios afirmaram que o valor investido nesse setor é baixo, sendo que o município de Itaipulândia é o que prevê o

maior investimento para o ano de 2004, com previsão de gasto de 30% do orçamento municipal para a construção do Parque Termal. Na maioria dos outros municípios, o investimento não atinge 2% do orçamento anual.

Também foi difícil para o município quantificar o número de empreendimentos ligados à atividade turística, pois a maioria deles, com exceção dos hotéis, atendem também a população local. Destaca-se o município de Foz do Iguaçu, que apresenta 477 estabelecimentos do município que necessitam da presença do turista, com maior ou menor intensidade, isso porque, muitos restaurantes, hotéis, agências de viagens e atrativos que necessitam dos turistas para manter o nível de ocupação necessária para o funcionamento da empresa.

4.2 PESQUISA COM EMPRESÁRIOS LOCAIS.

A pesquisa realizada com empresários da região da Costa Oeste, resultou em dados que serão apresentados de maneira conjunta, em forma de gráficos e médias, por se tratar de uma pesquisa que visa definir o perfil e as reações e ações conjuntas dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Entretanto, para haver uma visualização melhor das diferenças municipais, será inserida a tabela 4 com os dados de cada município.

Quando questionado aos empresários se têm contato com turistas, 83% afirmaram que sim, conforme apresentado no gráfico 1 com destaque para os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena, onde 100% dos empresários têm contato com turistas. Em Foz do Iguaçu, isso ocorre, pois o grande motor da economia municipal é a atividade turística e os turistas são uma constante no município em todos os meses do ano. Por possuir atrativos de interesse nacional e internacional, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu e Itaipu Binacional, os turistas permanecem em média 4,10 dias, o que faz com que o turista usufrua dos serviços oferecidos no município.

Quadro 20: Resumo das respostas dos questionários aplicado com empresários dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu

Municípios		5 empresários					8 empresários				10 empresários					
		S José das Palmeiras	Diamante do Oeste	Entre Rios do Oeste	Pato Bragado	Mercedes	Sta Terezinha de Itaipu	Itaipulândia	Missal	Terra Roxa	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu	Medianeira	Santa Helena	Mal Cdo Rondon	Guaira
Contato com turista	Sim	3	3	5	4	3	8	6	7	5	10	10	8	10	6	9
	Não	2	2	0	1	2	0	2	1	3	0	0	2	0	4	1
Tempo que reside	Média (anos)	17	26	20	22	26	20	17	27	34	30	21	15	32	16	21
Tempo de empresa	Média (anos)	7	13	10	15	21	13	9,5	21	20	16	7	17	20	17	14
Filhos	Não tem filhos	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Residem	4	2	4	4	3	6	8	7	6	9	9	8	8	7	7
	Não residem	1	3	1	1	2	0	0	1	2	1	1	1	2	3	2
	Trabalham em outras áreas	0	1	1	0	1	2	0	5	0	2	1	4	1	1	3
	Não trabalham	4	1	3	3	4	4	3	2	5	6	3	4	4	4	2
Ajudam na empresa	0	0	1	2	0	2	5	1	3	2	6	0	4	2	2	
Outras fontes de renda	Sim	1	4	1	3	1	2	2	7	4	3	6	5	5	1	3
	Não	4	1	4	2	4	6	6	1	4	7	4	5	5	9	7
Na empresa é	Proprietário	3	3	3	3	2	3	6	5	5	4	6	6	7	4	5
	Sócio	0	0	0	2	0	2	2	1	3	1	1	1	1	2	3
	Arrendatário	0	1	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	0	1
	Gerente	2	1	1	0	3	3	0	1	0	3	3	3	1	4	1
Trabalha na empresa	Família	2	5	0	1	0	2	2	0	0	0	2	1	0	0	1
	Assalariados	2	0	0	1	1	2	0	0	0	4	1	2	1	1	0
	Ambos	1	0	5	3	4	4	6	8	8	6	7	7	9	9	9
Aumento no nº de empregos	Sim	1	0	1	2	0	2	3	0	2	1	2	4	9	3	2
	Não	4	5	4	3	5	6	5	8	6	9	8	6	1	7	8
Itens que melhoraram	Esgoto	0	0	0	2	2	2	1	0	0	5	0	6	6	1	2
	Água	2	2	2	3	0	3	4	3	0	4	3	5	5	3	5
	Energia	1	2	0	3	4	2	5	5	0	5	3	5	8	0	3
	Recreação	0	5	5	4	5	7	8	7	5	7	4	2	10	5	4
	Saúde	1	4	4	3	2	5	7	7	1	3	3	4	9	1	2
	Acesso viário	0	4	4	4	2	6	8	7	0	5	7	4	9	4	1
Transporte	2	1	4	4	1	1	7	2	2	5	8	2	5	3	1	
Poluição	Sim	0	2	1	0	0	1	1	2	2	0	2	3	0	0	1
	Não	4	3	4	5	5	6	7	6	6	10	8	3	10	10	8
	Não sabe	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	0	1
Dinamizou a economia	Sim	0	0	2	3	3	3	8	2	0	0	5	2	10	5	1
	Não	3	3	3	2	3	4	0	6	8	9	3	4	0	4	5
	Não sabe	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0
	Nota-se pouco	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2	0	0	4

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

No caso de São Miguel do Iguaçu, o município dá acesso aos demais municípios da Costa Oeste e possui um terminal turístico bastante freqüentado por brasileiros e paraguaios e no entorno possui um comércio que se expande a cada dia, sendo que para a temporada de verão de 2004, dois novos empreendimentos na área de hospedagem estão sendo finalizados, buscando dar conforto aos freqüentadores da praia artificial. Já Santa Helena destaca-se

pelo terminal turístico e atrações, o que atrai moradores de toda a região e inclusive dos países vizinhos, em destaque para o Paraguai.

Os municípios que apresentam um pequeno índice de contato com turistas são, proporcionalmente, os municípios de São José das Palmeiras, Diamante do Oeste (não possuem praias artificiais e não estão localizados na beira da rodovia de acesso aos demais municípios), Mercedes e Terra Roxa.

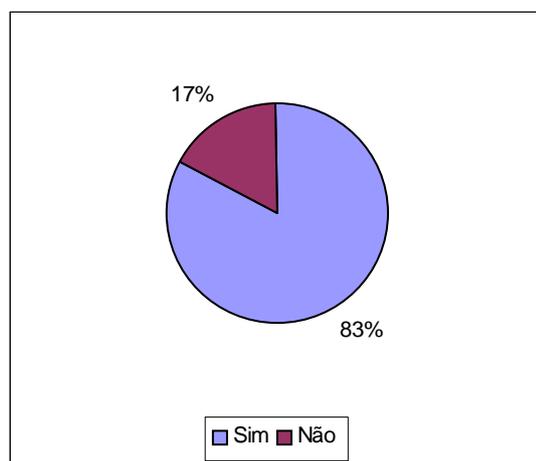


Gráfico 1: Contato da empresa com turistas

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Entre os empresários e responsáveis por empresas que prestam serviços ao turista, é possível perceber que a média de tempo de moradia na cidade é alta, ficando com 23 anos e as empresas já têm, em média, 15 anos de instalação.

Quando questionados em relação aos filhos, 79% dos entrevistados responderam que residem na cidade, junto com a família (gráfico 2). Do total dos filhos, mais de 50% ainda não trabalham, são menores de idade e estão em fase de estudo e entre os que trabalham, há um alto índice de filhos que auxiliam os pais no trabalho que desenvolvem (gráfico 3). Pelos relatos dos entrevistados, procura-se iniciar os filhos em idade de trabalho nas atividades do empreendimento, para que comecem a desenvolver responsabilidades.

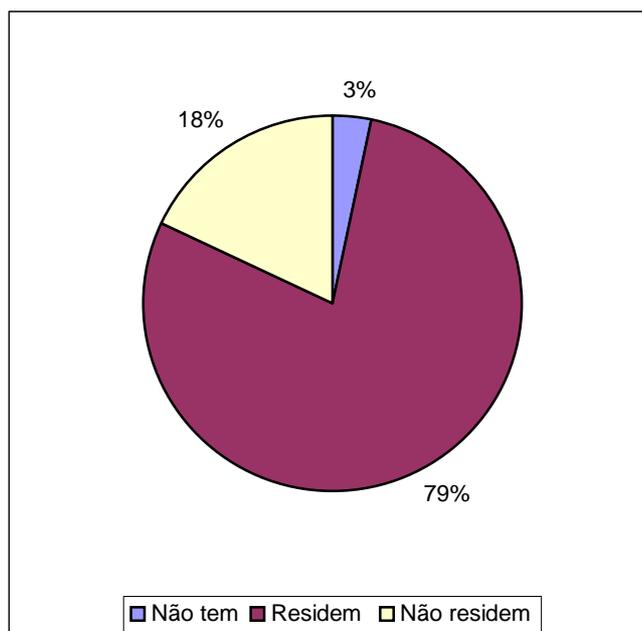


Gráfico 2: Residência dos filhos dos empresários dos municípios da Costa Oeste.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

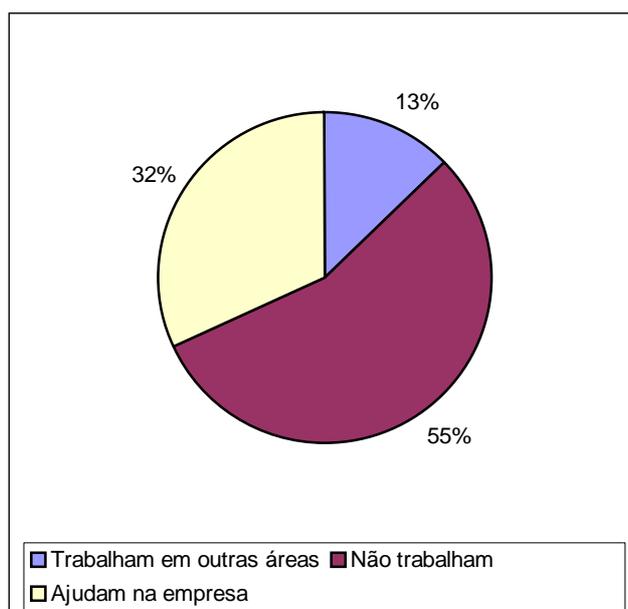


Gráfico 3: Situação empregatícia dos filhos dos empresários dos municípios da Costa Oeste.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Nos municípios da Costa Oeste, 59% dos entrevistados tem na empresa a única fonte de renda, sendo que o destaque é para o município de Missal, onde proporcionalmente, pois possui maior índice de pessoas que sobrevivem de seu empreendimento. No lado inverso, o município de Marechal Cândido

Rondon é o que possui o maior índice de empresários que tem fontes de renda alternativa, como a agricultura e outros comércios(gráfico 4)

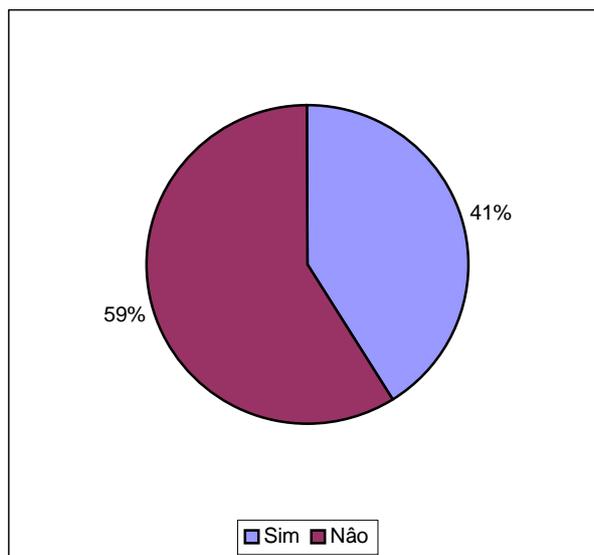


Gráfico 4: Percentual de empresário que possuem rendas alternativas.
Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Das empresas entrevistadas, 56% são comandadas por seus proprietários (gráfico 5), principalmente nos municípios com menor número de habitantes.

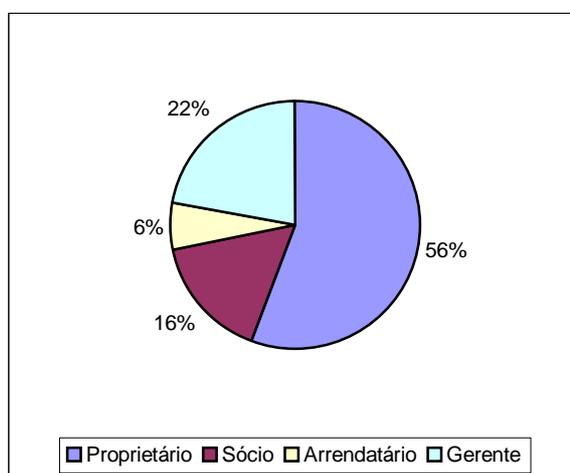


Gráfico 5: Situação do empresário em relação à empresa.
Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Nas empresas pesquisadas, a mão-de-obra que predomina é a união entre a família e os empregados (gráfico 6). Existe informalidade nesses empreendimentos, tanto que, grande parte deles, são dirigidos por membros da

família, constituindo negócio onde os membros da família retiram o sustento. Na divisão de tarefas nessas empresas, cabe a família a parte gerencial como trabalho de compras, controle de estoque e atividades de coordenação, ficando para a mão-de-obra assalariada o trabalho operacional como a elaboração do produto final ou de atendimento direto ao cliente, como cozinha, arrumação, faxina, frentista, reposição de estoques, garçon, churrasqueiro, ou seja, os trabalhos que exigem maior esforço físico.

Destaque para Diamante do Oeste, onde 100% da mão-de-obra é apenas da família que coordena a empresa. Isso deve-se ao fato de ser uma cidade pequena e não comportar grandes estabelecimentos comerciais.

O município que apresenta maior índice de mão-de-obra exclusivamente assalariada é Foz do Iguaçu, isso porque possui empresas voltadas exclusivamente para o atendimento ao turista e com alto índice de comercialização. Também aparece a questão da profissionalização para a realização de algumas atividades, o que viabiliza a contratação de assalariados.

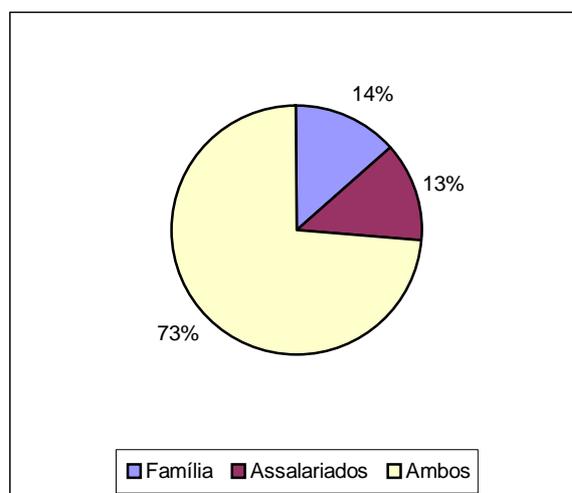


Gráfico 6: Mão-de-obra utilizada na empresa.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Ao fazer referência ao Programa Costa Oeste e os Jogos Mundiais da Natureza, foi possível perceber que, para mais da metade dos entrevistados (73%), não houve influência nenhuma no estabelecimento comercial, não havendo aumento no número de empregos ofertados na região (figura 7)

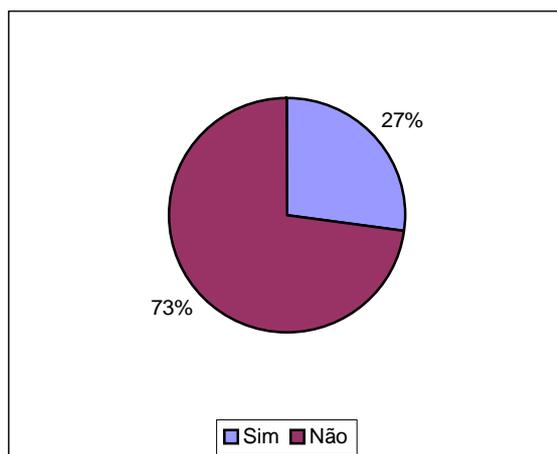


Gráfico 7: Aumento de empregos nas empresas após o Programa Costa Oeste.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Também, ao referir-se ao projeto estadual da Costa Oeste e questionar se houve melhoras na estrutura dos municípios, os entrevistados responderam o exposto no gráfico 8.

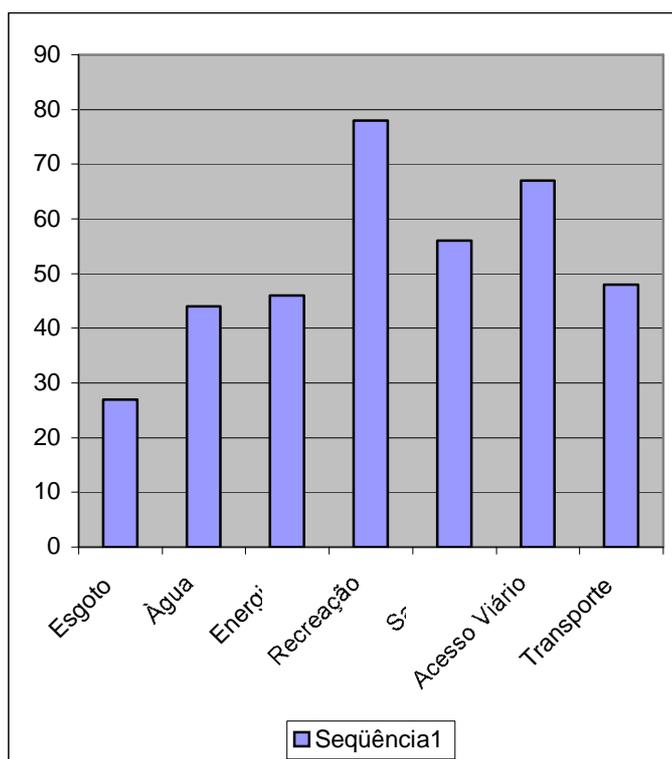


Gráfico 8: Itens de infra-estrutura e estrutura que melhoraram com o desenvolvimento do turismo na região.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Dos itens elencados no gráfico 8, o que demonstrou que houve maior percepção dos entrevistados foi em relação às atividades de recreação, especialmente nos municípios de Itaipulândia e Santa Helena, onde 100% responderam que no item recreação houve melhoras, sendo que esses municípios possuem terminais turísticos e promovem eventos; já no município de São José das Palmeiras, o item recreação não é percebido pela população ou não tem acesso a esses locais e/ou eventos.

Outro item que recebeu parecer favorável foi o acesso viário, em especial para São Miguel do Iguazu e Santa Terezinha de Itaipu com a duplicação da BR 277 e Itaipulândia e Santa Helena, que fizeram investimentos nas estradas de acesso e estradas rurais. Esse item recebeu o menor item de aprovação nos municípios de São José das Palmeiras, Terra Roxa e Guaira, sendo que no caso dos dois últimos, essa avaliação deve-se ao fato da situação precária que se encontra a rodovia PR 469, no trecho que liga o município de Mercedes à Terra Roxa e Guaira.

O item que recebeu menor aprovação é ao que se refere ao tratamento de esgoto, sendo que muitos municípios ainda não possuem a coleta e tratamento de esgoto, utilizando a fossa séptica como principal depósito desses dejetos.

Quanto à poluição da região, foi questionado se o turismo traz consigo a poluição para os locais. Através das respostas apresentadas no gráfico 9, é perceptível uma forte tendência de não considerar o turismo como uma atividade poluidora. Isso ficou bem claro nas entrevistas, pois todos mostraram que os turistas estão, a cada dia que passa, mais conscientes da importância da preservação. Essa preocupação é uma constante na região da Costa Oeste, tanto que estão espalhados diversos *out doors* espalhados nas estradas de acessos aos atrativos, conforme figura 27.

A preocupação com o ambiente se faz presente nas escolas da região da Costa Oeste, tanto que no ano de 2001, o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros em parceria com a Itaipu Binacional lançou um projeto inédito de trabalho regional em Educação Ambiental através do Programa Linha Ecológica, onde cada um dos 16 municípios do entorno do Lago de Itaipu (incluindo Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul) disponibiliza monitores que participam de cursos de aperfeiçoamento e desenvolvem atividades com

escolas, agricultores, entre outros. Essa preocupação deve-se as exigências de mercado, pois a cada dia, os turistas exigem lugares com melhor qualidade de vida.

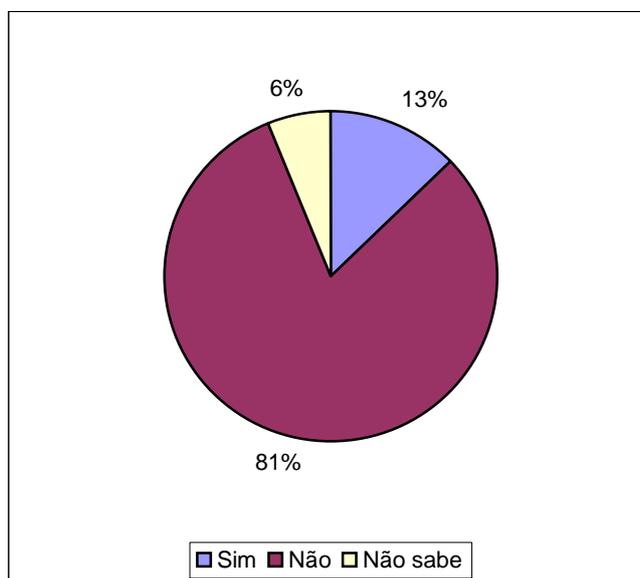


Gráfico 9: Relação da poluição com o turismo.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.



Figura 32: Out door colocado na estrada de acesso ao Terminal Turísticos de Porto Mendes – município de Marechal Cândido Rondon

Fonte: Pesquisa realizada no mês de outubro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

A influência que o Programa Costa Oeste causou na economia dos municípios envolvidos, como era proposto no programa do Governo do estado, proposto em 1996, não foi marcante, pois apenas 38% responderam que houve dinamização da economia, sendo que, desse total, muitos frisaram que a

mudança mais perceptível foi no período do JMNs. Essa percepção é possível notar em diversos empresários da região, como por exemplo o dono de um posto de gasolina de Marechal Cândido Rondon que referiu-se nesses termos ao projeto Costa Oeste: *“O projeto foi mal elaborado, pois não atendeu às necessidades”* ou do empresário do ramo de hotelaria de Guaira: *“A influência do projeto Costa Oeste só teve influência na região na época dos Jogos Mundiais da Natureza, agora percebe-se pouco o fluxo de turistas na região”*.

A maior influência aconteceu para o município de Santa Helena, pois foi a partir desse projeto estadual e dos JMNs que a atividade turística passou a ser vista pela administração e pelos munícipes como uma atividade financeira, que poderia gerar dividendos para o município e para os moradores.

Foi através dessa intensa divulgação da importância econômica do turismo, que a região passou a interessar-se de forma profissional, tanto que, após esse período surgiram na região diversos cursos técnicos na área de turismo, como dos cursos superiores para aperfeiçoamento da mão-de-obra, como o de Turismo com ênfase em Hotelaria da União de Ensino Superior do Iguaçu (Uniguaçu - São Miguel do Iguaçu) e da União Dinâmica das Faculdades Cataratas (UDC - Foz do Iguaçu) e dos cursos de Hotelaria da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste – Foz do Iguaçu) e Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (Unifoz- Foz do Iguaçu). O curso de Turismo da Unioeste é um dos mais antigos do Brasil e iniciou em 1984.

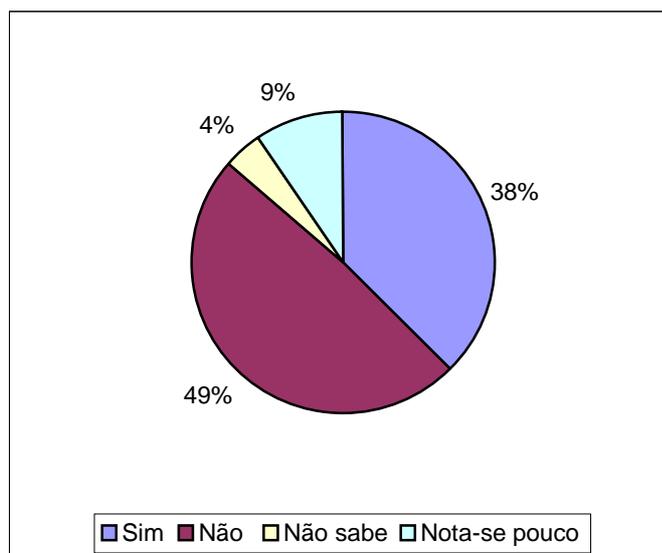


Gráfico 10: Dinamicidade da economia após o Programa Costa Oeste.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro de novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Cabe ressaltar que, para o município de Foz do Iguaçu não houve interferência na economia, isso porque o município já é um destino consolidado e o programa Costa Oeste tinha como um dos objetivos aproveitar o fluxo de turistas que dirigem-se para Foz do Iguaçu para usufruírem dos atrativos dos demais municípios.

A maioria dos entrevistados mostra que, em suas empresas e no município, o projeto proposto não teve interferência, pois a atividade ainda é incipiente e, apesar dos investimentos na época dos Jogos, como a melhoria dos acessos, a construção das bases náuticas e a divulgação da região, esse foi um investimento passageiro e não conseguiu montar estruturas municipais para dar continuidade e alavancar a atividade.

Em alguns municípios, como Santa Helena, Itaipulândia e São Miguel do Iguaçu, é possível perceber que há uma onda de ânimo entre os empresários, isso porque está se aproximando o verão e é justamente nesse período que aumenta o fluxo de turistas e visitantes aos terminais turísticos da Costa Oeste.

Vários empresários também citaram o projeto Caminhos Turismo Integrado, desenvolvido pelo Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, em parceria com o Sebrae e UFSC, que está em fase de implantação na região. Esse programa foi citado, pois ao contrário do Programa Costa Oeste, que construiu estruturas e infra-estruturas e realizou a readequação das estradas e sinalização, com o objetivo de divulgar os atrativos regionais e atrair capital externo para investimentos, o programa Caminhos vai de encontro às realidades municipais. A metodologia usada nesse programa foi a realização de um diagnóstico dos atrativos e dos serviços prestados na região, para montar material de divulgação. Conhecendo a realidade, percebeu-se que, apesar das potencialidades, havia a necessidade de certas adequações dos atrativos e dos serviços, o que foi realizado através de encontros com empresários para explicar o programa e a oferta de uma série de cursos de aperfeiçoamento para cozinheiras, arrumadeiras, recepcionistas, entre outros. Além do repasse das informações os profissionais foram até os empreendimentos e viram *in loco* as mudanças necessárias, prestando consultoria aos empresários.

4.3 PESQUISA COM FAMÍLIAS LOCAIS.

A pesquisa realizada com famílias da região da Costa Oeste, resultou em dados que serão apresentados de maneira conjunta, em forma de gráficos e médias, por se tratar de uma pesquisa que visa definir o perfil e as reações e ações conjuntas dos moradores dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Entretanto, para haver uma visualização melhor das diferenças municipais, está inserida a tabela 5 com os dados de cada município:

Quadro 21: Resumo das respostas dos questionários aplicado com famílias dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu

Municípios		2 famílias					2 famílias				3 famílias					
		S José das Palmeiras	Diamante do Oeste	Entre Rios do Oeste	Pato Bragado	Mercedes	Sta Terezinha de Itaipu	Itaipulândia	Missal	Terra Roxa	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu	Medianeira	Santa Helena	Mal Cdo Rondon	Guaira
Questões																
Tempo que reside	Média (anos)	24	18	32	26	31	26	23	37	37	26	22	25	27	39	27
Onde morava antes	Área rural	0	1	2	2	2	2	0	2	2	1	2	2	0	3	2
	Área urbana	2	1	0	0	0	0	2	0	0	2	1	1	3	0	0
Filhos trabalham em atividades ligadas ao turismo	Sim	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
	Não	2	2	2	1	2	2	1	2	2	3	2	3	3	3	3
Contato com turista	Sim	0	0	0	2	0	1	1	0	1	1	2	0	2	2	2
	Não	2	2	2	0	2	1	1	2	1	2	1	3	1	1	1
Promoveu algum empreendimento turístico	Sim	0	0	0	2	0	0	1	0	0	2	1	0	1	0	0
	Não	2	2	2	0	2	2	1	2	2	1	2	3	2	3	3
Itens que melhoraram	Esgoto	0	0	0	2	0	0	2	0	0	1	0	1	3	0	1
	Água	1	2	2	2	0	0	2	0	0	1	2	1	1	1	0
	Energia	2	2	1	2	0	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1
	Recreação	0	1	1	2	0	2	2	1	1	3	2	1	3	1	1
	Saúde	1	1	2	2	0	1	2	1	0	1	0	0	2	0	2
	Acesso viário	0	1	2	2	0	1	2	2	0	2	2	1	3	0	0
Poluição	Transporte	1	2	2	2	0	1	1	1	0	3	1	0	2	1	1
	Sim	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
	Não	0	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	2	3	1	2
Diferenças na baixa e alta temporada	Não sabe	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Sim	2	1	2	2	2	2	2	1	0	3	3	1	3	2	1
	Não	0	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	2	0	1	2
Dinamizou a economia	Sim	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	3	1	0
	Não	0	1	1	0	1	0	0	1	2	3	0	2	0	1	1
	Não sabe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Nota-se pouco	2	0	0	1	0	2	1	1	0	0	2	0	0	1	1

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Ao buscar a opinião dos moradores dos municípios do entorno do Lago de Itaipu buscou-se contactar membros de famílias que já moram há bastante tempo no local, para que pudessem expressar as mudanças que ocorreram na região. Isso pode ser comprovado na média de anos de residência que oscila entre 18 anos (menor média) e 39 anos (maior média), sendo que muitos disseram que estavam na cidade desde o nascimento.

Quando questionados da residência anterior, os nascidos no município responderam referindo-se ao núcleo familiar (pai e mãe) e foi possível identificar que há uma predominância (66%) de pessoas que moravam na área rural e que rumaram para os núcleos urbanos (gráfico 11)

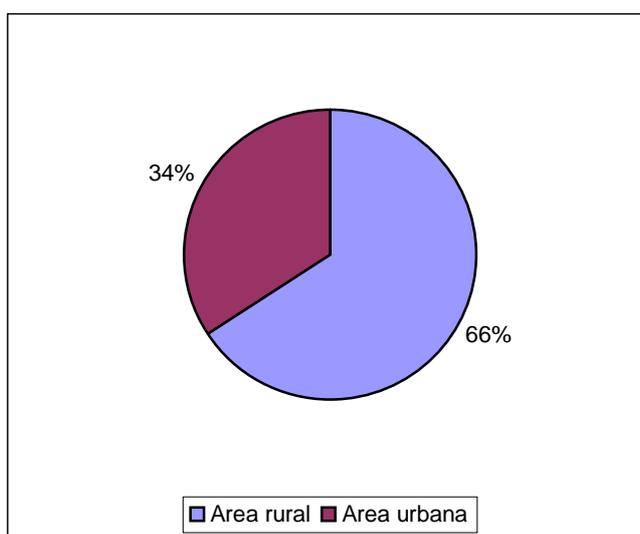


Gráfico 11: Origem dos moradores das cidades da região da Costa Oeste.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Em relação aos filhos, apenas 8% dos entrevistados afirmaram que os filhos trabalham em atividades ligadas ao turismo (gráfico 12). De acordo com os resultados anteriores, atribuo essa pequena parcela de ocupação na área turística ao fato de que, na maioria dos municípios, os empreendimentos que atendem turistas são empresas familiares, o que inviabiliza a contratação de muitos funcionários, pois a movimentação durante o ano é baixa. Há um destaque na contratação de serviços extras nas empresas de atendimento ao turista nas épocas de verão e também no período de festas ou eventos municipais.

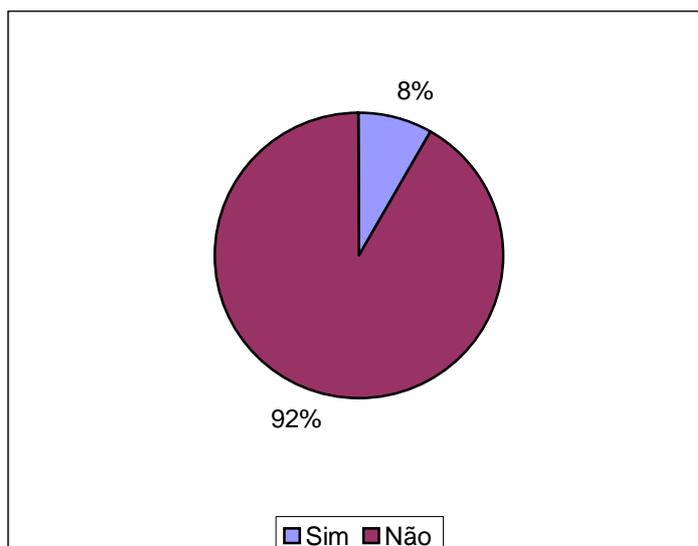


Gráfico 12: Participação dos filhos em atividades ligadas à atividade turística.
Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste

Esse distanciamento entre as atividades turísticas e a população também pode ser percebida no gráfico 13, onde percebe-se que apenas 39% da população mantém contato com o turista. Isso porque vários atrativos da região ficam distantes dos núcleos urbanos e demonstra também a necessidade de ser realizado um trabalho de conscientização com a comunidade, para que os moradores sintam-se mais envolvidos com a atividade e possam estar convivendo e interagindo com os turistas, pois em muitos municípios a própria população cria distanciamento entre os “nativos” e os turistas.

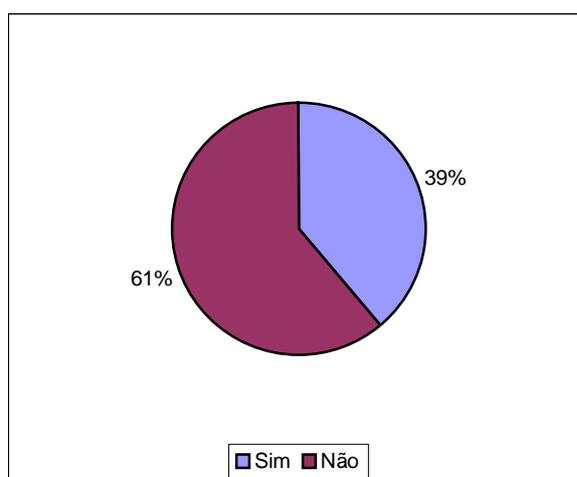


Gráfico 13: Percentual de moradores que têm contato com turistas.
Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Dos moradores da região, apenas um pequeno percentual de 19% (gráfico 14) promoveu algum empreendimento no setor turístico, com destaque para os municípios de Foz do Iguaçu e Pato Bragado.

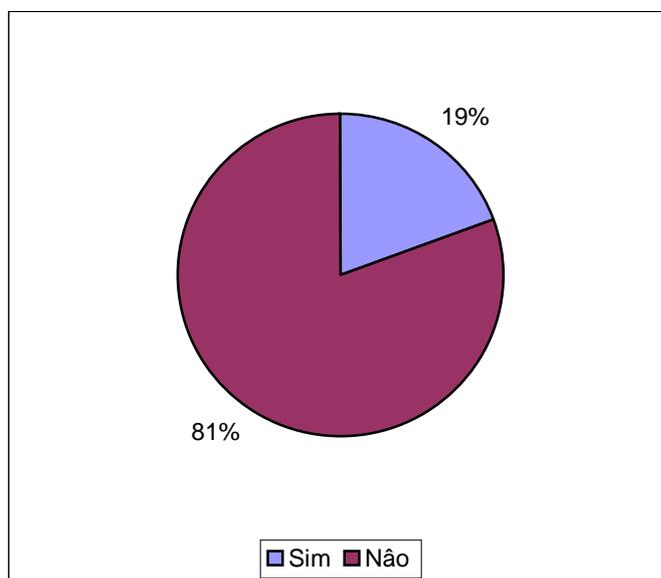


Gráfico 14: Percentual de moradores que promoveram algum empreendimento turístico após o Programa Costa Oeste.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Em relação aos itens que melhoraram com a presença do turismo na região da Costa Oeste (gráfico 15), 58% das famílias, assim como 66% os empresários (já citados no gráfico 8), elencaram as atividades de recreação como a que houve melhoras. Em seguida, a energia elétrica foi o segundo item que apresentou, na opinião das famílias, maior índice de melhoria.

Em relação a menor conceituação, o sistema de esgoto foi citado por apenas 28%, com destaque para o município de Santa Helena, onde 100% da população pesquisada classificou que houve melhoras. A opinião da população em relação ao esgoto é semelhante à apresentada pelos empresários e isso reflete a baixa taxa de implantação de sistema de esgoto na região, visto que grande parte dos municípios não possui rede coletora de esgoto instalada, utilizando-se de fossas sépticas.

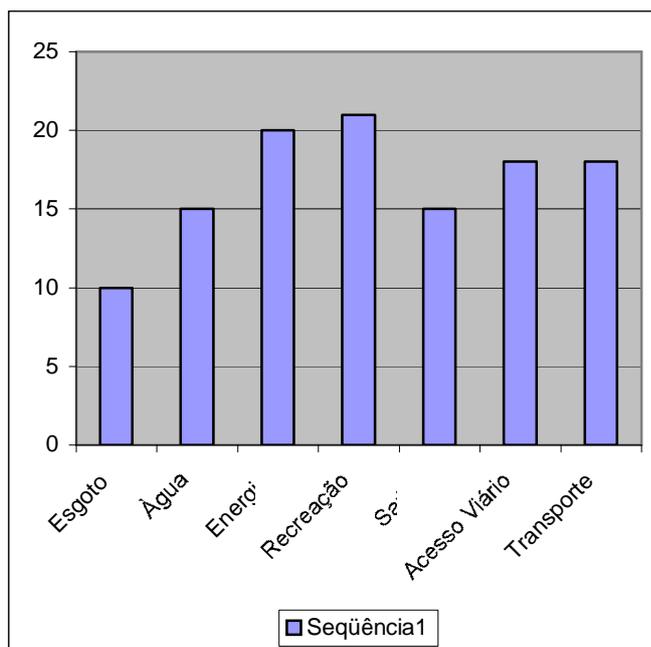


Gráfico 15: Itens de infra-estrutura e estrutura que melhoraram com o desenvolvimento do turismo na região.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Os moradores, assim como os empresários, não vêem no turismo uma atividade poluidora, com possibilidades de trazer prejuízos ambientais aos municípios, conforme apresentado no gráfico 16. Isso demonstra que já está presente na cultura local a questão da conscientização, sendo que muitos também citam as diferenças culturais que existem, principalmente em relação aos paraguaios que costumam freqüentar os terminais turísticos.

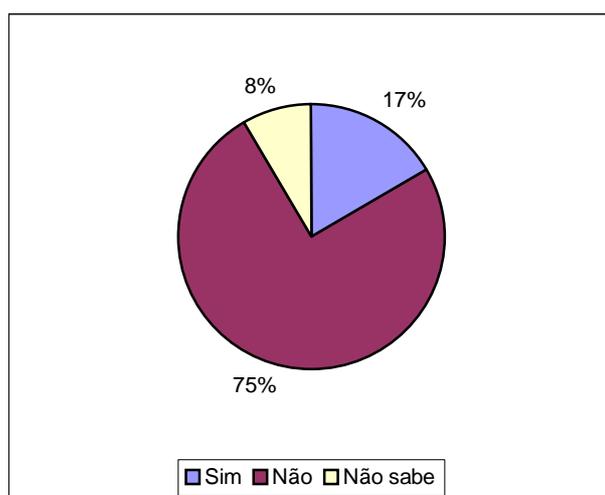


Gráfico 16: Relação da poluição com o turismo.
 Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Na região da Costa Oeste é perceptível a diferença no período de baixa e alta temporada (período de verão), conforme apresentada no gráfico 17, onde 75% dos entrevistados disseram que há uma maior circulação de pessoas na região e movimentação nos terminais turísticos. Destaque para São Miguel do Iguaçu e Santa Helena, onde estão instalados os terminais turísticos de maior procura e o município de Foz do Iguaçu, que já tem o turismo consolidado. Destaque também para o município de Terra Roxa por apresentar índice de 0% na percepção pelo fato do mesmo não possuir terminais e não estar localizado na Rodovia da Costa Oeste.

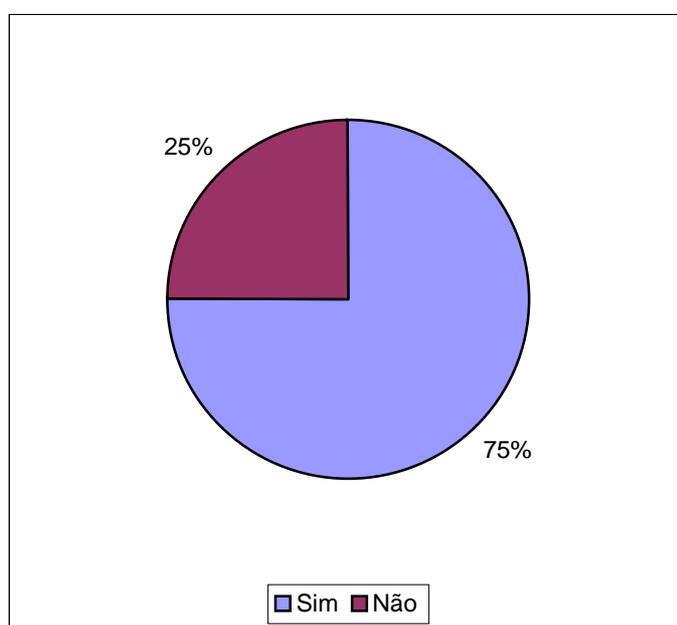


Gráfico 17: Percepção de diferenças na baixa e alta temporada.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

Em relação à influência do Programa Costa Oeste na economia dos municípios, através do gráfico 18 é possível perceber que não há uma opinião unânime em relação a esse aspecto. Isso porque o Programa Costa Oeste, com os JMNs aconteceu em um período restrito de tempo e depois não houve os investimentos previstos no programa. Muitos moradores afirmaram que houve uma dinamicidade na economia do município, mas ficou restrita ao período dos JMNs, pois não houve projetos de continuidade na utilização das bases náuticas, nem um afluxo de investidores para a região. Segundo um morador de São Miguel do Iguaçu *“há uma grande movimentação no município*

de verão no período de verão e nos eventos promovidos”. Também segundo morador de Santa Helena “melhorou bastante a economia, principalmente no comércio perto da praia”.

No município de Santa Helena é que houve um maior índice (100%) de respostas favoráveis a influência na economia, sendo que isso deve-se aos fatores já explicitados no gráfico 10, quando ressaltou-se que a partir do Programa Costa Oeste, o município passou a ver o turismo como uma atividade econômica representativa.

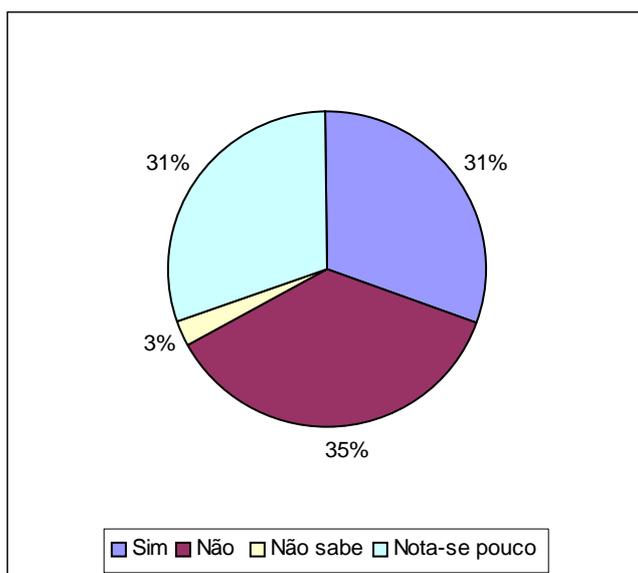


Gráfico 18: Dinamicidade da economia após o Programa Costa Oeste.

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2003 nos municípios da Costa Oeste.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o turismo tornou-se uma atividade crescente em todo o território nacional. Porém, sua expansão, na maioria das vezes, apresenta um caráter desordenado e não planejado, com reflexos nas paisagens, na qualidade de vida das populações locais e no ambiente das regiões que vêm sendo objeto de interesses. Embora não seja a principal responsável pelos problemas socioambientais, o desenvolvimento do turismo gerou, em algumas regiões do país, desequilíbrios preocupantes. Neste contexto, pode-se compreender a importância da redução dos impactos socioambientais negativos dos projetos turísticos, buscando-se ter, na implementação das atividades de turismo, um aliado fundamental à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Quando planejado adequadamente, o turismo propicia a proteção dos espaços naturais que constituem o grande potencial ao desenvolvimento da atividade. Também gera a internalização de receitas, contribuindo para melhorar o quadro financeiro público e mesmo as contas nacionais.

Esse novo conceito de turismo, adotado em diversos projetos de desenvolvimento integrado, como é o caso do Prodetur e do Projeto Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu, sugerindo programas integrados de turismo, onde o binômio desenvolvimento e meio ambiente atue de forma efetiva na melhoria da qualidade de vida da população regional. Ainda dentro de tal perspectiva, se destaca que o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis não acontece espontaneamente, mas requer planejamento e cuidadosa administração dos recursos, visando sua conservação para não atingir o ponto de esgotamento da capacidade de recepção de turistas. Para que a sustentabilidade seja alcançada, o planejamento deve contemplar o fortalecimento da gestão local e a participação econômica e social da população local envolvida.

Dentro da realidade da região da Costa Oeste, pode-se perceber que, diferentemente do Programa Costa Oeste, idealizado pelo Governo do Estado

do Paraná, com objetivos de integrar os municípios e fazer uma ampla divulgação, buscando captar turistas e empresários com interesse de investir nos municípios, o Programa Caminhos Turismo Integrado ao Lago de Itaipu, desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, busca resgatar a importância da participação da comunidade e empresas que atuam na região, através de ações na área de consultoria aos empreendimentos e trabalhos de envolvimento da comunidade.

Outro programa importante para a região lindeira ao Lago de Itaipu é o Prodetur/Sul, programa do MICT, através de financiamentos do BID. Para efeito da fase inicial, referente a fase de preparação do Programa, cada estado selecionou uma área turística prioritária, já consolidada como destino turístico, mas que tinha a sustentabilidade da atividade turística ameaçada. No estado do Paraná a região selecionada como prioritária para o desenvolvimento da atividade foi Foz do Iguaçu, cuja seleção deve-se ao fluxo e por ser um destino turístico já consolidado.

Através da pesquisa com responsáveis pelos órgãos públicos, empresários e famílias foi possível observar que existe unanimidade na idéia de que a atividade turística é muito importante e pode alavancar a economia dos municípios, entretanto em grande parte dos municípios, o turismo ainda não mostra claramente os reflexos que pode causar.

A participação da comunidade no processo de gestão do turismo na região é ainda muito frágil. A única ação governamental vinculada ao turismo que requer a participação da comunidade local é o Programa Nacional de Municipalização de Turismo – PNMT, que tem como um de seus objetivos, a formatação de um Conselho de Turismo local em cada município participante, com uma composição de três setores: poder público local, iniciativa privada e comunidade local organizada.

Apesar de vários municípios possuírem o Conselho de Turismo, apenas os conselhos de Foz do Iguaçu, Guaíra e São Miguel do Iguaçu estão ativados e se reúnem regularmente. Estes fatos confirmam a necessidade de ações de mobilização da comunidade.

O turismo depende da população, em todos os aspectos, para a imprescindível hospitalidade e os investimentos necessários. Assim, o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade, os empresários do turismo devem se engajar nas discussões políticas do seu município, e os estudantes e sindicatos devem ser esclarecidos sobre o turismo e o mercado de trabalho. Há ainda oportunidade de transformar o turismo em uma atividade econômica poderosa e geradora de empregos na região. Tudo depende de uma mudança cultural: a população enxergar e exigir providências concretas e corretas em prol do turismo.

5. BIBLIOGRAFIA

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. *Turismo, como aprender e como ensinar*. 2.ed. São Paulo. Ed SENAC São Paulo, 2001

BEZERRA, D.M. F.(Coord). *Municipalização do Turismo – cartilha*. Apostila impressa pela Paraná Turismo. Curitiba, 2001.

BENI, Mario Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BEZZI, Meri Lourdes. *Uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Tese de Doutorado apresentada junto ao curso de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração em Organização do Espaço para obtenção do título de doutor em Geografia. Rio Claro. São Paulo: UNESP, 1996.

BOFF, Leonardo. Um Ethos para salvar a Terra. In CAMARGO, Aspásia (org) et alli. *Meio Ambiente Brasil – avanços e obstáculos pós – Rio 92*. São Paulo: Estação Liberdade, Intituto Socioambiental FGV, 2002.

CAETANO, Marcos Fassina e PALHARES, J.M. *História do Paraná: breve história de sua colonização e sua gente*. Foz do Iguaçu, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do espaço*. Revista Geografia & Ensino, Belo Horizonte, ano 8,n.1, jan/dez, 2002.

CARNASCIALI, Carlos et alli. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. Material xerografado utilizado no curso

de Pós Graduação em Geografia “Organização do Espaço e Meio Ambiente “ na UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, 1994 – 1996.

COTRIN, John Reginald. *Simpósio Nacional sobre fontes convencionais e alternativas de energia*. Brasília, 1980.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Política de Turismo e Território*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001

CURY, Mauro José Ferreira. *Visitação em áreas naturais protegidas: estudo comparado dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguçu*. Dissertação (Mestrado), 2003. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 2003.

DAHLEM, Roseli Bernardete. *Dinâmica populacional e ecoturismo: o caso de Foz do Iguçu*. Monografia apresentada no curso de especialização de Geografia: Organização do espaço e meio ambiente. UEM, 1996

DUARTE, Aluizio Capdeville. *Regionalização – Considerações Metodológicas*. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, 1980.

ECOPARANÁ. *Projetos Regionais de Turismo*. Curitiba: Governo do estado do Paraná.

EUFRÁSIO, Mario A. *O turismo nos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller*. In LEMOS, Amália Inês G. de.(org) *Turismo: impactos socioambientais*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

FERREIRA, J.C.V. *O Paraná e seus municípios*. 19ª edição. Editora Memória Brasileira. Maringá. 1996. 728 pág.

FERREIRA, Maria Eugênia Moreira Costa. *Ocorrência da malária na área de influência do reservatório de Itaipu – margem esquerda – Paraná, Brasil*. 1996 Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização Tecnológica da Agricultura*. Curitiba, Livraria do Chain, 1988

GERARDI, Lúcia Helena e SALOMONI, Giancarla. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In GERARDI, Lúcia Helena e MENDES, Iandara Alves (org). *Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia Contemporânea*. Pós Graduação em Geografia. Associação de Geografia Teorética. São Paulo, UNESP, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Costa Oeste – Plano preliminar*. Apostila de apresentação do projeto Costa oeste elaborada pelo Governo do Estado do Paraná, 1996a.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Programa de desenvolvimento da infra-estrutura básica de turismo na região sul e Mato Grosso do Sul*. Apostila impressa. Curitiba, 1996b, 1º volume.

HAZIN, Ana Lúcia. *Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal*. Recife: FUNDAJ: UNICAP, 2000.

HERRÁN, J. *Definições: ecoturismo, estruturalismo, ecoturismo estrutural*. In ECOTOUR. Volume de resumos. Amazônia: 2001.

IBGE. *Censo Demográfico*, 2001.

ITAIPU BINACIONAL. *Relatório anual*. 2000 e 2001

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. *O paraíso dos outros*. Revista paranaense de Desenvolvimento – Economia, Estado, Sociedade, IPARDES, Curitiba, nº88 mai/ago 1996.

KOROTIAK, Maria Zuleika Lopes (org.) *Coletânea do Encontro Nacional de Recreação e Lazer: lazer, meio ambiente e participação humana*. 11, Foz do Iguaçu- Pr, 1999.

LUÍNDIA, L.E.A. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade das populações tradicionais da Amazônia*. In ECOTOUR. Volume de resumos. Amazônia: 2001.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: MICT, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Educação ambiental – curso básico a distância. Questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. 2.ed. Brasília: MMA,2001.

MORETI, Edvaldo César e RODRIGUES, Arlete Moyses. Atividade turística e transformação territorial: discurso e ação do estado no Pantanal – MS. In GERARDI, Lúcia Helena e MENDES, Iandara Alves (org). *Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia Contemporânea*. Pós Graduação em Geografia. Associação de Geografia Teorética. São Paulo, UNESP, 2001.

MORO, Dalton Áureo. *Desenvolvimento Econômico e Dinâmica Espacial da População no Paraná Contemporâneo*. In Boletim de Geografia. Vol 1. Maringá, 1998.

PARANÀ TURISMO. *Municipalização do Turismo – Cartilha*.

PARANA TURISMO. *Estudo da Demanda Turística – Costa Oeste 1999/2000*. Curitiba, Pr, 2000.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. *Caminho aberto para a vida*. Curitiba: rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Rede Verde de Informações Ambientais. 2002

PERALTA, N. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável*. In ECOTOUR. Volume de resumos. Amazônia: 2001.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FZO DO IGUAÇU. *Anuário Estatístico – perfil 2001*. Secretaria Municipal de Governo, Foz do Iguaçu, PR, 2001.

REJOWSKI, Mirian (org) *Turismo sob a ótica dos monitores municipais. Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília; EMBRATUR:1996.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. *Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental*. Revista geográfica, número 123 Enero 1996 – Diciembre 1997. Instituto Panamericano de Geografia e História.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3.ed. São Paulo. Hucitec,2001a.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Desafios para os estudiosos do turismo. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ª edição. São Paulo. Hucitec, 2001b.

RODRIGUES, Adyr A.Balastrieri. *Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR – NE*. in RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ª edição. São Paulo. Hucitec, 2001c.

ROESLER, Marli Renate Von Borstel. *Costa oeste e a Hidrelétrica de Itaipu: um estudo sobre a dinâmica ambiental nos municípios lindeiros*. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 5.ed. Campinas, SP: Papirus,1999.

SEBRAE et all. *Roteiros Turísticos Integrados Temáticos – Relatório Síntese das Atividades Empreendidas*. Foz do Iguaçu, 2002.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia*. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ª edição. São Paulo. Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. *Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no estado do Paraná no contexto regional*. Tese (Doutorado), 2002. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002.

SOLDATELI, Marcio. *A dimensão social e ambiental na Política Nacional de Turismo*. Revista Geosul, Florianópolis, v.13, nº 25, p. 45 - 54, jan./jun.1998.

SOUZA, Edson Belo Clemente. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética*. Tese (Doutorado), 2002. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2002.

SOUZA, Edson Belo Clemente. *Territorialidade Turística: a região Costa Oeste do Paraná* in Paisagem, território, região: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000.

SOUZA, Edson Belo Clemente. *A região do Lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável. Conceitos e impacto ambiental*. Volume 1. São Paulo: Aleph, 2000.

TRINDADE, A. *Competitividade no turismo de natureza sustentável*. In ECOTOUR. Volume de resumos. Amazônia: 2001.

VALIENTE, Daniela. *Foz e região serão prioridade no Prodetur. Gazeta do Iguaçu*, Foz do Iguaçu, 11 fev. 2003. Caderno 1, p. 9)

XAVIER, H. *A dimensão ambiental na formação profissional do turismo*. In ECOTOUR. Volume de resumos. Amazônia: 2001.

YAZIGI, Eduardo. *Turismo, uma esperança condicional*. 2.ed. São Paulo, Global,1999.

Sites:

<http://ecoparana.org.br>

<http://itaipu.gov.br>

<http://turismonolagodeitaipu.com>

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1

Pesquisa com Secretários Municipais de Turismo

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

- 1) Ano que entrou em funcionamento o terminal turístico? (Praia artificial)
- 2) Quais as perspectivas do turismo para o próximo verão?
- 3) Qual o envolvimento do governo do Estado com o turismo?
- 4) Que tipo de atividades recreativas são desenvolvidas pelo município durante o ano? E no verão?
- 5) Município participa das oficinas do Plano Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT)? Se sim, em que fase está participando?
- 6) Qual tem sido o apoio do Conselho dos Municípios Lindeiros?
- 7) Qual tem sido o apoio da Itaipu?
- 8) Qual o percentual do orçamento municipal gasto na estrutura do turismo?
- 9) Número de empreendimentos ligados à atividade turística(nº de alvarás do setor turístico antes e depois do programa Costa Oeste)

APÊNDICE 2

Pesquisa com empresários locais

Município: _____

Empresa no ramo de: _____

No seu trabalho, está em contato com turistas? () sim () não

Há quanto tempo reside na cidade? _____

Há quanto tempo tem a empresa? _____

Os filhos residem e trabalham nesta localidade? _____ Se trabalham, em quais atividades? _____

Tem outras fontes de renda? _____ Qual? _____

Na empresa é:

() proprietário

() arrendatário

() sócio

() gerente

Quem trabalha na empresa?

() família

() assalariado

() ambos

Houve aumento no número de empregos na empresa após o Programa Costa Oeste? _____ Quantos? _____

Quais itens melhoraram com o surgimento do turismo na região?

() sistema de esgoto

() saúde

() abastecimento de água

() acesso viário

() energia elétrica

() transporte de pessoas

() recreação

() _____

O turismo contribuiu para a poluição da região? Se sim, de que forma?

O Programa Costa Oeste dinamizou a economia do município? _____

APÊNDICE 3

Pesquisa com famílias locais

Município: _____

Há quanto tempo reside na cidade? _____

Onde morava antes? _____ () área rural () área urbana

Tem filhos? _____ Trabalham em atividades ligadas ao turismo? _____

Que atividade profissional desenvolve atualmente?

No seu trabalho, tem contato com turistas? () sim () não

Após o programa Costa Oeste, promove ou promoveu algum tipo de comércio com os empreendimentos turísticos ou com o turista? _____ Qual?

Quais itens melhoraram com o surgimento do turismo na região?

- | | |
|---------------------------|---------------------------|
| () sistema de esgoto | () saúde |
| () abastecimento de água | () acesso viário |
| () energia elétrica | () transporte de pessoas |
| () recreação | () _____ |

O turismo contribuiu para a poluição da região? Se sim, de que forma?

Percebe diferenças no município nos períodos de baixa e alta estação de turismo? Quais? _____

O programa Costa Oeste dinamizou a economia do município? _____

Estudo da infra-estrutura turística dos municípios da Costa Oeste

1. Acessibilidade		
1.1 Rodoviária	Ponto Forte	Ponto Fraco
	Boa ligação com mercados turísticos emissores	Acessibilidade interna com entroncamento mal solucionados, má conservação das rodovias, sinalização precária
Oportunidade Integração da área, ampliando novas oportunidades turísticas	Fortalecer um eixo rodoviário como veículo de integração turística da área, aproveitando e distribuindo o fluxo proveniente dos mercados emissores	
Ameaças ou riscos Falta de condições de trafegabilidade em alguns locais		Estabelecer mecanismos de recuperação das condições de pavimentação e sinalização garantindo a manutenção permanente das vias.
1.2 Aérea	Ponto Forte	Ponto Fraco
	Estudar ações para existência de aeroporto internacional em Foz do Iguaçu e conexões diretas com Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba	Inadequabilidade das condições físicas do aeroporto ao aumento do fluxo turístico esperado
Oportunidade Ampliação da oferta de vôos nacionais e internacionais	Fortalecer as conexões aéreas com Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba como forma de aumentar os fluxos turísticos	
Ameaças ou risco Competitividade com o aeroporto internacional de Puerto Iguazu – Argentina		Adequar as instalações do aeroporto para os padrões de qualidade exigidos pelo turismo nacional e internacional
1.3 Hidroviária	Ponto Forte	Ponto Fraco
	A presença do lago como elemento comum a todos os municípios	Falta de percurso lacustre pré-definido para embarcações de médio e grande porte
Oportunidade A utilização do lago como meio de acesso aos diferentes destinos e produtos turísticos	Criar sistema de ligação lacustre entre os municípios para facilitar a integração e complementaridade dos destinos dos destinos e produtos	
Ameaça ou risco A oscilação do nível do lago em função da geração de energia pela Usina de Itaipu		Criar itinerários sinalizados e estruturas que considerem as variações do nível do lago

2. Estruturação Urbana		
2.1 Estruturação urbana de Foz do Iguaçu	Ponto Forte	Ponto Fraco
	Boas condições de trafegabilidade entre os principais atrativos turísticos e destes com o setor hoteleiro	Falta de identidade turística nas principais avenidas, sinalização, espaços públicos e acessos
Oportunidade	Caracterizar as principais avenidas de acesso aos atrativos, como eixos turísticos segundo uma identidade que acolha o turista.	
Ameaça ou risco		Criar um corredor turístico, caracterizando como turístico, atribuindo-lhe tratamento paisagístico, disponibilizando serviços, equipamentos

		e novos espaços públicos
2.2 Estruturação Urbana dos demais municípios	Ponto Forte A maioria das cidades não apresentam altas taxas no avanço de ocupação territorial	Ponto Fraco Localização da maioria das cidades ao longo das rodovias gerando conflito urbano e rodoviário
Oportunidade Possibilitar de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos	Planejar e monitorar o desenvolvimento urbano e uso e ocupação do solo, por meio de implantação de planos diretores de desenvolvimento sustentável	
		Evitar conflito urbano-rodoviário por meio da retirada da rodovia da malha urbana e controlar a ocupação do solo, protegendo os atrativos turísticos

3. Infra-estrutura		
	Ponto Forte Disponibilidade de cobertura de água e energia elétrica em todos municípios para atender a demanda turística atual e futura.	Ponto Fraco Insuficiência da cobertura de esgoto sanitário
Oportunidade Proximidade de grandes equipamentos de geração de energia e grande disponibilidade de recursos hídricos facilitam a implantação de novos produtos turísticos	Garantir o fornecimento de água e energia para novos empreendimentos turísticos	
Ameaça ou risco Impactar o meio ambiente pluvial e lacustre por meio de efluentes domésticos e resíduos sólidos		Implantar e ou recuperar infra-estrutura de esgoto sanitário

4. Serviços		
Saúde, segurança, educação, transporte turísticos	Ponto Forte Atendimento médico – hospitalar eficiente para a população e turistas; Diversidade de cursos profissionalizantes e vagas ofertadas em curso superior	Ponto Fraco Sistema de segurança inadequado à uma região fronteiriça. O transporte público nos municípios, com exceção de Foz do Iguaçu, não é eficiente para o uso turístico.
Oportunidade Utilizar os serviços de saúde como apoio ao turista e à estrutura de educação para capacitar a população para os serviços turísticos	Reforçar a continuidade dos serviços existentes e seu contínuo aprimoramento	
		Readequar o sistema de segurança e transporte turístico no aumento da demanda.

5. Aspectos ambientais		
	<p>Ponto Forte Presença de duas Unidades de Conservação nas extremidades norte e sul da área: Parque Nacional do Iguaçu e Parque nacional da Ilha Grande; Existência de uma faixa de proteção no entorno do lago; Clima favorável</p>	<p>Ponto Fraco Alta fragilidade das Unidades de Conservação e da faixa de proteção do Lago de Itaipu; Falta de medidas de manutenção e controle ambiental ao parque Nacional de Ilha Grande; Decréscimo da ictiofauna do Lago de Itaipu e rios Paraná e Iguaçu, em virtude do represamento do lago e da pesca predatória</p>
<p>Oportunidade Exploração do turismo sustentável em áreas naturais, atribuindo usos que propiciem a conservação ambiental</p>	<p>Formatar produtos turísticos de acordo com as limitações ambientais, visando a sustentabilidade destas áreas</p>	
<p>Ameaça ou risco Degradação ambiental do Parque Nacional de Ilha Grande Decréscimo acentuado da ictiofauna e aumento da prática da pesca predatória</p>		<p>Elaborar e implantar o Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande; Capacitar a população local quanto a preservação ambiental, enfatizando a importância do repovoamento da ictiofauna.</p>

6. Aspectos Institucionais		
<p>6.1 Organização Institucional e Estrutura Administrativa</p>	<p>Ponto Forte Parceria entre poder público e a iniciativa privada para o planejamento de ações conjuntas: ex: a) Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, b) Convention e Visitors Bureau de Foz do Iguaçu e Prefeitura Municipal</p>	<p>Ponto Fraco Pouca disponibilidade de recursos humanos capacitados nos setores de turismo, meio ambiente e planejamento; Falta de um sistema de informações</p>
<p>Oportunidade Desenvolver e implementar as ações planejadas</p>	<p>Intensificar a parceria entre os poderes públicos e privados, visando a captação de investimentos</p>	
<p>Ameaça ou risco Deficiências para gerir as ações planejadas em parceria</p>		<p>Capacitar os recursos humanos responsáveis pelo setor de turismo, meio ambiente e planejamento, bem como dota-los de instrumentos para desenvolvimento de uma gestão adequada.</p>
<p>6.2 Capacidade de Gestão Territorial</p>	<p>Ponto Forte Existência de Planos Diretores nos centros receptivos principal (Foz do Iguaçu) e secundário (Guaíra); Existência de normas de ocupação territorial nos demais municípios (exceção para Mal. Cdo. Rondon)</p>	<p>Ponto Fraco Falta de diretrizes regionais para a área prioritária; Falta de Planos Diretores nos demais municípios; Insuficiência de informações físico-territoriais atualizadas, como por exemplo, Base Cartográfica Digital.</p>

<p>Oportunidade Aproveitar o processo de revisão do Plano Diretor de Foz do Iguaçu para enfocar o planejamento turístico; Enfocar o planejamento turístico nas normas de ocupação territorial dos demais municípios</p>	<p>Incentivar a revisão e atualização dos Planos Diretores, com maior ênfase no planejamento turístico</p>	
<p>Ameaça ou risco Usos inadequados comprometendo as cidades e seus atrativos turísticos</p>		<p>Elaborar e atualizar Planos Diretores, considerando diretrizes regionais para todos os municípios</p>

<p>7. Diagnóstico do Turismo</p>		
<p>7.1 Atrativos</p>	<p>Ponto Forte Existência de dois parques nacionais nas extremidades sul e norte da Costa Oeste: Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional de Ilha Grande; Presença da maior hidrelétrica do mundo aberta a visitação; Existência de atrativos complementares em Foz do Iguaçu: Parque das Aves, passeios de barco pelos rios Iguaçu e Paraná, Marco das Três Fronteiras, entre outros; Realização de eventos que são um diferencial para cada município da área prioritária, em virtude de seus pratos típicos; Presença de Terminais Turísticos ao longo do Lago de Itaipu, atendendo o público que procura lazer e atividades aquáticas e náuticas; Potencial turísticos histórico-cultural, em Guaira; Exploração turística do Refúgio Biológico em Santa Helena.</p>	<p>Ponto Fraco Ausência ou inadequabilidade de equipamento e serviços, além da inexistência de estudos de capacidade de suporte no Parque Nacional de Ilha Grande, nos eventos, nas praias artificiais e nos atrativos histórico-culturais de Guaira.</p>
<p>Oportunidade Maximizar o uso turístico destes atrativos, uma vez que são capazes de atender maior demanda se planejados de forma sustentável.</p>	<p>Desenvolver produtos turísticos a partir destes atrativos.</p>	
<p>Ameaça ou Risco Desgaste dos atrativos e insatisfação do turista se explorados sem planejamento das suas estruturas, serviços, capacidade de carga, limitações ambientais e participação da comunidade.</p>		<p>Desenvolver estudos e implantar propostas que permitam o uso turístico sustentável dos atrativos.</p>
<p>7.2 Produtos Turísticos</p>	<p>Ponto Forte Existência de produtos turísticos</p>	<p>Ponto Fraco Falta integração entre os produtos</p>

	consolidados no Parque Nacional do Iguaçu e Itaipu Binacional, além do Parque das Aves e dos passeios de barco pelos rios Iguaçu e Paraná.	turísticos consolidados e os demais atrativos da área prioritária (ainda não consagrados como produtos)
Oportunidade Captação do público destes produtos turísticos para os demais atrativos da área prioritária, aumentando o tempo de permanência do turista na região.	Divulgar os demais atrativos da área prioritária a partir dos produtos turísticos consolidados	
Ameaça ou risco Enfraquecimento dos demais atrativos da área prioritária, diminuindo a possibilidade de desenvolvê-los como produtos		Fortalecer os demais atrativos da área prioritária e desenvolver roteiros turísticos, integrando-os aos produtos já consolidados.
7.3 Equipamentos	Ponto Forte Existência de 6 estruturas de apoio à exploração turística do Lago de Itaipu – Bases Náuticas- localizadas estrategicamente, atendendo uma concepção de planejamento turísticos regional; Terminais turísticos – praias artificiais – implantadas ao longo do Lago de Itaipu.	Ponto Fraco Falta de integração entre os municípios em relação aos seus equipamentos; Subaproveitamento das Bases Náuticas
Oportunidade Alavancar a região a partir destes equipamentos já instalados	Dar seqüência ao planejamento turístico regional previsto.	
Ameaça ou risco Continuidade da falta de integração entre os municípios e seus equipamentos; Usos não turísticos às Bases Náuticas		Fortalecer a integração dos municípios por meio do planejamento turísticos regional.
7.4 Eventos	Ponto Forte Grande quantidade de eventos na área prioritária e diversidade deles em Foz do Iguaçu; Recente crescimento de público nacional e internacional em alguns dos eventos de maior expressão.	Ponto Fraco Distribuição da maioria dos eventos concentrada em determinados meses; Predominância de público regional na maioria dos eventos.
Oportunidade Canalizar os eventos para uma demanda específica, inserindo nos roteiros turísticos da área prioritária.	Planejar os eventos, caracterizando-os como produto turístico da área prioritária.	
Ameaça ou risco Falta de evento em determinados meses acentuando a sazonalidade da demanda turística.		Elaborar um calendário de eventos integrado entre os municípios; Investir na melhoria dos eventos, procurando atingir o público nacional e internacional.
7.5 Serviços Públicos de	Ponto Forte	Ponto Fraco

apoio ao turismo	Existência de transporte turístico municipal a um dos principais atrativos da região: Parque Nacional do Iguaçu	Não vinculação destes serviços à proposta regional por parte dos municípios; Pouca oferta de serviços de apoio ao turismo.
Oportunidade Maior aproveitamento do transporte turístico municipal ara os demais atrativos existentes	Criar um roteiro turístico de transporte, integrando os atrativos para um maior apoio ao turista.	
Ameaça ou risco Comprometimento da proposta regional pela falta de uma articulação regional.		Incentivar a oferta destes serviços turísticos por parte dos poderes públicos, integrando-os à proposta regional.
7.6 Serviços turísticos privados	Ponto Forte Extenso parque hoteleiro, diversidade de estabelecimento de alimentação, grande oferta de receptivo por parte das agências de viagem e de serviços de guias, além de boa oferta de locadora de veículos em Foz do Iguaçu.	Ponto Fraco Precariedade na capacitação dos recursos humanos para a maioria desses serviços
Oportunidade Maximizar o uso da oferta de serviços turísticos privados	Fortalecer o processo de captação da demanda turística para a região	
Ameaça ou risco Decréscimo da demanda turística em função da baixa qualidade de serviços		Apoiar programas de capacitação.
7.7 Demanda turística	Ponto Forte Número de turistas que visitam Foz do Iguaçu.	Ponto Fraco Fluxo turístico aquém da capacidade receptiva da região.
Oportunidade Aumentar o tempo de permanência e o gasto diário do turista que chega a Foz, através da complementaridade dos atrativos da região.	Implementar um projeto de cunho turístico regional	
Ameaça ou risco Estagnação do turismo na região		Implantar programas que visem aumentar a demanda turística.

Fonte: PDITS

Quadro de Atrativos Turísticos e Entretenimentos (Argentina e Paraguai)

ARGENTINA

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
PARQUE NACIONAL DE IGUAZÚ	Avenida Victoria Aguirre, 66 Puerto Iguazú Argentina Home page www.iguazuargentina.com E-mail: infocataratas@iguazu.net	Intendência do Parque Nacional do Iguazú Fone: 00(xx)54 3757 491 469 Possui área de 55.000 ha. Principal atração: CATARATAS DO IGUAÇU	08h às 18h inverno 08h às 19h verão Obs: Aceita-se Dólar, Peso e Real	Mercosul P\$ 18,00 Argentinos: P\$ 12,00 Estrangeiros P\$ 30,00 Obs.: <u>Estacionamento do PNI:</u> Ônibus com mais de 40 lugares: P\$ 12,00 Kombis e Vans de até 12 lugares: P\$ 5,00 Táxis e veículos de Turismo P\$ 3,00 Veículos de passeios não pagam.	Centro de Visitantes: Uma Incursão detalhada sobre a biodiversidade da selva Misioneira, através do tempo e dos períodos coloniais; a partir dos habitantes nativos, conhece-se a fundo a história da região. Sendero Verde: Uma caminhada pela mata, onde observam-se borboletas e aves diversas no interior da selva. Trem da Selva: A ferrovia ecológica estende-se ao longo de todos os percursos, chegando até a Garganta do Diabo. Os trens dão acesso a lindas paisagens por entre a selva. Passeio Superior: com 700 metros de comprimento, com vista privilegiada a várias ilhas que se formam entre os saltos. Passeio Inferior: percurso de aproximadamente 1 Km com degraus, proporcionando diversos ângulos de visão das quedas, além do acesso a Ilha de San Martin. Garganta do Diabo: Indescritível pela energia, misto de ruídos e paisagem inebriante. Segue-se com o trem por 4 km até o Porto Canoas onde está a Estação Garganta do Diabo e depois caminha-se por uma passarela sem degraus. Ilha de San Martin: Acesso por barco, escadaria com 160 degraus e três pontos panorâmicos: Salto San Martin, Garganta Del Diablo e La Ventana.	Centro de Visitantes: 25 min Sendero Verde: 20 min Trem da Selva: 20 min Passeio Superior: 1h15 Passeio Inferior: 1h:15 Garganta do Diabo: 2 h Ilha de San Martin: 2 h

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
RUÍNAS DE SAN IGNÁCIO	San Ignacio Província de Misiones Argentina	Museo San Ignacio - Secretaria de Esporte e Cultura de Misiones Fone: (002154) 3752 470-186	Todos os dias 07h às 19h	Pedágio Ruta 12 P\$ 1,70 Taxa Ruínas: U\$ 2,50 Inclui visita ao Museu com guia e visita às Ruínas sem guia; Inclui ônibus.	Localizadas a 250 Km de Puerto Iguazú, e 60 Km de Posadas, são tombadas pela UNESCO. San Ignacio representou o desenvolvimento de um povo de mais de 100.000 guaranis que cultivaram a terra, e desenvolveram uma indústria surpreendente. Porém, a destruição chegaria com a expulsão da Ordem dos Jesuítas, em 1817. Obs: Guia opcional: De P\$ 10,00 a 30,00 conforme o tamanho do grupo	1h30min
MINAS DE WANDA	Ruta 12 (a 50 Km de Puerto Iguazú) Acesso de 1,5 Km sem pavimentação.	Cia Minera Wanda (Informações na Secretaria de Turismo de Puerto Iguazú) Fone: (002154) 3757 420-800	Todos os dias 08h às 18h30	Taxa de visitação: P\$ 2,00	Exposição e venda de pedras preciosas. Possui guias especializados e bilingües. Não há frequência de visitação.	Varia conforme o tempo disponível
SAFÁRI NA SELVA	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Explorador Expediciones Fone/fax: (002154) 3757 421-632 e 421 922 E-mail: explorador.expediciones@rainforestevt.com.ar	Todos os dias Saídas: 10h e 16h (Mínimo 2 pax para a realização do passeio)	P\$ 50,00 Pax Não inclui a taxa de entrada do parque e nem translados. (pode-se fazer o passeio sem pagar entrada).	Trata-se de um passeio pela trilha de Yacaratiá, situada na Reserva do Parque Nacional. O passeio é feito com veículos 4x4 descobertos, podendo tirar fotos e filmar a variedade plantas, aves e mamíferos. Durante o passeio realizam-se paradas e caminhadas, visitando-se também lugares históricos do Parque. Obs - Guia bilingüe sem custo adicional.	2 h
SAFÁRI ÀS CATARATAS	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Explorador Expediciones Fone/fax: (002154) 3757 421-632 e 421 922 E-mail: explorador.expediciones@rainforestevt.com.ar	Todos os dias Saídas: 10h, 12h e 14h (Mínimo 2 pax para a realização do passeio)	P\$ 35,00 Pax Não inclui a taxa de entrada do parque. Translados: hotéis de Puerto Iguazú P\$ 5 e de Foz P\$10 (exceto Hotel Das Cataratas). Adicional - guia bilingüe consultar preço.	Trata-se de um passeio pela trilha de Yacaratiá por 4 km, situada na Reserva do Parque Nacional. O passeio é feito com veículos 4x4 descobertos. Durante o trajeto são feitas paradas explicativas e uma caminhada de 800 metros em uma trilha. Todos os passeios incluem um guia que explica toda a temática relativa à dinâmica da selva. O final do passeio se dá em uma queda d'água que possui uma piscina natural, onde é feita uma parada para descanso e término do passeio.	2 h
AVENTURA EN LA SELVA	Reserva próxima ao Parque Nacional de Iguazú	Explorador Expediciones Fone: (002154) 3757 421-632 explorador.expediciones@rainforestevt.com.ar	Todos os dias (horário a combinar)	P\$ 45,00 Pax	Circuito veicular 4x4 com trekking e atividades de rapel em árvores gigantes ou saltos de água no barranco do tigre.	4 h

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
-----------------	--------------------	----------------	----------------	------------------	------------------	----------------

OBSERVAÇÃO DE AVES (bird watching)	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Explorador Expediciones Fone: (002154) 3757 421-632 E-mail: explorador.expediciones@rainforestevt.com.ar	Todos os dias (horários a combinar) (Mínimo 2 pax para a realização do passeio)	US\$ 60,00 Pax	Observação de aves por distintos ambientes do Parque Nacional de Iguazú. Pode-se observar espécies raras e ameaçadas de extinção. Translados em veículos abertos e atenção de guias especializados em serviços ornitológicos. Acompanhamento com guias. Obs: Incluem translados dos hotéis de Foz do Iguazu (menos o hotel Tropical das Cataratas) e Puerto Iguazú até o Parque. Não inclui a taxa de entrada do Parque.	4 h
LUNA LLENA (LUA CHEIA)	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú) Home page: www.iguassu.argentina.com	Intendência do Parque Nacional do Iguazú Fone: (557) 491469 Obs.: É necessário fazer reserva. O passeio é realizado 2 dias antes e 2 dias depois das noites de lua cheia e com tempo bom.	Saídas: 20h 22h15 20h45 (Apresentar-se 30 min antes da saída)	P\$ 15,00 por pessoa, incluindo o passeio, a entrada no parque e o estacionamento. Crianças com menos de 08 anos não pagam. Acima de 08 pagam preço normal.	No centro de visitantes formam-se grupos acompanhados por guias bilíngües e guardas do Parque Nacional, para um passeio de trem desde o centro de recepção até a trilha que leva à Garganta do Diabo, a partir de onde se segue o passeio caminhando. No retorno, são servidos sucos e caipirinha aos visitantes. Nestes dias, o restaurante, a pizzeria e a loja de artesanato permanecem abertos ao público das 19h até 0h30min.	2 h
LA ARIPUCA	Ruta 12 – km 3,5 (ao lado do Hotel Cataratas)	La Aripuca (002154) 3757 423-488 Home Page: www.aripuca.com.ar	A partir das 09h até às 19h	P\$ 3,00 Pax (a partir de 10 anos) (Para escolas, dependendo do grupo, preço diferenciado. Ligar antes) Inclui guia	Turismo ecológico em Puerto Iguazú onde encontra-se uma arapuca gigante, uma espécie de armadilha feita com 30 espécies de árvores nativas de Misiones que chamam muita atenção. O passeio tem como objetivo principal a conscientização ambiental. Na entrada há um guia que explica como é o passeio. Possui produtos regionais e artesanato indígena. Pode-se contratar os passeios de Agroturismo e Ecoturismo de Andresito.	Varia conforme o tempo disponível (no mínimo 01 hora).
DIA NO CAMPO	Cidade de Andresito (a 60 km de Puerto Iguazú)	La Aripuca (002154) 3757 423-488 Home Page: www.aripuca.com.ar	Indefinido. Geralmente feito após o La Aripuca	Preço máximo: P\$ 95 Varia de acordo com o tamanho do grupo, com veículo próprio ou alugado.	Programa agroturístico que tem como ponto de partida La Aripuca. Pode-se passar um dia em uma das fazendas, saborear comidas típicas, acampar, cavalgar, estar em contato com a natureza. Agendamento prévio por telefone	01 dia completo

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
----------	-------------	---------	---------	-----------	-----------	---------

CASINO IGUAZÚ	Ruta 12, Km 1640 Obs: Menores de 18 anos não entram nem acompanhados. Deve-se usar roupas adequadas, não necessariamente a rigor.	Fone: (002154) 3757 422-500 Fax: (002154) 3757 422-500	Segunda a Quinta 18h às 05h A partir de sexta 14h até Seg 05 h.	A entrada não é cobrada. Para as apostas são aceitos somente dólares americanos	03 mesas de black jack, 200 caça- níqueis, 20 mesas de roleta, punta y banca, carta sete. Conta com restaurante, estacionamento, casa de câmbio. Aceita-se cartões de crédito e travellers cheques, cobrando uma porcentagem pela troca.	Varia conforme o tempo disponível.
PASSEIO ECOLÓGICO	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Iguazú Jungle Explorer - (Hotel Internacional) Puerto Iguazú Fone/Fax: (002154) 421-696	Todos os dias Início: 8h30min até 17h15min Saídas a cada 20 min	P\$ 15,00/Pax Crianças até 06 anos não pagam	Intimidade com a Natureza. Navegação de 3 Km pelo delta do Rio Iguazu Superior por lugares pitorescos em barcos a remo. Permite que o visitante relacione-se com a natureza em silêncio enquanto se observa a fauna e a flora no mais puro estado natural.	30 minutos
AVENTURA NÁUTICA	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Iguazú Jungle Explorer - (Hotel Internacional) Puerto Iguazú Fone/ Fax: (002154) 421-696	Todos os dias Início: 9h30min até 17h Saídas a cada 20 min.	P\$ 30,00/ Pax	Embarque em frente à Ilha de San Martin em barcos infláveis. Aproximação dos mais importantes saltos argentinos e dos saltos brasileiros ao entrar no cânion da Garganta do Diabo.	12 minutos aproximadamente
FULL DAY CATARATAS Passeio Ecológico / Aventura Náutica	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Iguazú Jungle Explorer - (Hotel Internacional) Puerto Iguazú Fone/fax: (002154) 421-696	Todos os dias 09 às 17h	P\$ 42,00/ Pax Crianças até 05 anos não pagam	É um programa especial que combina o Passeio Ecológico com a Aventura Náutica.	2h 30min
GRAN AVENTURA	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Iguazú Jungle Explorer - (Hotel Internacional) Puerto Iguazú Fone/ Fax: (002154) 421-696	Todos os dias 09h às 17h com saídas des hora em hora a partir do escritório ou do porto de embarque em frente à Ilha de San Martin	P\$ 70,00/ Pax Crianças até 05 anos não pagam	Percurso de 8 Km em veículo aberto pela trilha Yacaratia, até o Porto Macuco. Embarque em barcos infláveis navegando pelo rio Iguazu inferior. Entrada no cânion do rio Iguazu até os saltos próximos à Ilha de San Martin. Desembarque em frente à Ilha San Martin.	1 h

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
----------	-------------	---------	---------	-----------	-----------	---------

PASSAPORTE VERDE PASSEIO ECOLÓGICO E GRAN AVENTURA	Parque Nacional de Iguazú (Puerto Iguazú)	Iguazú Jungle Explorer - (Hotel Internacional) Puerto Iguazú Fone/Fax: (002154) 421-696	Todos os dias 09h às 17h	P\$ 80,00/ Pax Sem almoço US\$ 70,00 Com almoço no Hotel Sheraton	Combina o Passeio Ecológico com o Gran Aventura	4 h
CRUCEROS IGUAZÚ Crucero por El Alto Paraná Expediciones	Porto de Puerto Iguazú	Cruceros Iguazú Tel: (0021) 3757 421-111	Saídas às Quartas e Sábados às 9h Retorno entre 18h30 e 19h	US\$ 22,00 Menor 16 anos US\$ 12,00. Moradores do Mercosul 50% de desc. Inclui o almoço sem bebida	Navio "Ciudad de Paraná" Navegando o rio Iguazú acima por 4km, com uma visão panorâmica, música ao vivo, ar condicionado em salas de estar e cabines. Volta pelo rio Paraná num trecho de aproximadamente 20 km.	7 h

PARAGUAI

ATRATIVO	LOCALIZAÇÃO	CONTATO	HORÁRIO	PREÇO/PAX	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
----------	-------------	---------	---------	-----------	-----------	---------

<p>PUERTO BERTONI</p> <p>Passeio Ecológico</p>	<p>Saída: Porto de areia (somente do Brasil) (7 Km do centro de Foz do Iguaçu)</p>	<p>Macuco 574-4717</p> <p>Adm. 529-6262</p> <p>Fax: 529-7976</p>	<p>Todos os dias</p> <p>Saídas às: 09h e 14h c/ reservas</p>	<p>R\$ 66,00 Pax (sem almoço)</p> <p>R\$ 78,00 Pax (com almoço)</p> <p>Observação: Menores de 6 Não pagam De 7 a 12 -50%</p>	<p>Saída de barco de Foz do Iguaçu em direção às três fronteiras, seguindo pelo rio Paraná até chegar a Puerto Bertoni pela margem paraguaia. Dali, inicia-se uma expedição pela floresta. Visita-se o Museu - antiga residência do pesquisador Moisés Bertoni, onde encontram-se os seus materiais de trabalho da época, com visita à aldeia de índios.</p>	<p>3h30</p>
<p>SALTO MONDAY</p>	<p>Cidade de Presidente Franco (Paraguai) A 20 km da Ponte da Amizade</p>	<p>561-550042</p>	<p>Todos os dias 07h às 17h</p>	<p>US\$ 1,50 Pax</p>	<p>O Salto Monday está localizado a 3 km de Ciudad del este. Possui saltos de até 40 m de altura. O local dispõe de infra-estrutura para piqueniques.</p>	<p>Varia conforme o tempo disponível</p>
<p>RESERVA BIOLÓG. ITABÓ</p>	<p>10 km ao norte de Hernandárias</p>	<p>520-8234/ 520-8235 (Itaipu-Paraguai) 599-8234</p>	<p>Todos os dias 8:00 às 16:00 (hora parag.)</p>	<p>Gratuito. Deve-se solicitar autorização em Hernandárias</p>	<p>Oferece churrasqueiras. Tem dormitórios conjuntos</p>	<p>Varia conforme o tempo disponível</p>
<p>GRAN CASSINO ITAIPU</p>	<p>Rua 11 de Septiembre, 816 - Ciudad del Este</p> <p>Menores de 18 anos devem entrar acompanhados</p>	<p>Fone: (002159) 512-294</p>	<p>Todos os dias 18:00 às 04:00</p>	<p>Gratuito</p>	<p>06 mesas de black jack, 01 mini punta y banca, 02 punto y banca, 03 pockers caribenhos, 08 roletas americanas, 85 caça-níqueis, serviço de segurança, baby sitter, restaurante e bar internacional, espaço cultural.</p>	<p>Varia conforme tempo disponível</p>
<p>ITAIPU</p>	<p>Centro de Recepção de Visitantes de Itaipu no Lado Paraguaio</p>	<p>Departamento de Relações Públicas</p> <p>Tel: 520-8757</p>	<p>Seg. à Sexta 08h/09h30 13h30/15h Sábados 08h/09h30 Não atende domingos e feriados</p>	<p>Gratuito</p>	<p>A visitação é dividida em duas partes, a primeira é a exibição de um documentário sobre Itaipu com duração aproximada de 25 min. A visita segue em ônibus que passa pela casa de máquinas, vertedouro e mirante, onde há uma pausa para fotos.</p>	<p>1h30</p>

